

## II - VOTO DO RELATOR

Vivemos um momento histórico. Chegamos ao terceiro Plano Nacional de Educação aprovado por lei, que, em breve, se iniciará. Qualquer país que deseje ter um futuro digno precisa olhar com muita atenção para a educação. Estamos aqui para isso. A Comissão Especial trabalhou intensamente, com o escopo de formular proposta que contenha metas claras, que permitam a formulação de indicadores quantitativos e qualitativos, ao mesmo tempo ousadas e exequíveis.

Buscou-se, a partir das lacunas verificadas no processo da implementação do PNE 2014-2024, aprimorar o PNE para o próximo decênio, de forma que este instrumento contribua efetivamente para que se dê um salto na direção de assegurar o direito à educação com oferta que reúna a qualidade e a equidade.

Nesse sentido, a partir das contribuições das audiências públicas, dos seminários regionais, dos documentos encaminhados, das escutas realizadas e da rica experiência proporcionada pelo contato com o sistema de ensino de Singapura, chegamos a alguns consensos técnicos. O processo de construção desses entendimentos foi complexo e envolveu a busca de soluções para desafios de operacionalização. Mantivemos a orientação do Presidente da Casa, nobre Deputado Hugo Motta, de preservar o debate acerca do PNE – respeitadas as posições e convicções dos nobres Pares – de disputas ideológicas que desviassem o foco da garantia do direito à educação de qualidade. Para tanto, contamos com a valiosa colaboração dos nobres líderes e parlamentares de todos os partidos da Casa e, especialmente, dos membros desta Comissão Especial, a quem fazemos nosso reconhecimento e expressamos nosso agradecimento. Essa foi uma vitória de todos os partidos e da Casa.

As conclusões desta relatoria buscam valorizar o resultado do processo democrático, participativo e suprapartidário que norteou os trabalhos da Comissão Especial, conforme orientação de seus membros, a quem registro meu agradecimento, especialmente à Presidente, Deputada Tabata Amaral, e aos vice-presidentes, Deputados Pedro Uczai, Socorro Neri e Rafael Brito.

Este agradecimento é extensivo aos nobres colegas que estiveram presentes nos seminários regionais. Assim, também, à Frente Parlamentar Mista



da Educação.

Finalmente, queremos fazer um agradecimento a todos que tornaram possível a experiência em Singapura, com o objetivo de recolher preciosas informações e *insights* que enriqueceram este relatório. Especialmente, agradecemos ao Embaixador brasileiro em Singapura, Luciano Mazza de Andrade, ao Ministro Sênior da Educação de Singapura, Dr. Janil Puthucheary, e a todos os amigos, gestores, professores e estudantes singapurenses que deram calorosa acolhida à comitiva brasileira.

Registramos e agradecemos, ainda, o competente apoio e o assessoramento legislativo prestados pela Consultoria Legislativa e de Orçamento de forma permanente ao longo da construção deste texto, cujas equipes faço questão de nominar. Consultores Legislativos da área de Educação: Alisson Capuzzo, Ana Valeska Gomes, Bárbara Aguiar, Carolina Diniz, Cíntia Silva, Dhyego Cruz, Jefferson Chaves, José Roberto Santos, Marina Meira, Paulo de Sena, Renato Gilioli e Ricardo Martins; Consultores Legislativos da área de Finanças: Sócrates Arantes e Vinicius Araujo; Consultores Legislativos da área de Minas e Energia: Henrique Vasconcellos e Roney Chagas; e os Consultores de Orçamento e Fiscalização Financeira: Marcos Mendlovitz, Walter França Neto e Ferdinando Pacheco Junior.

Agradecemos também a dedicada e prestimosa assessoria do meu gabinete, em nome da Patrícia Lamarão, do meu partido, o União Brasil, em nome do Lúcio Martins, e do gabinete da presidente, nobre Deputada Tabata Amaral, em nome do Gabriel Roriz, Gabriel Chianca e Mariana Campos, que trouxeram valiosas contribuições ao texto. Por fim, agradecemos a incansável e eficiente atuação da Secretária Executiva da Comissão Especial, Sara Teixeira Santos, e de toda a equipe do serviço de apoio das Comissões Especiais Anacarla Nery Rodrigues, Ellen Lisboa de Carvalho, Murilo Campos Tavares, Leon Valente, bem como a assessoria dos gabinetes dos parlamentares.

A partir dos debates e das propostas concretizadas por meio de emendas, construímos este Relatório e o presente Voto.

## II.1 COMPETÊNCIA DA COMISSÃO ESPECIAL



O projeto foi inicialmente distribuído para exame das Comissões de Administração e Serviço Público; Ciência, Tecnologia e Inovação; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Educação; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça (Art. 54). Em consonância com o disposto no art. 34, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a Presidência da Casa determinou, mediante Ato de 24 de abril de 2025, a constituição de Comissão Especial.

Por força do disposto no art. 34, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão Especial o exame não apenas do mérito da proposição, como também de sua admissibilidade, entendida esta como as questões usualmente apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa) e pela Comissão de Finanças e Tributação (aspectos financeiro e orçamentário públicos, quanto à compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual).

## **II.2 DA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE, REGIMENTALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA**

Observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação da iniciativa, nos termos dos arts. 24, 48 e 61 da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas e as disposições da Lei Maior. Cabe destacar o art. 214 da Constituição Federal de 1988, pelo qual há a determinação de que “a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e



modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...]”.

Com relação à juridicidade, o projeto revela-se adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, o PL nº 2.614, de 2024, se amolda aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

Quanto às Emendas apresentadas – tanto as que pretenderam efetuar alterações no projeto de lei original do Poder Executivo (EMCs) quanto as que sugeriram modificações no Substitutivo (ESBs) apresentado em 14 de outubro de 2025 por esta relatoria –, foram consideradas inconstitucionais as que não estavam consonantes com a cláusula pétrea prevista no art. 60, § 4º, da Constituição Federal, por desrespeito à autonomia dos entes subnacionais, assim como as que invadiram competência do Poder Executivo Federal.

No que se refere às EMCs, foram consideradas inconstitucionais — embora em conformidade com a técnica legislativa e não injurídicas —, as Emendas nºs 80, 145, 164, 226, 227, 547, 576, 577, 722, 875, 1079, 1091, 1095, 1132, 1272, 1298, 1319, 1324, 1336, 1337, 1341, 1349, 1463, 1466, 1473, 1510, 1538, 1588, 1596, 1617, 1636, 1660, 1696, 1790, 1792, 1805, 1838, 1848, 1857, 1873, 1877, 1914, 1922, 1936, 1946, 1979, 1988, 2088, 2102, 2110, 2134, 2153, 2168, 2170, 2189, 2203, 2219, 2223, 2259, 2271, 2379, 2450, 2462, 2533, 2544, 2640.

No que se refere às ESBs, foram consideradas inconstitucionais — embora em conformidade com a técnica legislativa e não injurídicas —, as Emendas nºs 33, 42, 53, 64, 71, 104, 109, 128, 251, 262, 324, 336, 395, 411, 429, 442, 457, 458, 472, 477, 480, 504, 538, 557, 670, 671, 674, 683, 735, 814, 865, 904, 921, 928, 939, 949, 956, 1017, 1027, 1057, 1174, 1178, 1197, 1200, 1223, 1230, 1242, 1245, 1278, 1283, 1286, 1303 e 1319.

Quanto às demais Emendas, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.



### II.3 DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Do exame de adequação orçamentária e financeira, nota-se que o PNE (PL 2.614, de 2024) apresenta-se compatibilizado com o PPA 2024-2027, com a LDO, LOA, Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF) e demais leis financeiras.

Verifica-se, ainda, que a proposição apresenta caráter normativo, sem impacto direto sobre as finanças públicas federais, uma vez que ela não se mostra detalhada quanto ao impacto financeiro atribuível à União. Exemplo de tal ausência pode ser observado no disposto pela Meta 18.a, a qual propõe ampliar o investimento público em educação, de modo a atingir o equivalente a 7% (sete por cento) do PIB até o sexto ano de vigência do novo PNE e 10% (dez por cento) do PIB até o final do Plano. Todavia o PL não distribui esse ônus a cada esfera de governo. Portanto não é imputado à União qualquer aumento de gasto obrigatório identificável isoladamente, visto encontrar-se o encargo repartido com os demais entes da Federação. Ademais, vale lembrar que disposição similar consta na Meta nº 20 do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

Na análise das emendas apresentadas ao PL n.º 2.614, de 2024 (EMCs), foram identificadas proposições que conflitam com dispositivos da LRF, sobretudo com o art. 17, na medida em que tais proposições fixam para o ente obrigação legal por um período superior a dois exercícios, constituindo despesa obrigatória de caráter continuado. Assim, conforme o § 1º do mencionado dispositivo, “os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.” O art. 16, inciso I, preceitua que:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.”

No mesmo sentido dispõe a Lei n.º 15.080, de 2024 (LDO 2025):

“Art. 129. As proposições legislativas, de que tratam o art. 59 da Constituição, as suas emendas e as propostas de atos infralegais que importem renúncia de receitas ou criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos art. 14 e art. 17 da Lei



Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser instruídas com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e atender ao disposto neste artigo.”

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) também impõe a estimativa de impacto orçamentário e financeiro para proposições que aumentem a despesa ou a renúncia de receita:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Feitas essas considerações, segue-se:

**a) o exame de adequação orçamentária e financeira das emendas apresentadas ao PL nº 2.614, de 2024 (EMCs)**

As Emendas nºs 1, 9, 11, 25, 27, 45, 57, 94, 99, 114, 117, 119, 124, 202, 231, 235, 236, 243, 245, 256, 262, 264, 266, 267, 285, 316, 337, 392, 418, 483, 494, 508, 512, 514, 515, 517, 518, 521, 533, 536, 548, 570, 576, 579, 584, 607, 648, 656, 741, 742, 759, 764, 787, 799, 806, 813, 820, 833, 834, 840, 846, 891, 898, 916, 949, 963, 968, 972, 1031, 1043, 1051, 1061, 1096, 1103, 1130, 1178, 1179, 1181, 1190, 1226, 1235, 1238, 1240, 1242, 1244, 1249, 1264, 1266, 1337, 1343, 1344, 1345, 1354, 1404, 1478, 1488, 1525, 1528, 1529, 1531, 1541, 1556, 1567, 1572, 1573, 1579, 1586, 1587, 1595, 1600, 1624, 1643, 1645, 1649, 1658, 1659, 1668, 1688, 1722, 1737, 1738, 1739, 1741, 1762, 1763, 1782, 1806, 1842, 1847, 1855, 1865, 1890, 1904, 1916, 1917, 1935, 1956, 1964, 1966, 1974, 1976, 1985, 2008, 2010, 2013, 2014, 2015, 2029, 2050, 2053, 2055, 2058, 2074, 2077, 2079, 2085, 2105, 2111, 2137, 2140, 2141, 2163, 2166, 2185, 2186, 2198, 2200, 2216, 2230, 2253, 2271, 2314, 2341, 2405, 2407, 2413, 2423, 2460, 2465, 2514, 2521, 2532, 2636, 2640, 2644, 2697, 2738, 2752, 2776, 2787, 2788, 2789, 2814, 2824, 2871, 2872, 2874, 2885, 2942, 2948, 2957, 2958, 2959, 3014, 3031 e 3032 (206 emendas ao todo), em sua formulação original, são inadequadas e incompatíveis com as normas orçamentárias e financeiras, por aumentar as despesas ou diminuir as receitas para a União e/ou Estados, Distrito



Federal e Municípios, sem a estimativa de impacto financeiro-orçamentário e/ou sem a devida apresentação de compensação.

Embora, em análise preliminar, tenham sido identificadas possíveis inadequações ou incompatibilidades financeiras das Emendas ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 (EMCs) nºs 1, 25, 27, 45, 57, 114, 117, 119, 202, 243, 245, 266, 267, 337, 418, 483, 508, 512, 515, 518, 533, 548, 570, 584, 648, 764, 813, 834, 846, 891, 898, 949, 963, 968, 972, 1031, 1043, 1051, 1061, 1096, 1130, 1178, 1179, 1181, 1240, 1249, 1343, 1354, 1404, 1478, 1525, 1528, 1529, 1541, 1556, 1567, 1587, 1600, 1624, 1643, 1649, 1659, 1668, 1688, 1722, 1739, 1741, 1762, 1782, 1806, 1855, 1890, 1904, 1917, 1935, 1956, 1964, 1966, 1974, 1976, 1985, 2008, 2015, 2029, 2050, 2053, 2074, 2077, 2079, 2085, 2105, 2137, 2140, 2141, 2185, 2198, 2230, 2253, 2314, 2405, 2407, 2413, 2460, 2465, 2697, 2738, 2787, 2789, 2814, 2824, 2871, 2872, 2874, 2885, 2957, 2959, 3014 e 3031, manifestamos pela adequação financeira e orçamentária delas, na forma do Substitutivo ora apresentado.

As demais Emendas ao Projeto (EMCs), por apresentarem matéria de cunho meramente normativo e/ou diretrizes, objetivos, metas e estratégias, sem impacto financeiro-orçamentário aos entes públicos, **não possuem implicação orçamentária ou financeira**, não cabendo afirmar se elas são adequadas, nos termos do art. 9º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação.

#### **b) o exame de adequação orçamentária e financeira das emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs)**

As Emendas nºs 42, 66, 79, 109, 132, 137, 213, 218, 232, 284, 312, 388, 395, 428, 436, 442, 467, 477, 485, 489, 507, 536, 538, 542, 552, 554, 583, 586, 587, 600, 604, 631, 637, 651, 665, 666, 671, 674, 679, 698, 704, 712, 713, 722, 739, 745, 760, 763, 798, 812, 816, 819, 844, 851, 865, 867, 912, 918, 956, 997, 1044, 1051, 1057, 1066, 1068, 1086, 1169, 1178, 1197, 1260, 1275, 1278, 1286, 1295, 1303, 1307, 1314, 1317, 1319, 1322, 1324, 1326, 1330, 1336, 1342, 1344, 1356, 1365, 1366 e 1377, em sua formulação original, são inadequadas e incompatíveis com as normas orçamentárias e financeiras, por aumentar as despesas ou diminuir as receitas para a União e/ou Estados, Distrito Federal e Municípios, sem a estimativa de impacto financeiro-orçamentário e/ou sem a



devida apresentação de compensação ou por descumprir alguma norma financeira e orçamentária.

Embora, em análise preliminar, tenham sido identificadas possíveis inadequações ou incompatibilidades financeiras das Emendas ao Substitutivo do Relator nºs 31, 86, 257, 425, 430, 500, 505, 643, 812, 859, 1219, 1317 e 1365 manifestamo-nos pela sua adequação financeira e orçamentária, na forma do Substitutivo anexo.

As demais Emendas ao Substitutivo (ESBs), por apresentarem matéria de cunho meramente normativo e/ou diretrizes, objetivos, metas e estratégias, sem impacto financeiro-orçamentário aos entes públicos, **não possuem implicação orçamentária ou financeira**, não cabendo afirmar se elas são adequadas, nos termos do art. 9º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação.

## II.4 DO MÉRITO

O Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, do Poder Executivo, “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034”. De acordo com o art. 214 da Constituição Federal, “a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino [...]”. São objetivos constitucionais do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme os incisos desse artigo:

- I - erradicação do analfabetismo;
  - II - universalização do atendimento escolar;
  - III - melhoria da qualidade de ensino;
  - IV - formação para o trabalho;
  - V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
  - VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- § 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação (art. 214, CF 1988).





Portanto, o projeto de lei enviado pelo Poder Executivo cumpre, no mérito, suas finalidades precípuas previstas na Carta Magna, além de trazer uma série de inovações positivas em relação aos PNEs anteriores, entre as quais destacamos a atenção aos segmentos populacionais hipossuficientes, que de fato são destinatários prioritários das políticas públicas.

Em termos gerais, as Emendas apresentadas pelos nobres Parlamentares (Senhoras e Senhores Deputados) — tanto as que pretendiam modificar o projeto de lei enviado pelo Poder Executivo (EMCs) quanto as que tinham o intuito de efetuar alterações no Substitutivo do Relator (ESBs) — foram fundamentais para aprimorar os dispositivos já existentes e, em muitos casos, trouxeram inovações relevantes, como a criação de novas metas e estratégias, e a inserção de dispositivos no corpo normativo.

Assim também as propostas surgidas nos seminários estaduais e distrital e as sugestões apresentadas em reuniões que realizamos ao abrir nossa agenda às terças-feiras, além dos vários documentos encaminhados, que estão disponíveis no sítio oficial da Comissão Especial.

A partir de várias emendas e solicitações dos Parlamentares, bem como de sugestões do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), elaboramos, no primeiro Substitutivo (e mantivemos neste Substitutivo anexo), novo Objetivo 8 – Sustentabilidade socioambiental na educação – com um conjunto robusto de metas e estratégias. Cabe, de fato, ao PNE trazer uma contribuição para esse debate fundamental neste século. Trata-se de componente essencial do planejamento dos sistemas de ensino.

Algumas propostas foram inseridas em pontos distintos dos inicialmente sugeridos, sempre em busca de melhor alinhamento com a estrutura do Plano, bem como de sua harmonização com outras normas legais vigentes.

Houve ainda emendas pontuais que se mostraram pertinentes para atravessar toda a política educacional, como a compreensão de que a garantia de acesso, permanência e conclusão em todas as etapas da educação deve ter como horizonte não apenas a redução, mas a superação efetiva das desigualdades.



Para fins de monitoramento, já no primeiro Substitutivo (mantida a redação no novo Substitutivo anexo), incluiu-se a categoria “localização”, a fim de evidenciar as disparidades ainda existentes entre estudantes de escolas urbanas e rurais. Acolhendo sugestões quanto à representação de grupos sociais, adotou-se a redação raça/cor, em referência às categorias adotadas pelo IBGE.

Propostas específicas que são objeto de outras normas – como a LDB, a Lei do Fundeb, e Resoluções – devem ser debatidas em proposições pertinentes. Assim, emendas nesse sentido, ainda que toquem questões relevantes, não foram acolhidas, tanto na primeira etapa de emendamento (Emendas ao Projeto de Lei do Poder Executivo) quanto na segunda (Emendas ao Substitutivo do Relator).

#### **A) Emendas propondo alterar a parte normativa (artigos) do Projeto de Lei nº 2.164, de 2024 (EMCs) e do Substitutivo do Relator (ESBs)**

Em relação à parte normativa (artigos) do projeto, procuramos dar, desde o primeiro Substitutivo, tratamento especial às **diretrizes**, aproveitando algumas contribuições para aprimorar a redação original, e acrescentamos, no referido primeiro Substitutivo, sete novos incisos ao art. 3º. Merecem destaque: a) a centralidade do direito à educação, a qualidade, a equidade e a inclusão, como orientações para a formulação e a implementação das políticas educacionais (nova redação para o inciso VII do art. 3º), em relação às quais o Substitutivo resultante da segunda etapa de emendamento na Comissão Especial acrescentou: a “aprendizagem, respeitadas as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes”; b) o reconhecimento da importância da articulação entre família e escola para o processo educacional (inciso XI); c) a promoção da cultura da paz e da prevenção à violência no ambiente escolar (inciso XIII) e; d) a garantia do direito humano à liberdade religiosa, incluindo a proteção à liberdade de consciência e de crença, e de convicção filosófica ou política (inciso XIV).

No que se refere aos **objetivos gerais**, destacamos a nova redação do inciso I do art. 4º: o fortalecimento dos princípios do Estado Democrático de Direito, com ênfase na promoção da **cidadania e do desenvolvimento socioambiental sustentável**. A questão da sustentabilidade socioambiental, aliás,



além de ser expressamente tratada no novo Objetivo 8, permeia o Substitutivo (art. 3º, III e X, art. 4º, I, e estratégias 1.2; 2.3; 4.2; 5.3; 6.7; 7.16; 9.8; 9.13; 9.19; 14.1; 14.15; 15.5; 16.8; 17.8). O novo Substitutivo acrescentou, no art. 4º, o caráter gratuito e obrigatório da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no inciso VII e a questão de assegurar condições de trabalho adequadas no âmbito da valorização dos profissionais da educação (inciso IX).

É digna de nota, ainda, a inserção do novo inciso XII no art. 4º que prevê a superação das desigualdades regionais na implementação das políticas educacionais, aspecto que permite ter um olhar mais adequado a diferenças como as que ocorrem nos estados e municípios da Região Norte e o chamado “fator amazônico” – tema que debatemos em reunião liderada pela nobre Deputada Socorro Neri, com apoio do Deputado Ailton Faleiro, com gestores educacionais dos estados do Acre, Amazonas, Tocantins e Amapá.

No art. 7º, que trata do regime de colaboração entre os entes federativos para o cumprimento do PNE, o texto do primeiro Substitutivo trazia a seguinte redação em seus §§ 6º e 7º, combinados com o art. 15:

Art. 7º [...]

[...]

§ 6º A instância referida no § 3º [*instância tripartite*], considerados os resultados das conferências estaduais de educação previstas no art. 6º e as projeções referidas no § 1º, promoverá ações voltadas para a articulação e compatibilização dos objetivos, metas e estratégias das propostas de planos estaduais e distrital, para que estas, no seu conjunto, contribuam para o cumprimento do PNE.

§ 7º A instância referida no § 5º [*instância bipartite*], considerados os resultados das conferências municipais de educação previstas no art. 6º e as projeções referidas no § 1º deste artigo, promoverá ações voltadas para a articulação e compatibilização dos objetivos, metas e estratégias das propostas de planos municipais, para que estas, no seu conjunto, contribuam para o cumprimento do plano estadual.

[...]

Art. 15. Será mantida rede de assistência técnica, coordenada pela União, para fins de elaboração ou adequação, monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação, bem como dos planos de ação de que trata o art. 13.

No entanto, o MEC identificou, corretamente, ambiguidades e não pertinência nessa redação quanto às competências das instâncias tripartite e bipartite, bem como o risco de interpretação de que as conferências locais teriam



de ser novamente realizadas.

Para aperfeiçoar estes dispositivos, propomos a seguinte redação no novo Substitutivo (anexo):

Art. 7º [...]

[...]

§ 6º A União oferecerá apoio técnico para a articulação, elaboração e execução dos planos estaduais e distrital, de modo a que estes, no seu conjunto, contribuam para o cumprimento do PNE.

§ 7º Os Estados oferecerão apoio técnico para a articulação, elaboração e execução dos planos municipais dos Municípios que se encontrem em seu território, de modo a que estes, no seu conjunto, contribuam para o cumprimento do PNE.

[...]

Art. 15. Será mantida rede de assistência técnica, coordenada pela União, para os fins do disposto nos §§ 6º e 7º do art. 7º.

Também acatando sugestão do MEC, foram espelhados os incisos do *caput* do art. 8º (que trata das balizas que a regulamentação do Poder Executivo federal deve considerar para o monitoramento e a avaliação do PNE) em novo parágrafo desse artigo, para tratar das balizas para os Poderes Executivos dos entes subnacionais regulamentarem seus respectivos planos de educação locais, com o seguinte texto (renumerado o § 2º do art. 8º do primeiro Substitutivo para § 3º):

Art. 8º [...]

[...]

§ 2º Atos dos Poderes Executivos estaduais, distrital e municipais disciplinarão o monitoramento e a avaliação dos respectivos planos decenais de educação, considerando:

I - a participação dos órgãos responsáveis pela educação, das comissões de educação dos poderes legislativos e dos conselhos e fóruns de educação dos respectivos entes;

II - o escopo, as competências, os critérios e os mecanismos para o monitoramento e a avaliação dos respectivos planos decenais de educação;

III - a disponibilização de dados que auxiliem os Estados e seus Municípios para este fim.

[...]

Nos art. 9º (*caput*) e 10 (parágrafo único, II), o novo Substitutivo esclarece que as conferências estaduais, distrital e municipais são promovidas



pelos fóruns dos respectivos entes federativos, sendo apenas “articuladas” e “coordenadas” (mas não “promovidas”) pelo FNE.

No art. 10, que trata do Ato do Ministro de Estado da Educação sobre a composição e o funcionamento do Fórum Nacional de Educação (FNE), o primeiro Substitutivo já havia acrescentado ao texto a garantia de pluralidade na composição daquele Fórum, em atendimento a emendas que sinalizaram a preocupação com essa formação, o que foi mantido no Substitutivo anexo. Foi realizado ajuste de redação para alinhar o texto com o da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que institui o Sistema Nacional de Educação, no sentido de prever o acompanhamento da implementação das metas do PNE. Além disso, foi acolhida emenda que aperfeiçoa o texto para que dele conste também a articulação das conferências estaduais, distrital e municipais pelos respectivos fóruns de educação dos entes federativos subnacionais.

O art. 11 prevê que as metas do PNE deverão ser monitoradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com a publicação bienal, até 31 de março, dos índices de alcance das metas referentes aos dois exercícios anteriores, com informações organizadas por Unidade da Federação e consolidadas em âmbito nacional. No art. 12, o novo Substitutivo anexo incluiu a menção ao Censo de Pós-Graduação *Stricto Sensu* como uma das fontes de monitoramento e avaliação do PNE pelo MEC.

Para contribuir com a efetiva implementação do PNE propõe-se, no art. 13, que os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios elaborarão, a cada dois anos, com ampla divulgação, plano de ações educacionais referente aos dois exercícios seguintes.

O PNE será financiado com recursos vinculados à educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com fundos constitucionais e legais vinculados à educação, entre outras fontes previstas na legislação, sendo que o financiamento da educação básica pública obedecerá aos seguintes princípios:

- I - a construção de equidade na capacidade de financiamento dos sistemas públicos de educação básica;
- II - o padrão nacional de qualidade pactuado no âmbito da federação;



III - o Custo Aluno Qualidade (CAQ), de que trata o art. 211, § 7º, da Constituição;

IV - o monitoramento contínuo da alocação dos recursos destinados à melhoria da infraestrutura escolar;

V - o monitoramento contínuo da relação entre a alocação dos recursos financeiros e a melhoria do padrão de qualidade da oferta educacional e da diminuição das desigualdades de aprendizagem e das desigualdades sociais e regionais;

VI - a ação redistributiva de cada ente federado em relação às suas próprias escolas, em conformidade com o § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

VII - o aperfeiçoamento da capacidade de gestão financeira dos sistemas públicos de educação básica;

VIII - o atendimento às diferentes necessidades dos estudantes, em especial dos grupos populacionais tradicionais e específicos.

Foi proposto no primeiro Substitutivo, do art. 21 ao 27, a criação de um programa nacional voltado para a melhoria e ampliação da infraestrutura das escolas públicas, para cujo financiamento uma das principais fontes está relacionada aos recursos oriundos da exploração do petróleo e gás natural. Ressaltamos que essa proposta de fonte de financiamento por meio dos recursos elencados nos incisos I, III e IV do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, não configura nova vinculação de receita orçamentária ao programa de infraestrutura escolar, já que o *caput* do referido artigo determina que os recursos arrolados “serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios”. Dessa forma, entendemos que não se aplicam as determinações do art. 137 da Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2025, sendo replicada a redação do dispositivo no art. 141 do PLDO 2026.

No novo Substitutivo, com o objetivo de fortalecer as metas de valorização dos profissionais do magistério previstas no Plano, foi incluído um novo



§ 5º ao art. 25 da Lei, cuja redação será comentada adiante, em conjunto com as demais alterações promovidas pelo novo texto no Objetivo 17.

Por fim, após diálogo com o MEC, considerou-se pertinente, nos arts. 31 e 32, reduzir os prazos indicados para “criar e regulamentar” (e não apenas “formalizar”, como trazia o primeiro Substitutivo) as instâncias tripartite e bipartite em até 120 dias (em lugar dos 180 dias previstos no primeiro Substitutivo).

Com vistas a garantir os recursos para a melhoria e a ampliação da infraestrutura das escolas públicas, apresentamos, junto a este Parecer, MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR que “altera a Lei Complementar nº 200, de 2023, para excluir os valores correspondentes às aplicações da União realizadas no âmbito do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar da base de cálculo e dos limites individualizados definidos para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias do Poder Executivo Federal”.

## **B) Emendas ao Projeto de Lei no 2.614, de 2024 (EMCs) referentes aos Objetivos do PNE**

As considerações que se seguem tratam das emendas ao projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo (EMCs) e de sua incorporação ao primeiro Substitutivo.

Em relação ao **Objetivo 1**, que versa sobre o acesso à educação infantil, foram acolhidas emendas que visam incorporar o atendimento à demanda manifesta por vagas em creches como meta do PNE (meta 1.a). Considerando o caráter não obrigatório dessa etapa educacional, entende-se que o indicador tende a refletir de forma mais fidedigna a demanda das diferentes localidades. A revisão da meta 1.a se coaduna também com decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o dever do poder público de dar efetividade ao direito fundamental da criança à educação básica e alinha-se com a Lei 14.851, de 2024, que determina levantamento anual da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de zero a três anos de idade. Optamos ainda por manter, em nível nacional, a meta de atender no mínimo 60% dessa população para evitar



retrocessos na garantia do direito. A meta 1.b teve seu prazo de cumprimento alterado para o segundo ano da vigência do PNE, pois a universalização do acesso à pré-escola já deveria ter sido concluído em 2016, prazo estipulado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

Foram acrescentadas quatro novas estratégias: definição de instrumento nacional para levantamento de demanda por vagas em creche; indução de critérios e mecanismos de priorização de atendimento da demanda por creche de modo a promover equidade; promoção de políticas públicas para favorecer ampliação da oferta de pré-escola em localidades com menor atendimento e implementação de campanha anual de comunicação voltada às famílias sobre o direito à educação infantil. Ademais, houve aperfeiçoamentos em diversas estratégias oriundos de propostas veiculadas pelas Emendas.

Quanto ao **Objetivo 2**, cujo foco é a qualidade da educação infantil, optamos por ajustar a redação das metas 2.a e 2.b para definir que as práticas pedagógicas deverão estar alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, de sorte a contemplar ambos os eixos estruturantes dessas práticas - as interações e as brincadeiras -, e as orientações em relação aos objetivos de aprendizagem. Segundo a BNCC, impõe-se a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na educação infantil, tanto na creche quanto na pré-escola, razão pela qual incorporou-se esse comando às metas.

Cinco novas estratégias foram incorporadas a esse Objetivo 2 como fruto das Emendas apresentadas. Os temas são: implementação e monitoramento periódico das diretrizes operacionais nacionais de qualidade e equidade; estabelecimento de índice nacional de qualidade para a educação infantil; indução de processos de formação das equipes gestoras; apoio a programas de orientação às famílias; e ações intersetoriais para a integração dos sistemas de dados oficiais para monitoramento do direito à educação da criança e articulação das políticas públicas de proteção à infância. Entre os ajustes feitos nas demais estratégias, destacamos o reforço às práticas de leitura em casa.

Entre as alterações promovidas no **Objetivo 3** – Alfabetização, merece destaque a inclusão da meta de assegurar nível adequado de aprendizagem em matemática das crianças ao final do 2º ano do ensino fundamental, até o quinto ano de vigência do PNE, e de garantir que todas alcancem esse nível ao final do





decênio. Com isso, ajustou-se o texto do objetivo, a meta 3.c, sobre redução de desigualdades, e a estratégia 3.8, relativa ao aprimoramento e à realização censitária dos instrumentos de avaliação.

Outra modificação relevante ocorreu na estratégia 3.9, que passou a prever o acompanhamento, por escolas e redes, do progresso da fluência leitora desde o 1º ano, possibilitando mediações pedagógicas mais imediatas e personalizadas. Embora houvesse propostas para a criação de uma nova meta sobre o tema, entendeu-se que, como a BNCC já define a fluência como objeto de conhecimento e a reconhece como indicador do desenvolvimento da leitura, o mais adequado é assegurar seu monitoramento contínuo em sala de aula.

Foram ainda incorporadas quatro novas estratégias: a alfabetização das crianças indígenas prioritariamente na língua de suas comunidades (3.4); a promoção de políticas específicas para crianças em maior vulnerabilidade social (3.14); a implementação de ações de recomposição das aprendizagens com acompanhamento individualizado (3.15); e a disponibilização de materiais didáticos adequados ao 1º e 2º ano, alinhados à BNCC e adaptados aos diferentes contextos escolares (3.16).

Por fim, as propostas de alteração do prazo para a alfabetização — algumas para o 1º ano, outras para o 3º — foram rejeitadas, por estarem em desacordo com a BNCC e por imporem ônus às redes de ensino já organizadas com base na política de alfabetização vigente, exigindo mais debate e a construção de consenso antes de qualquer mudança.

Quanto ao **Objetivo 4**, que trata do acesso, da trajetória e da conclusão no ensino fundamental e médio, acolhemos as emendas que propuseram uma elevação no percentual de estudantes concluintes do ensino médio na idade regular (meta 4.d.), que passou a 90%. Acreditamos ser possível e necessário assumirmos um compromisso mais ambicioso em relação à conclusão da educação básica na idade adequada, ainda que reconheçamos que o esforço para garantir trajetórias regulares tende a se intensificar nas transições entre as etapas. Por esta razão, mantivemos um aumento progressivo nos percentuais apresentados nas metas 4.b (100%), 4.c (95%) e 4.d. (90%), relativos ao



quantitativo de estudantes concluintes do quinto ano do ensino fundamental, do nono ano do ensino fundamental, e do ensino médio, respectivamente, na idade regular.

No âmbito das estratégias, ganham destaque as propostas de ampliação de programas de iniciação científica, tecnológica e artístico-cultural na educação básica, a implementação de ações voltadas à promoção da cultura de paz e ao enfrentamento à violência em âmbito escolar, e o fortalecimento da articulação entre escolas e famílias, em prol do desenvolvimento integral dos estudantes. Acreditamos que a inclusão dessas novas estratégias tem, de fato, o potencial de contribuir para a efetivação do direito ao acesso, à permanência e à conclusão dessas duas etapas fundamentais da educação básica.

No âmbito do **Objetivo 5**, que se refere à garantia da aprendizagem no ensino fundamental e médio, propomos a inclusão da categoria “localização” nas metas relativas à redução das desigualdades (metas 5.c e 5.e), considerando a permanência de disparidades significativas entre grupos de estudantes das escolas localizadas em zonas rurais e urbanas.

Em relação às estratégias apresentadas, propomos a expansão da aplicação de avaliações internacionalmente reconhecidas no país, aliada ao aprimoramento dos instrumentos nacionais. Propomos, ainda, o fomento a processos contínuos de avaliação institucional e autoavaliação que envolvam a comunidade escolar, e que, aos estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, também seja conferida atenção especial quando do acompanhamento individualizado e focado na redução das desigualdades de aprendizagem.

Por fim, propomos o acréscimo de seis novas estratégias. Duas delas retomam a preocupação com a prevenção e o enfrentamento à violência em ambiente escolar, seja por meio da implementação de ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais e estratégias de mediação de conflitos, ou da qualificação das equipes escolares para identificar, prevenir, e intervir em casos de intimidação sistemática (*bullying*). Outras duas se referem à importância de aprimorar os processos de elaboração e seleção de materiais didáticos e paradidáticos disponibilizados aos estudantes, e de ampliar o acesso a oportunidades educacionais e profissionais em um contexto de crescente internacionalização, por meio do fortalecimento de línguas estrangeiras.



A quinta estratégia acrescida ao Objetivo 5, por sua vez, busca assegurar a implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, bem como a presença das equipes multiprofissionais nas redes públicas de educação básica. Por último, propomos que seja explicitada, como estratégia, a indução da participação de pelo menos 80% dos estudantes de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames nacionais do sistema de avaliação da educação básica. Trata-se de uma ação importante para garantir maior robustez aos indicadores de rendimento escolar.

Em relação ao **Objetivo 6**, que trata da ampliação da oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, a meta 6.a, em especial, foi alvo de grande discussão, com propostas que variavam desde percentuais mais elevados — como 70% das escolas atendendo 49% dos estudantes — até ajustes intermediários. O texto final aprovado buscou construir um equilíbrio entre a ambição da política e sua viabilidade, estabelecendo como marco a oferta em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo 35% dos estudantes até o quinto ano de vigência, e avançando para 65% das escolas e 50% dos estudantes até o final do PNE. Dessa forma, garantimos um horizonte de expansão progressiva, compatível com a experiência recente de crescimento das matrículas em tempo integral, mas ainda suficientemente ousado para consolidar a política como prioridade nacional.

Entre as estratégias, destaco algumas mudanças centrais. Houve a incorporação da noção de intencionalidade pedagógica nas diretrizes nacionais, reforçando que a ampliação da jornada deve ser acompanhada de qualidade e propósito educativo. Também foi enriquecido o conceito de integração de diferentes espaços, instituições e tempos educativos na otimização do tempo de permanência na escola, de modo a diversificar as atividades com intencionalidade pedagógica e incluir dimensões científicas, tecnológicas, de reforço de recomposição da aprendizagem. Além disso, o texto final foi aprimorado para contemplar de maneira mais clara os estudantes com defasagem idade-série, evidenciando a prioridade dada a grupos em maior situação de vulnerabilidade.

Outro avanço importante ocorreu no tratamento da valorização dos profissionais da educação, com a previsão de incentivos, inclusive nos planos de carreira, para promover a dedicação docente preferencialmente em uma única escola, medida fundamental para assegurar a qualidade pedagógica. Por fim, foi



incluída uma nova estratégia que prevê ações voltadas à permanência escolar e ao desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes do ensino médio, articulando a educação integral com perspectivas de trabalho, continuidade dos estudos e experiências formativas mais amplas, como intercâmbios e olimpíadas de conhecimento.

Em relação ao **Objetivo 7**, que trata da Conectividade, Educação para as Tecnologias e Cidadania Digital, sua análise e das emendas a ele apresentadas iniciou-se com o alinhamento das expressões usadas em seu título, em sua definição e em suas estratégias com a terminologia utilizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e as normas do CNE. Cidadania Digital, por exemplo, é expressão menos abrangente do que Cultura Digital, uma das três dimensões da educação digital prevista na BNCC. Seu uso poderia, equivocadamente, informar uma preferência a um dos subtemas da educação digital. Além disso, nas estratégias do Objetivo 7, há outras finalidades além das sugeridas no seu título. Propõe-se título que, apesar de ser mais conciso nas palavras, é mais abrangente e tecnicamente mais adequado.

Na definição do Objetivo 7, além das questões observadas para o título do Objetivo, tem-se também que o desafio da conectividade não está colocado. Propõe-se, então, definição mais abrangente, detalhada e consistente com o teor das metas e estratégias, de forma que fique bem definido o que se pretende alcançar nos próximos dez anos, inclusive em termos de infraestrutura tecnológica nas escolas.

A meta 7.a é mais tímida que a estratégia 7.15 do PNE 2014-2024 e do que a Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Enec), lançada pelo Governo Federal em 2023. Propõe-se texto que seja mais consistente com o esforço proposto pela Enec. Além disso, é matéria urgente diante da divisão digital na sociedade brasileira em geral e nas escolas, em particular. A conectividade também precisa ser qualificada, especialmente para garantir não apenas a conexão à rede externa, mas a disponibilização de redes internas *wi-fi*, para uso pedagógico de alunos e professores.

A meta 7.b estabelece 60% como o percentual de alunos com aprendizagem adequada em educação digital a ser alcançado no final da década. É um dos mais baixos dentre os adotados no PL nº 2.614, de 2024. Se se considerar a diferença que existe entre os níveis de aprendizagem dos alunos nas diferentes etapas da



educação básica, seria oportuno segmentar a meta de aprendizagem da educação digital também entre as etapas de ensino, assim como o PL nº 2.614, de 2024, faz para os demais componentes curriculares. Apesar de a educação digital ser um componente curricular em estruturação, tem a seu favor o interesse do tema diante do processo de digitalização em andamento na sociedade. Outros componentes já estruturados, mas com desafios de aprendizagem também muito altos, como matemática, possuem expectativas de aprendizagem maiores que a educação digital. Propõe-se, portanto, segmentar os percentuais da meta nas diferentes etapas, de forma gradual como os dos demais componentes curriculares, e aumentar a meta final.

Em relação às estratégias do Objetivo 7 constantes do corpo do PL nº 2.614, de 2024, são propostos ajustes no texto, dentre outros, para: qualificar a conectividade almejada; incorporar expressões mais apropriadas ao contexto, como, por exemplo, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), soluções digitais, recursos educacionais digitais, integração das TDIC à educação, “educação digital, nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital” (que incorpora todo o conteúdo da educação digital, suas habilidades e competências), dentre outros.

Em relação às novas estratégias trazidas ao texto por meio de sugestões colhidas das emendas e das reuniões e seminários, destacam-se: a inclusão do tema da Inteligência Artificial — estabelecimento de diretrizes nacionais para adoção de plataformas educacionais digitais e de inteligência artificial na educação, com a garantia de transparência e proteção de dados pessoais, e atualização da BNCC para incorporar as diretrizes do CNE sobre o conteúdo de IA a ser estudado nas escolas —, a promoção da formação inicial e continuada também dos profissionais da educação básica para integração das TDIC aos processos educacionais; o fomento da parceria da escola com as famílias para a promoção do uso seguro das TDIC; a curadoria de soluções digitais não discriminatórias; o estabelecimento de diretrizes para uso sustentável dos dispositivos tecnológicos no ambiente escolar; o fomento de parcerias das redes públicas de ensino com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) para produção de soluções digitais.

No que atine ao novo **Objetivo 8** - Sustentabilidade socioambiental na educação, são estabelecidas três metas e 23 estratégias.



A meta 8.a. propõe garantir que, até o quinto ano de vigência deste PNE, no mínimo 60% das redes de ensino e, até o final do decênio, a totalidade dessas redes desenvolvam planos para prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima e os implementem em seus estabelecimentos de ensino.

A meta 8.b. visa garantir que todos os estabelecimentos de ensino tenham estrutura física e instalações que atendam a padrões de conforto térmico.

A meta 8.c. pretende assegurar que todas as instituições de ensino promovam a educação ambiental com base na Política Nacional de Educação Ambiental e nas diretrizes curriculares nacionais do Conselho Nacional de Educação.

Com relação às estratégias do Objetivo 8, foram enfatizadas ações de promoção da sustentabilidade socioambiental e de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Além disso, ressaltou-se a importância de intervenções que contribuam para a promoção da educação ambiental alinhada com a Política Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes do CNE.

Em relação ao **Objetivo 9**, que trata do acesso, da qualidade da oferta e da permanência na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, as metas iniciais receberam ajustes significativos. As metas referentes à educação infantil foram reformuladas para alinhar-se ao que já está previsto na meta geral de creche do Plano, estabelecendo o atendimento de 100% da demanda manifesta e, em nível nacional, a cobertura mínima de 50% das crianças de até três anos nas modalidades indígena, do campo e quilombola até o final da vigência. Esse alinhamento deu mais concretude às metas, que antes apresentavam percentuais insuficientes ou mesmo careciam de parâmetros de cobertura. Também foi incorporada uma nova meta destinada a assegurar que toda a oferta de creche, pré-escola, ensino fundamental e médio nessas modalidades alcance padrões nacionais de qualidade, contemplando infraestrutura, profissionais da educação, recursos pedagógicos e acessibilidade.

No campo das estratégias, o texto final reforçou a autonomia pedagógica e administrativa das escolas indígenas, do campo e quilombolas, garantindo a implementação de projetos e currículos próprios com suporte técnico e financeiro adequado. Foi também consolidada a obrigatoriedade do cumprimento das Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, com articulação entre os entes federados para apoiar e monitorar sua efetiva implementação. Outro ponto de destaque foi a



valorização das especificidades arquitetônicas das escolas indígenas, prevendo que seus espaços respeitem os modos de habitar e as referências culturais de cada povo. Houve ainda o fortalecimento da política de materiais didáticos e pedagógicos, que passa a contar com a contribuição das ações de ensino, pesquisa e extensão das universidades, articulando saberes tradicionais e evidências científicas.

O relatório também contemplou novas estratégias que ampliam o escopo da política educacional nessas modalidades. Entre elas, destacam-se a criação de coordenações específicas para educação do campo, indígena e quilombola nas secretarias de educação; o reconhecimento dos saberes ancestrais e de sua contribuição para a preservação ambiental; a formulação de políticas para povos indígenas em áreas urbanas e contextos migratórios; e a incorporação da cultura do cuidado nas escolas, com formação continuada para professores e gestores. Por fim, foi incluída a previsão de apoio técnico e financeiro à instituição de um instrumento nacional para levantamento da demanda por creches nessas modalidades, aliado a políticas de busca ativa, inovação construída neste relatório para garantir que nenhuma criança fique fora da escola por falta de registro ou informação adequada.

Quanto ao **Objetivo 10**, que trata da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e da Educação Bilíngue de Surdos, acatamos emendas que buscaram garantir não apenas o acesso à educação e a oferta de atendimento educacional especializado (AEE), como também a qualidade do AEE e a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial – PAEE e dos estudantes público-alvo da educação bilíngue de surdos – Paebbs.

Nas metas, destacam-se as alterações da meta 10.b, com menção expressa à disponibilização de salas de recurso multifuncionais e inserção de marco intermediário para a oferta de AEE, que deverá alcançar 80% do público-alvo até o quinto ano de vigência do Plano.

As estratégias foram aprimoradas no sentido de garantir a acessibilidade em sentido amplo (e não apenas a física) em todas as escolas brasileiras. Também objetivamos reduzir as desigualdades de oferta da educação especial e da educação bilíngue de surdos e estender o transporte gratuito para deslocamento entre escola e residência aos estudantes de todas as etapas e modalidades da educação básica, aí incluídos os estudantes da EJA. A preocupação com a



formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação, para atuação no ensino comum e no AEE, também refletiu no aperfeiçoamento de estratégias.

Ao longo das estratégias de diversos objetivos, sempre que cabível, as prioridades estabelecidas para grupos vulneráveis passaram a mencionar o público-alvo da educação especial. Assim, além das pessoas com deficiência, estão inseridos os estudantes com TEA e altas habilidades ou superdotação.

Por fim, destacam-se as novas estratégias inseridas no texto, as quais buscam a indução a mecanismos para atrair professores experientes e com formação adequada para atuarem no atendimento aos estudantes PAEE e Paebs; a instituição de diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores com essa atuação; a instituição de diretrizes nacionais para o profissional de apoio escolar; a criação de mecanismos para a identificação e o cadastramento dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, a fim de promover a diferenciação curricular, o atendimento suplementar e a aceleração de estudos, garantindo o apoio e a permanência na escola; e o incentivo à oferta de cursos de extensão em Libras para ouvintes, com prioridade para os pais ou responsáveis por bebês e crianças matriculados na educação bilíngue de surdos, medida que impacta diretamente a inclusão e o desenvolvimento destes estudantes.

No **Objetivo 11**, que dispõe sobre educação de jovens, adultos e idosos, foram realizados aperfeiçoamentos que, seguramente, dão à educação de jovens e adultos (EJA) o destaque que ela merece no PNE, afinal será por meio dessa modalidade de ensino que asseguraremos a todos os que não tenham acessado ou concluído a educação básica na idade recomendada condições de acesso, permanência e conclusão da educação básica, elevando, assim, o nível de escolaridade da população brasileira, notadamente dos grupos historicamente marginalizados.

Neste sentido, destacou-se no próprio objetivo a importância de ampliarmos o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica ao público da EJA. Para isso, é urgente expandir a taxa de matrícula na EJA, assim como assegurar condições de acesso, permanência e qualidade na oferta da modalidade, consideradas as especificidades do público atendido. As novas metas propostas (11.d e 11.e), assim como as novas estratégias inseridas (11.15 a 11.23), vão nessa direção.





Em relação ao **Objetivo 12** – Acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), merece destaque a criação da meta de conclusão 12.e, que estabelece a garantia de que 90% dos estudantes matriculados na educação profissional técnica de nível médio concluam regularmente seus cursos, refletindo também na alteração do próprio texto do objetivo.

A meta de expansão (12.a) das matrículas da oferta pública da educação profissional técnica de nível médio passou de 40% para 50%, recuperando o patamar previsto no PNE 2014-2024, com menção expressa às formas integrada e concomitante de oferta. A meta 12.b, relativa à ampliação das matrículas em cursos subsequentes, foi elevada de 50% para, no mínimo, 60%, e criou-se a meta 11.f, que busca elevar para 10% o percentual de jovens de 18 a 24 anos com formação técnica. Alterações que se justificam pelos dados da OCDE (Education at a Glance 2024), que apontam que apenas 5% dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos estavam matriculados em cursos técnicos em 2022, contra 17% na média dos países da OCDE e mais de 25% na Áustria e na Polônia.

Foram criadas três estratégias, a saber: a estratégia 12.12, visando ampliar o acesso de estudantes à EPT, considerando critérios de raça/cor, sexo e nível socioeconômico; a estratégia 12.13, prevendo a definição de mecanismos de qualidade para orientar a expansão da oferta; e a estratégia 11.14, prevendo a ampliação do financiamento estudantil para cursos técnicos e tecnológicos, com base na Lei nº 10.260, de 2001.

Em relação ao **Objetivo 13**, uma das principais alterações foi a criação da meta 13.c, que estabelece a ampliação progressiva da inserção dos egressos no mundo do trabalho, consideradas, no mínimo, a empregabilidade e a renda. Conforme o art. 42-B da LDB, a inserção dos egressos no mundo do trabalho é um indicador relevante para avaliar a qualidade da EPT, ainda que dependa, em grande medida, de fatores externos à educação. Dessa forma, a meta também vai permitir avaliar a capacidade da EPT de responder às demandas da sociedade e do setor produtivo, o que tende a se refletir em melhores resultados na inserção profissional.



A meta 13.b também foi alterada para, nos moldes da meta 5.d., estabelecer um percentual intermediário de cumprimento. Ademais, foram criadas quatro estratégias: a 13.13., que trata da promoção de políticas de empregabilidade para jovens, com oferta de orientação profissional, incentivo ao empreendedorismo e formação técnica alinhada às demandas da sociedade e do mercado; a 13.14, que fomenta a articulação da educação profissional, inclusive na EJA, com o setor produtivo por meio da ampliação de programas de aprendizagem; a 13.5, que dispõe sobre a instituição de comissão tripartite com gestores, instituições formadoras e representantes do mundo do trabalho para fortalecer as políticas públicas da EPT; e a 13.8, que assegura a atualização periódica dos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).

No **Objetivo 14**, que trata do acesso, permanência e conclusão na Graduação, foi inserida uma nova meta, relativa à taxa bruta de escolarização na educação superior, considerando a relevância de abranger, nesse nível de ensino, distintos contingentes da população. Além disso, acataram-se emendas que qualificaram ainda mais algumas estratégias, contemplando a avaliação institucional, as condições de permanência, a articulação as redes de educação superior mantidas pelas diferentes esferas federativas, as políticas afirmativas e a avaliação das políticas de financiamento estudantil.

No **Objetivo 15**, relativo à qualidade da graduação, as metas relativas à ampliação do número de docentes em tempo integral e de docentes titulados em nível de mestrado e doutorado, mantidas em seus números totais, foram mais detalhadas para adequá-las aos diferentes perfis institucionais de organização acadêmica. Foram também acatadas inúmeras emendas sobre indicadores de avaliação, especialmente os relativos a implementação de políticas afirmativas, acompanhamento de egressos, empregabilidade e impacto da produção acadêmica. Foram inseridas estratégias que visam a garantir a autonomia acadêmica dos professores da educação superior bem como promover sua formação pedagógica. Foram ainda acatadas emendas voltadas para o atendimento a populações específicas, avaliação externa desenvolvidas pelas próprias instituições e financiamento adequado e contingente de profissionais necessários ao adequado funcionamento das instituições públicas.



No **Objetivo 16**, referente à pós-graduação *stricto sensu*, a meta relativa ao número de titulações de mestres por cem mil habitantes foi aumentada de trinta e cinco para sessenta, tornando-a mais proporcional ao número proposto para titulações de doutores. Foram acatadas diversas emendas que, entre outras, contemplavam programas interinstitucionais, programas de assistência estudantil, estágio de docência e inovação.

O **Objetivo 17**, com as emendas acatadas, ganhou novo título: “formação e valorização dos profissionais da educação básica”, deixando claras as duas vertentes contidas nele. A meta 17.a ganhou prazo intermediário (até o quinto ano de vigência do plano).

A meta 17.d passou a estabelecer prazo para o compromisso de que as redes tenham ao menos 70% de efetivos em seus quadros docentes.

Na meta 17.f, como os cursos de pós-graduação *lato sensu* não são avaliados nem reconhecidos pelo governo (apenas registrados no sistema), suprimiu-se a expressão “em cursos reconhecidos e avaliados em níveis adequados pelo Ministério da Educação”, para sanar ponto conceitual fundamental.

Em outra linha de ação, a discussão entre teoria e prática pedagógica foi objeto de uma série de emendas, cujas contribuições foram organizadas da seguinte forma: garantia de unidade entre teoria e prática pedagógica, quando mencionadas de maneira global e ampla, pois nenhuma das duas deve ter prerrogativa sobre a outra *a priori* (estratégia 17.3). Por sua vez, quando se trata de fortalecer as práticas de ensino, especificamente, isso é especialmente válido para o estágio probatório, que é instrumento a ser mais apropriadamente utilizado pelas redes para fortalecer a necessidade de aperfeiçoamento prático: “Estratégia 17.13. Fortalecer o estágio probatório a fim de melhorar a qualificação dos profissionais ingressantes nas redes públicas de ensino, por meio de formações específicas, em especial as de prática de ensino, bem como supervisão e acompanhamento por profissionais experientes”.

A correlação entre oferta de cursos de licenciaturas e de pedagogia com as demandas locais foi inserida pela noção de mapeamento dos cursos superiores. Uma série de outras contribuições de emendas foram incorporadas sob a forma de atenção a questões tais como combate a discriminações, ações em favor pela democracia e cidadania, pelo aperfeiçoamento do atendimento socioeducativo, bem como, por outra entrada, a melhoria e o apoio às redes de ensino, à formação



inicial e continuada, e respeito à LGPD, entre outros aspectos.

Vale destacar a supressão da estratégia 16.22 original do PL enviado pelo Executivo: “Incentivar a instituição de carreiras únicas para cada Estado e seus Municípios, e Distrito Federal, com o objetivo de equalizar as condições de trabalho no mesmo território”. Não há previsão de que todos os recursos disponíveis vinculados à educação venham a ser totalmente divididos por matrículas em cada âmbito estadual (não irão para uma nova e expandida cesta Fundeb, com todos os recursos), de modo que não parece ser o ideal incentivar carreiras únicas para cada Estado e seus Municípios, pois isto pode levar a carreiras que correspondam, no conjunto, à do município com menos recursos. Tende a ser mais razoável que as carreiras devam guardar alguma proporção aos VAATs das redes. Não soa razoável se justificar que as capitais, por exemplo, promovam carreiras semelhantes, mesmo possuindo muito mais recursos disponíveis, às de municípios do Estado com menos recursos.

Por fim, no que se refere à formação de gestores e docentes indígenas, quilombolas e outras comunidades do campo, buscou-se indicar a necessidade de que estes usufruam das condições de formação inicial e continuada equivalentes aos demais professores, de modo a reduzir desigualdades.

No **Objetivo 18**, deixou-se claro, em linha com o disposto no inciso VI do art. 206 da Constituição Federal (“gestão democrática do ensino público, na forma da lei”) o título como “Participação e Controle Social e Gestão Democrática na educação pública”, incorporando também contribuições de emendas que remetiam ao controle social. Houve também, portanto, alinhamento das Metas e Estratégias respectivas para relacionar a gestão democrática especificamente à educação pública.

Buscou-se fortalecer a noção de cooperação entre os entes federativos e indicar a relevância de diretrizes e parâmetros de formação não apenas para diretores escolares, mas também para os demais profissionais envolvidos na gestão escolar (estratégia 18.2), bem como garantir qualificação a ambos (estratégia 18.4), afirmados todos eles como atores de fundamental participação para o desenvolvimento da gestão democrática. Ainda em relação aos gestores, as emendas acatadas trouxeram a perspectiva de “garantir que todos os gestores sejam avaliados de forma regular e periódica, nos termos de suas respectivas carreiras” (estratégia 18.3).



A meta 18.a passou a ter redação alinhada com o art. 14 da Lei nº 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundeb: “assegurar que todos os diretores de escolas públicas sejam selecionados de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho.

Quanto à participação da população, em especial os segmentos hipossuficientes, na elaboração, acompanhamento, avaliação e controle dos planos decenais de educação, esta foi afirmada nas estratégias 18.6 e 18.7. A difusão de boas práticas foi afirmada na estratégia 18.10.

Foi inserida nova estratégia (18.12) para “garantir e ampliar os mecanismos de transparência, acesso à informação e controle social sobre as atividades do Fórum Nacional de Educação (FNE) e das Conferências Nacionais de Educação (Conae)”.

Foram efetuados, ademais, vários aperfeiçoamentos de redação, fornecendo maior precisão aos conceitos empregados e ampliando-os sempre que possível, tendo como norte, de maneira global, a gestão democrática como instrumento de melhoria da qualidade da educação e dos processos de ensino de aprendizagem.

Finalmente, em relação ao **Objetivo 19**, o título e o objetivo foram ampliados para incluir também a educação superior, além da básica, e acrescentou-se a noção de permanência como condição de qualidade, o que reforça a abrangência do Plano.

O Substitutivo introduz ainda alterações relevantes, guiadas por uma preocupação central: a diferenciação entre despesas correntes e de manutenção da infraestrutura escolar existente e despesas de capital voltadas a melhorias e ampliação dessa infraestrutura. Esse é um dos fios condutores que organizam as metas e estratégias, reconhecendo que essas duas naturezas de gastos não podem ser tratadas sob a mesma lógica. O Custo Aluno Qualidade é ajustado no texto às despesas correntes e de manutenção da infraestrutura escolar existente, por se relacionar à ideia de custo por aluno por ano, assim como também se estrutura o Fundeb. Já as despesas de capital voltadas a melhorias e ampliação dessa infraestrutura concentram altos volumes de investimento em momentos pontuais, sobretudo para novas instalações, e demandam métricas e fontes de financiamento distintas.



A meta 19.a propõe ampliar o investimento em educação, de modo a atingir o equivalente a 11 % (onze por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) até o décimo ano de vigência deste PNE, sendo ao menos 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) provenientes de aplicação de recursos públicos.

Para sua definição, contamos com o auxílio de uma consultoria externa para investigar esses valores percentuais do PIB necessários ao cumprimento das metas do PNE nos próximos 10 anos.

Tem-se um panorama mais completo, ao considerar que os investimentos privados compõem o esforço de financiamento da educação, acentuando expressamente que cabe ao setor público, isto é, ao Estado Federativo em suas distintas esferas, contribuir para destinar 7,5% do PIB, em consonância com o art. 214, VI da Constituição Federal.

A meta 19.b aprimora a comparação internacional ao propor que ela seja feita apenas em relação às despesas correntes e de manutenção da infraestrutura escolar existente, excluindo-se as de capital voltadas a melhorias e ampliação dessa infraestrutura. A justificativa é que o déficit histórico de infraestrutura escolar no Brasil distorce essa comparação frente aos países da OCDE, onde esse problema, em regra, já está superado. Assim, é mais adequado à nossa realidade — que ainda necessita de investimentos extraordinários e pontuais em infraestrutura — tomar como referência apenas o gasto corrente e de manutenção por aluno. Essa meta também consolida a compreensão de que o CAQ deve ser aplicado às despesas correntes e de manutenção da infraestrutura escolar existente, por ser esse o campo em que o indicador faz sentido, em vez de tentar abarcar igualmente os investimentos de capital voltados a melhorias e ampliação dessa infraestrutura, que obedecem a outra lógica.

Saliente-se que Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, estabelecido pelos arts. 21 a 27, equaciona justamente os investimentos de capital voltados a essas melhorias e ampliação da infraestrutura.

A meta 19.c introduz uma inovação de caráter emergencial: garantir, até o terceiro ano de vigência, as condições mínimas de funcionamento e salubridade em todas as escolas, como abastecimento de água, rede de esgoto e saneamento, com vistas à superação de situações críticas.

A meta 19.d estabelece um percurso em dois momentos: primeiro, a redução contínua das desigualdades entre as escolas já existentes, enquanto não



houver padrão nacional definido; depois, uma vez pactuados os padrões de qualidade, a garantia de que todas as unidades escolares alcancem esse patamar.

A meta 19.e assegura o monitoramento e a ampliação contínua dos recursos destinados ao ensino superior, para evitar recuos ou estagnações, preocupação que se complementa em estratégias específicas.

No conjunto das estratégias, destacam-se algumas inovações. A estratégia 19.4 institui padrões nacionais mínimos, básicos e adequados de infraestrutura, estabelecendo uma gradação que orienta o caminho a ser percorrido pelas metas, e prevê ainda a definição de espaço mínimo por aluno, fundamental para planejar a necessária expansão de salas e escolas. A estratégia 19.6, ao tratar da suplementação pela União, explicita que devem ser consideradas as especificidades regionais de custos — aspecto crucial, por exemplo, para a realidade amazônica — e reafirma a separação entre as duas dimensões distintas: as despesas correntes, como alimentação, transporte e valorização e formação dos profissionais; e as despesas de capital, como infraestrutura, equipamentos e tecnologia, que demandam planejamento e fontes próprias de investimento. A estratégia 19.9, por sua vez, dá concretude ao § 6º do art. 211 da Constituição ao prever ação redistributiva obrigatória de cada ente federado em relação às suas próprias escolas, reconhecendo que as desigualdades educacionais que o PNE deve enfrentar não se dão apenas entre redes, mas também dentro de cada uma delas.

Esses são os aspectos de mérito que julgamos relevantes. Na Conclusão do Voto, listamos a apreciação da Emendas ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 (EMCs). A seguir, apresentamos as considerações acerca das Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs) no que se refere às propostas de alteração e inclusão de Objetivos do PNE.

### **C) Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs) para alterar Objetivos do PNE**

As considerações que se seguem tratam das emendas ao Substitutivo do Relator, apresentado em 14 de outubro de 2025 (ESBs), e de sua incorporação ao Substitutivo anexo.

Em termos gerais, buscamos harmonizar as novas contribuições das ESBs ao texto já consolidado do primeiro Substitutivo, incorporando acréscimos e



ajustes de terminologias e expressões pertinentes. Também foram efetuadas alterações de melhoria de redação e de técnica legislativa, quando foi o caso. De todo modo, alguns tópicos e temas merecem destaque ao se tratar dos Objetivos do PNE, os quais apresentamos a seguir.

Em relação ao **Objetivo 1**, acolhemos emendas direcionadas à estratégia 1.8, que trata da publicização, o monitoramento e a avaliação das parcerias com entidades sem fins lucrativos na oferta de educação infantil. A obrigação do poder público de investir prioritariamente na sua rede já está prevista no art. 213 da CF e na LDB; sendo desnecessária, portanto, a menção no texto. Duas outras mudanças relevantes foram: a incorporação das creches como objeto de políticas públicas para induzir a oferta em regiões e localidades com baixos índices de atendimento (estratégia 1.12) e um maior detalhamento sobre a busca ativa que, no caso das creches, deve ter caráter informativo sobre o direito à matrícula da criança e à opção da família (estratégia 1.3).

No caso do **Objetivo 2**, além do reordenamento para melhor agrupamento temático, foram acrescidas três novas estratégias ao texto. A primeira dispõe sobre o acesso a materiais para jogos e esportes e as oportunidades de formação continuada dos profissionais da educação infantil, a fim de incentivar práticas vinculadas ao campo de experiência do movimento (estratégia 2.6). Duas outras estratégias abordam os profissionais que atuam na educação infantil. A estratégia 2.16 preocupa-se com o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério que atuam nessa etapa e a estratégia 2.18 com ações de formação pedagógica para os profissionais que auxiliam os professores regentes, a serem implementadas por meio de colaboração entre os entes federados. Essa novidade articula-se com a definição, na estratégia 2.17, de prazo para regulamentar a formação mínima desses trabalhadores, e, além disso, com a atribuição de incentivar a valorização profissional com organização das carreiras, formação continuada e piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação escolar.

Em relação ao **Objetivo 3**, as referências às diversidades da Estratégia 3.1 foram substituídas pela menção às “desigualdades educacionais existentes”, preservando-se a coerência com a Meta 3.c, que trata da redução das desigualdades entre grupos definidos por raça/cor, sexo, nível socioeconômico,





região e localização. O texto também foi ajustado para reforçar o compromisso com a alfabetização e a aprendizagem em matemática de todas as crianças, conforme as Metas 3.a e 3.b, ainda que sejam pactuação de trajetórias diferenciadas para atender às distintas realidades educacionais.

Quanto ao **Objetivo 4**, acolhemos as emendas que visavam aprimorar a redação de um conjunto de estratégias. A Estratégia 4.1. passou a explicitar as condições de oferta como uma dimensão importante a ser considerada no âmbito dos padrões nacionais de qualidade a serem assegurados no ensino fundamental e médio, para além da qualidade da aprendizagem em si. Na Estratégia 4.4, enfatizamos que a transparência e o interesse público devem ser garantidos quando da realização de eventuais ações de nucleação escolar. Já na Estratégia 4.13., sinalizamos que não somente ações de enfrentamento, mas também de prevenção às diversas formas de violência devem ser contempladas no escopo de programas voltados à promoção da cultura de paz. Por fim, acrescentamos nova estratégia destinada a assegurar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que não raramente enfrentam desafios relacionados à matrícula em estabelecimentos de ensino e à continuidade de sua trajetória escolar.

No **Objetivo 5**, acatamos um conjunto expressivo de emendas que visavam à alteração dos percentuais referentes aos níveis adequados de aprendizagem (Metas 5.a., 5.b. e 5.d.). Reputamos coerente que as metas tivessem um equilíbrio entre a sua exequibilidade e o desafio inerente ao seu alcance, o que é razoável considerando o período a que o Plano se propõe. A redação ficou mais clara e propositiva, à medida que 100% (cem por cento) dos estudantes deverão alcançar o nível básico de aprendizagem. Em seguida, são estabelecidos percentuais de nível adequado de aprendizagem, conforme cada uma das etapas previstas nas metas citadas, preservando o desafio mobilizador da comunidade educacional e do poder público para alcançá-los. Quanto às estratégias, a 5.12. foi aprimorada, a fim de prever atenção especial às transições entre as etapas da educação básica, no que se refere ao acompanhamento individualizado de estudantes. Outro conjunto considerável de emendas foi contemplado por meio do aprimoramento da Estratégia 5.21., uma vez que estão



asseguradas a qualidade do conteúdo e a prevenção à disseminação de erros factuais no âmbito da elaboração e da seleção de materiais didáticos.

No **Objetivo 6** incorporamos avanços significativos propostos pelas emendas, reforçando o caráter qualitativo, equitativo e intencionalmente pedagógico da educação integral. O texto passou a explicitar a necessidade de monitoramento e avaliação das políticas de tempo integral (Estratégia 6.2), bem como o desenvolvimento de indicadores e instrumentos nacionais de acompanhamento e avaliação, articulados ao suporte técnico e formativo aos entes federativos (Estratégia 6.14), ampliando o foco além da mera expansão de matrículas. Incluímos a educação digital nos temas transversais da Estratégia 6.7, buscamos fortalecer a prática do esporte educacional e da educação física (Estratégia 6.13) e assegurar que a expansão de jornada ocorra de forma equilibrada entre as diferentes regiões e etapas da educação básica, de forma a diminuir as desigualdades na oferta (Estratégia 6.15).

Quanto ao **Objetivo 7**, destacam-se a seguir os temas que trouxeram inovações e aperfeiçoamento ao texto:

a) uso saudável e equilibrado das TDICs e os impactos negativos do uso excessivo para a saúde mental: esse é um dos temas em evidência da atualidade, cujo debate e estudos têm se intensificado com a evolução da revolução digital. Houve emendas que propuseram que o tema fosse incorporado à formação inicial e continuada dos professores e dos profissionais da educação básica. Outra, a inclusão na descrição do objetivo. Como as referidas capacitações já se encontram previstas e incentivadas na Resolução CNE/CEB nº 02, de 2025, que institui diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares, e a descrição do objetivo já aborda o uso seguro e responsável da tecnologia, a análise levou a que a preocupação trazida pelas emendas seria mais bem aproveitada e apropriadamente aprovada, por meio da inclusão desse tema na BNCC. Tal como ocorreu com a popularização da inteligência artificial generativa (IAGen), esse tema se intensificou após a publicação das três publicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, 2018 e 2022 (BNCC Educação Infantil e Ensino Fundamental, BNCC Ensino Médio e BNCC Computação) e não foi, portanto, abordado. Nessa direção, o tema é aprovado na



forma do novo texto da Estratégia 7.6, que também se encontra alinhada ao da Resolução CNE/CEB nº 02, de 2025.

b) Adoção da programação e outros conteúdos correlatos nos currículos da educação básica: esse tema foi proposto como estratégias e como meta, o que corrobora a preocupação com a implementação do pensamento computacional, uma das três dimensões previstas na BNCC para o componente curricular da educação digital. Fazem parte dessa dimensão a programação, o estudo dos algoritmos, a inteligência artificial (IA), a robótica, entre outros. Como a BNCC Computação já atualizou a BNCC em relação à programação, robótica e algoritmos e, além disso, a Estratégia 7.5 já trata da adoção dos currículos voltados para a educação digital, conclui-se que as propostas já se encontram contempladas no Substitutivo. No entanto, a preocupação com a programação e conteúdos afins enseja o aperfeiçoamento da meta 7.b, para que o monitoramento da aprendizagem não se dê apenas para a educação digital como um todo, mas, sim, para cada uma das dimensões desse componente curricular, de forma que se apure ao longo do decênio como o pensamento computacional acompanha os índices de aprendizagem. Nessa direção, o tema das emendas é aprovado na forma do novo texto da meta 7.b no que este especifica que a aprendizagem será medida “em cada uma das três dimensões estabelecidas na BNCC para a educação digital”. Sem isso, corre-se o risco de se identificar avanço na educação digital durante o monitoramento, sem que se apure como cada uma das dimensões avança, como, por exemplo, o pensamento computacional.

c) Disponibilidade de dispositivos tecnológicos para a aprendizagem da educação digital – uma das inovações propostas foi o estabelecimento de meta para o número de estabelecimentos de ensino com equipamentos necessários à educação digital. A Estratégia 7.3, no entanto, vai em outra direção, que se considera mais apropriada, de qualificar a aquisição e disponibilização de dispositivos tecnológicos para as escolas com velocidade de conexão à internet adequada ao uso pedagógico e com projeto de integração das TDICs. Tenta-se dessa forma evitar o que ocorreu em décadas passadas, quando, independentemente das condições de conectividade, de projeto pedagógico de integração das TDICs à educação ou de estratégia de manutenção prevista, adquiriram-se equipamentos pouco utilizados e, posteriormente, obsoletos. A



conectividade das escolas tem avançado, mas ainda não está finalizada e pode enfrentar gargalos futuros dado o fato de que seu financiamento não depende da área da educação e é complexo, dependente de diferentes fontes de recursos. No entanto, a preocupação com os equipamentos é legítima e pode ser aperfeiçoada de outras formas. Um aprimoramento é o da própria Estratégia 7.3 para que se estabeleça que a aquisição e a disponibilização desses equipamentos sejam feitas em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Outra, que sejam estabelecidos parâmetros mínimos de quantidade e qualidade dos equipamentos e dispositivos tecnológicos adequados à finalidade pedagógica, também em regime de colaboração, em uma nova estratégia. Nessa direção, o tema é aprovado, na forma de nova estratégia (renumerada no novo substitutivo para 7.3) e da nova redação da Estratégia 7.3 (renumerada no novo substitutivo para 7.4).

Outros temas ensejaram pequenos ajustes de redação, para incorporar parâmetro de segurança e proteção de dados, uso seguro e responsável das tecnologias, preferência por soluções digitais livres e abertas, observação da Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que regulamenta as plataformas digitais para uso de crianças e adolescentes, ampliação da focalização de grupos em condição de vulnerabilidade, tudo de forma harmônica e consistente com o que já consta do Substitutivo.

Ressalte-se que foi aperfeiçoada a redação da Meta 7.b também para alinhar o texto aos ajustes realizados às metas de aprendizagem do ensino fundamental e ensino médio, justificadas neste voto em parágrafos anteriores.

Por último, em relação ao Objetivo 7, observa-se que muitas emendas apresentaram texto cujo teor já se encontrava contemplado, seja na forma de estratégias, seja na de diretrizes estabelecidas no art. 3º. As estratégias foram renumeradas para acomodar a nova, que entrou na linha da então Estratégia 7.3.

No que toca ao **Objetivo 8**, tendo por base as emendas ao Substitutivo, foi aprimorada a estratégia 8.18, que deixou explícito que os materiais didáticos e pedagógicos de educação ambiental a serem disponibilizados em todos os níveis e modalidades de ensino devem estar alinhados com a Política Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes curriculares do CNE. Além disso, foram



adotadas duas novas estratégias, a fim de dispor sobre metodologias que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com todos os seres vivos (8.17), e de assegurar que recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima sejam empregados no desenvolvimento de ações de educação ambiental e de enfrentamento às mudanças do clima nas instituições públicas de ensino (8.25).

As emendas incorporadas ao **Objetivo 9** resultaram em avanços voltados ao fortalecimento da autonomia e da formação nas modalidades atendidas. Foi incluída a Estratégia 9.24, que prevê apoio técnico para fortalecer a autonomia financeira e de gestão das escolas indígenas, respeitando suas especificidades culturais e organizacionais. Também foi ajustada a Estratégia 9.14, de forma que os cursos de formação inicial e continuada, inclusive segunda licenciatura e pós-graduação, sejam preferencialmente nas respectivas áreas de atuação dos docentes, dialogando com os contextos socioculturais e territoriais das comunidades indígenas. Essas e outras alterações qualificam o texto, reforçando a autonomia escolar indígena, a valorização das especificidades culturais e a coerência das ações formativas previstas no PNE.

A partir das emendas apresentadas ao **Objetivo 10**, incluímos nova estratégia (10.23) para incentivar a universalização do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e a elaboração de instrumentos pedagógicos individualizados de acessibilização curricular, documentos fundamentais para a inclusão dos estudantes da educação especial. Também aprimoramos a Estratégia 10.4 para prever a presença de educadores com conhecimento do sistema Braille nas redes de serviço de suporte, e acatamos parcialmente emendas à Estratégia 10.5, de forma a garantir que os recursos de tecnologia assistiva de uso pessoal disponibilizados ao PAEE e Paebis sirvam para apoiar a permanência do estudante na escola e o acesso pleno ao currículo. Por fim, tendo em vista a recente definição das atribuições e formação mínima dos profissionais de apoio, atualizamos a Estratégia 10.16, para prever a promoção, em regime de colaboração, da formação profissional específica desses profissionais, de modo a universalizar a formação mínima exigida.

Com relação ao Objetivo 11, as emendas apresentadas nos permitiram aperfeiçoar a Meta 11.e, que passou a dispor sobre a garantia, em cada



ente federado, da oferta da EJA, para atender 100% (cem por cento) da demanda por vagas até o quinto ano de vigência do PNE, devendo-se assegurar a chamada pública e a busca ativa. Diante disso, optamos por desmembrar a estratégia 11.9 do Substitutivo, de modo a destacar a busca ativa e sua centralidade no levantamento da demanda por vagas na EJA. Também acrescentamos estratégia sobre a realização de campanhas de comunicação para convencer o público da EJA a exercer seus direitos educacionais (estratégia 11.11).

Além disso, foram acolhidas emendas que aprimoraram as estratégias 11.8 e 11.12. Na primeira, passou-se a estabelecer que a oferta de turmas da EJA em espaços não escolares deve ser gratuita, assegurando-se condições pedagógicas e estruturais adequadas nesses espaços. Na estratégia 11.12 (renumerada como 11.14), por sua vez, explicitou-se que a avaliação nacional da EJA será realizada com o objetivo de subsidiar a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à modalidade.

No que se refere à redução do analfabetismo funcional, objeto de muitas emendas, que buscavam incorporá-la na Meta 11.a, é importante esclarecer que, de acordo com o IBGE, analfabeta funcional é a pessoa com 15 anos ou mais que possui menos de cinco anos de escolaridade ou que declara não saber ler ou escrever. Desse modo, a redução do analfabetismo funcional será monitorada por meio da Meta 11.b, cujo foco é a conclusão do ensino fundamental. Essa a razão para não acolhermos as emendas que visavam alterar a Meta 11.a, em que sua boa intenção.

Em relação às emendas apresentadas aos **Objetivos 12 e 13**, que tratam da Educação Profissional e Tecnológica, destaca-se a inclusão da Estratégia 12.15, referente ao registro, em bases oficiais, das ofertas de qualificação profissional e de formação inicial e continuada, integradas aos demais dados da educação profissional e tecnológica, bem como a inclusão do empreendedorismo entre os aspectos considerados para o monitoramento da nova Meta 13.c, abrangendo outras formas de inserção profissional dos egressos no mundo do trabalho além do emprego formal.

Com relação ao **Objetivo 14**, consideramos que sua definição e suas estratégias, tal como apresentadas no Substitutivo já oferecido, contemplam de



modo adequado as condições necessárias para ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade, inclusão e redução das desigualdades, visando a sua superação. Acatamos, porém, sugestão de prever a criação de novo programa de bolsas de estudos para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que, agregado às modalidades atualmente existentes, como o Prouni e o Fies, atenda de forma mais ampla e justa a demanda desse público por acesso e permanência na educação superior.

O **Objetivo 15** foi enriquecido com emendas que, na Estratégia 15.3, inserem, entre as dimensões a serem consideradas na avaliação da educação superior, as políticas de assistência estudantil e a articulação com as necessidades do mercado de trabalho. Na Estratégia 15.6, o exercício e o fortalecimento da cidadania democrática foram incluídos como dimensões ao lado das demais já previstas e com as quais deve ser realizada a articulação do estímulo, o fortalecimento e a ampliação dos programas de ensino, iniciação científica e extensão.

No **Objetivo 16**, a Estratégia 16.9 passou a contemplar, de início, a articulação nacional e a internacionalização da pós-graduação. Na Estratégia 16.10, foi inserido o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao lado da Capes, como agência federal a se articular com as agências de fomento à pós-graduação e pesquisa dos entes federados subnacionais. Foi ainda incluída nova Estratégia 16.14, voltada para a promoção da articulação entre os objetivos, metas e estratégias do PNE e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

No **Objetivo 17**, três metas merecem comentário específico. Na Meta 17.a, o acréscimo de “componentes curriculares e disciplinas”, para além da “área de atuação”, é positiva por dois aspectos: apresenta-se um olhar para o cuidado com a não precarização da formação específica dos docentes, mas também não se perde a flexibilidade de atenção às áreas mais amplas, ainda mais se considerando que há, cada vez mais, cursos que abrangem não somente uma disciplina, mas um campo do conhecimento mais amplo.

Na Meta 17.b, a inclusão da expressão “de cada etapa” justifica-se pela necessidade de promover e acompanhar de forma específica a valorização da



carreira em todas as etapas da educação básica, reconhecendo que essa valorização ocorre de maneira desigual entre elas. Em especial, observa-se que os profissionais da educação infantil costumam receber remunerações significativamente inferiores, o que torna imprescindível explicitar essa diferenciação e corrigi-la.

Por sua vez, na Meta 17.d, o acolhimento de Emendas ao Substitutivo envolveu, por um lado, agregar a preocupação com os demais profissionais da educação, adequar a terminologia (da expressão “vínculo estável” para “cargo efetivo”, mais precisa), bem como inverter a lógica de redação da meta. Com a atenção a evitar retrocessos, em lugar da maior quantidade de efetivos, propõe-se a **redução progressiva** dos temporários. Por ser “progressiva” a redução, fica vedado o retrocesso no caso de redes que já satisfaçam ou venham a satisfazer antes do prazo o percentual almejado.

Saliente-se, ainda, que, com o propósito de fortalecer as Metas 17.b, 17.c e 17d, foi inserido o novo § 5º ao art. 25 da Lei. Esse artigo, integrante do Capítulo VII — Do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar —, já estabelecia, em seu caput, que o acesso às aplicações do Programa ficaria condicionado à adesão e à pactuação quanto à trajetória de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

O novo § 5º determina que essa pactuação deverá incorporar as referidas metas de valorização do magistério previstas neste Plano, observados os recursos disponíveis e a proporção efetivamente aplicada em despesas com o magistério em cada rede de ensino.

Dessa forma, considerando que a União assumirá as despesas voltadas à expansão e à melhoria da infraestrutura — aliviando as redes dessas obrigações —, estabelece-se, em contrapartida, que os entes federativos ampliem seus investimentos na valorização do magistério, em direção ao cumprimento das metas.

Trata-se de uma solução federativa equilibrada, que respeita a natureza e a vocação das fontes de financiamento: os recursos da União e do petróleo, voltados a despesas de capital, e os recursos próprios dos entes federativos, direcionados majoritariamente às despesas correntes.





Por fim, a pactuação deverá levar em conta tanto a disponibilidade de recursos de cada rede quanto o percentual já destinado ao magistério, de modo que se exija maior esforço das redes que, proporcionalmente, aplicam menos, e menor das que já comprometem parcela mais elevada de seus orçamentos com seus profissionais.

Quanto ao **Objetivo 18**, as contribuições das emendas foram relevantes para o aprimoramento do texto, mas foram discretas em relação ao primeiro Substitutivo.

Em relação ao **Objetivo 19**, também foram poucas as alterações promovidas no novo Substitutivo.

O art. 193, parágrafo único, da Constituição Federal estabelece que o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação dessas políticas.

No campo educacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) cumpre papel de norma supraordenadora do planejamento, organizando as ações dos poderes públicos e criando o ambiente propício à atuação da sociedade civil, de modo a alcançar, a cada decênio, os objetivos traçados para a educação nacional.

A Constituição dispõe que o PNE tem por finalidade articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, assegurando a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas. Essas ações devem convergir para o cumprimento dos propósitos expressos nos incisos do art. 214 da Constituição Federal, entre os quais se destaca o inciso VI, que prevê o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (PIB).

Em atendimento a esse comando constitucional, o Substitutivo propõe a Meta 19.a, formulada a partir das diversas sugestões e debates realizados em audiências públicas, seminários regionais e emendas apresentadas por parlamentares.



Sob a liderança da presidenta da Comissão Especial, Deputada Tabata Amaral, juntamente com os vice-presidentes e demais parlamentares, buscou-se qualificar o debate, com relevante contribuição do Prof. Sérgio Firpo e de sua equipe — diálogo que contou também com a participação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. O estudo apresentado indicou o patamar de 7,5% do PIB como referência adequada para a aplicação de recursos públicos em educação nos próximos dez anos, dadas as atuais condições dessa oferta.

Esse debate teve também um caráter pedagógico, ao destacar que o setor privado investe recursos expressivos na educação, e que as projeções apontam para uma participação adicional de 3,5% do PIB em investimentos privados ao longo do período de vigência do PNE. Feito esse registro, a atenção recai sobre o que determina a Constituição Federal: o investimento público em educação, expresso como percentual do PIB. Assim, propõe-se, no novo Substitutivo, a seguinte redação para a Meta 19.a:

Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior.

Ampliar o investimento público em educação até atingir, no mínimo 10% do Produto Interno Bruto - PIB, para promover a progressiva elevação dos padrões nacionais de qualidade da oferta da educação básica e superior prevista neste Plano, devendo o poder executivo federal, no caso de não atingimento de 7,5% do PIB, no sétimo ano, necessários ao cumprimento das metas e estratégias estabelecidas, dadas as condições dessa oferta na data de sua publicação, elaborar relatório ao Congresso Nacional acompanhado de plano de ação, visando alcance da meta, consideradas as normas de prestação de contas e responsabilização previstas em lei.

Coerentemente com a proposta de criação de um Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, acolheram-se ainda as emendas ESB 505, ESB 837, ESB 1005, ESB 1226 e ESB 1231, dando origem à nova Meta 19.f, com o seguinte teor:

Meta 19.f garantir, até o final do terceiro ano de vigência deste PNE, as condições adequadas de infraestrutura de funcionamento e salubridade de todas as instituições públicas de ensino superior, com vistas à superação de situações críticas.

Houve duas propostas, nas Emendas ao Substitutivo do Relator, de inclusão de Objetivo 20. A primeira tratava da temática da cultura de paz nas



escolas e da prevenção e combate à violência em âmbito escolar. No entanto, as metas e estratégias pretendidas já se encontravam presentes no primeiro Substitutivo. As Estratégias 4.13, 5.12, 5.23, 5.24, 5.25, 15.5, 17.17 e 18.8 (além da diretriz relacionada à “cultura de paz” no art. 3º, XIII) já contemplam a finalidade almejada, tanto para profissionais da educação quanto para alunos e comunidade escolar. Ademais, as metas propostas nas emendas são de difícil manejo operacional, seja pela definição ampla (20.a e 20.b) como pela padronização de registro (20.b).

No segundo caso, propunha-se um objetivo que abordasse a questão da transparência, do controle social e da qualidade na aplicação dos recursos à educação. No entanto, a garantia desses aspectos, “assegurando financiamento adequado e instituindo avaliação periódica dos resultados e do uso dos recursos públicos”, já se encontra plenamente contemplada na Constituição Federal de 1988, no ordenamento jurídico pátrio que estabelece os controles e a fiscalização das contas dos poderes públicos, na legislação educacional e também no próprio PNE.

Por essa razão, a despeito da relevante e justa preocupação dos Autores de Emendas que propunham a inclusão de novos objetivos, entendemos ser pertinente manter a estrutura anterior, com 19 objetivos, sem acréscimos.

Feitas as considerações pertinentes de mérito, listamos, também na Conclusão do Voto, a apreciação das Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs). Por fim, importa ressaltar que procuramos nos orientar pela tentativa de contemplar os diversos olhares sobre a educação, que também se materializam na amplitude de orientações políticas representadas no Congresso Nacional. É venturoso e motivo de orgulho dar cumprimento ao nosso dever constitucional. Viva o Novo Plano Nacional de Educação!

## II.5 CONCLUSÃO DO VOTO

1. Do exame de **constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa** no âmbito desta Comissão Especial, somos pela:

1.1 Rejeição às Emendas ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 (EMCs) nºs



80, 145, 164, 226, 227, 547, 576, 577, 722, 875, 1079, 1091, 1095, 1132, 1272, 1298, 1319, 1324, 1336, 1337, 1341, 1349, 1463, 1466, 1473, 1510, 1538, 1588, 1596, 1617, 1636, 1660, 1696, 1790, 1792, 1805, 1838, 1848, 1857, 1873, 1877, 1914, 1922, 1936, 1946, 1979, 1988, 2088, 2102, 2110, 2134, 2153, 2168, 2170, 2189, 2203, 2219, 2223, 2259, 2271, 2379, 2450, 2462, 2533, 2544, 2640, por serem consideradas inconstitucionais, embora em conformidade com a técnica legislativa e não injurídicas;

1.2 Rejeição às Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs) nºs 33, 42, 53, 64, 71, 104, 109, 128, 251, 324, 336, 395, 411, 429, 442, 457, 458, 472, 477, 480, 504, 538, 557, 670, 671, 674, 683, 735, 814, 865, 904, 921, 928, 939, 949, 956, 1017, 1027, 1057, 1174, 1178, 1197, 1200, 1223, 1230, 1242, 1245, 1278, 1283, 1286, 1303 e 1319, por serem consideradas inconstitucionais, embora em conformidade com a técnica legislativa e não injurídicas.

1.3 Constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, do Substitutivo anexo e das demais Emendas apresentadas.

2. Do exame de **adequação financeira e orçamentária**, somos pela:

2.1 **Inadequação e incompatibilidade com as normas orçamentárias e financeiras** das Emendas ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 (EMCs) nºs 1, 9, 11, 25, 27, 45, 57, 94, 99, 114, 117, 119, 124, 202, 231, 235, 236, 243, 245, 256, 262, 264, 266, 267, 285, 316, 337, 392, 418, 483, 494, 508, 512, 514, 515, 517, 518, 521, 533, 536, 548, 570, 576, 579, 584, 607, 648, 656, 741, 742, 759, 764, 787, 799, 806, 813, 820, 833, 834, 840, 846, 891, 898, 916, 949, 963, 968, 972, 1031, 1043, 1051, 1061, 1096, 1103, 1130, 1178, 1179, 1181, 1190, 1226, 1235, 1238, 1240, 1242, 1244, 1249, 1264, 1266, 1337, 1343, 1344, 1345, 1354, 1404, 1478, 1488, 1525, 1528, 1529, 1531, 1541, 1556, 1567, 1572, 1573, 1579, 1586, 1587, 1595, 1600, 1624, 1643, 1645, 1649, 1658, 1659, 1668, 1688, 1722, 1737, 1738, 1739, 1741, 1762, 1763, 1782, 1806, 1842, 1847, 1855, 1865, 1890, 1904, 1916, 1917, 1935, 1956, 1964, 1966, 1974, 1976, 1985, 2008, 2010, 2013, 2014, 2015, 2029, 2050, 2053, 2055, 2058, 2074, 2077, 2079, 2085, 2105, 2111, 2137, 2140, 2141, 2163, 2166, 2185, 2186, 2198, 2200, 2216, 2230, 2253, 2271, 2314, 2341, 2405, 2407, 2413, 2423, 2460, 2465, 2514, 2521, 2532, 2636, 2640, 2644,



2697, 2738, 2752, 2776, 2787, 2788, 2789, 2814, 2824, 2871, 2872, 2874, 2885, 2942, 2948, 2957, 2958, 2959, 3014, 3031 e 3032;

**2.2 Inadequação e incompatibilidade com as normas orçamentárias e financeiras** das Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs) n°s 31, 42, 66, 79, 86, 109, 132, 137, 213, 218, 232, 257, 284, 312, 388, 395, 425, 428, 430, 436, 442, 467, 477, 485, 489, 500, 505, 507, 536, 538, 542, 552, 554, 583, 586, 587, 600, 604, 631, 637, 643, 651, 665, 666, 671, 674, 679, 698, 704, 712, 713, 722, 739, 745, 760, 763, 798, 812, 816, 819, 844, 851, 859, 865, 867, 912, 918, 956, 997, 1044, 1051, 1057, 1066, 1068, 1086, 1169, 1178, 1197, 1219, 1260, 1275, 1278, 1286, 1295, 1303, 1307, 1314, 1317, 1319, 1322, 1324, 1326, 1330, 1336, 1342, 1344, 1356, 1365, 1366 e 1377.

**2.3 Não implicação orçamentária e financeira** do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, e das demais Emendas apresentadas, não cabendo afirmar se eles são adequados, nos termos do art. 9º da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação.

Embora, em análise preliminar, tenham sido identificadas possíveis inadequações ou incompatibilidades financeiras das Emendas ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 (EMCs) n°s 1, 25, 27, 45, 57, 114, 117, 119, 202, 243, 245, 266, 267, 337, 418, 483, 508, 512, 515, 518, 533, 548, 570, 584, 648, 764, 813, 834, 846, 891, 898, 949, 963, 968, 972, 1031, 1043, 1051, 1061, 1096, 1130, 1178, 1179, 1181, 1240, 1249, 1343, 1354, 1404, 1478, 1525, 1528, 1529, 1541, 1556, 1567, 1587, 1600, 1624, 1643, 1649, 1659, 1668, 1688, 1722, 1739, 1741, 1762, 1782, 1806, 1855, 1890, 1904, 1917, 1935, 1956, 1964, 1966, 1974, 1976, 1985, 2008, 2015, 2029, 2050, 2053, 2074, 2077, 2079, 2085, 2105, 2137, 2140, 2141, 2185, 2198, 2230, 2253, 2314, 2405, 2407, 2413, 2460, 2465, 2697, 2738, 2787, 2789, 2814, 2824, 2871, 2872, 2874, 2885, 2957, 2959, 3014 e 3031 e das Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs) n°s 31, 86, 257, 425, 430, 500, 505, 643, 812, 859, 1219, 1317 e 1365, manifestamo-nos pela adequação financeira e orçamentária delas, na forma do Substitutivo anexo.

### 3. Do exame de mérito:



**3.1. No mérito**, somos pela **aprovação**, na forma do Substitutivo, do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, das **Emendas ao Projeto de Lei 2.614, de 2024 (EMCs)**, nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 73, 74, 77, 78, 82, 85, 86, 88, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 127, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 150, 152, 158, 159, 160, 162, 165, 169, 170, 171, 177, 178, 181, 182, 187, 189, 191, 192, 194, 198, 199, 200, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 216, 218, 220, 222, 224, 229, 230, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 261, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 273, 274, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 286, 288, 290, 292, 293, 295, 296, 299, 301, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 311, 313, 315, 317, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 357, 359, 360, 361, 362, 364, 366, 369, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 379, 380, 387, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 396, 397, 401, 403, 405, 406, 407, 410, 411, 412, 415, 418, 419, 422, 425, 426, 427, 429, 430, 432, 435, 436, 440, 441, 446, 447, 449, 450, 454, 455, 456, 459, 461, 462, 463, 465, 466, 468, 469, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 483, 485, 487, 489, 491, 492, 493, 496, 498, 499, 500, 502, 503, 504, 505, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 515, 516, 518, 522, 523, 524, 525, 526, 528, 530, 531, 532, 533, 537, 539, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 548, 549, 551, 552, 553, 554, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 566, 567, 568, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 580, 581, 582, 584, 585, 588, 590, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 600, 601, 602, 603, 604, 606, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 616, 617, 618, 620, 621, 623, 628, 630, 632, 633, 634, 635, 637, 638, 641, 644, 645, 648, 652, 653, 654, 655, 657, 658, 659, 662, 663, 665, 670, 675, 676, 678, 681, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 697, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 711, 712, 714, 716, 719, 720, 721, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 731, 732, 737, 744, 745, 747, 748, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 760, 761, 762, 764, 765, 766, 768, 772, 773, 774, 777, 778, 781, 783, 791, 792, 793, 794, 795, 797, 805, 807, 808, 809, 810, 812, 813, 814, 816, 819, 821, 822, 825, 826, 827, 828, 832, 834, 835, 836, 837, 841, 842, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 854, 855, 856, 857, 858, 861, 862, 863, 864, 868, 869, 870, 871, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 887, 888, 890, 891, 894,



895, 896, 897, 898, 899, 900, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911,  
912, 913, 915, 917, 918, 919, 920, 921, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 931, 932,  
933, 935, 937, 938, 939, 943, 944, 945, 946, 947, 949, 950, 952, 953, 956, 957,  
958, 959, 960, 961, 963, 965, 968, 969, 972, 973, 979, 980, 981, 982, 983, 984,  
985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 993, 994, 996, 998, 1001, 1004, 1005, 1007,  
1008, 1011, 1014, 1017, 1018, 1020, 1023, 1025, 1028, 1029, 1031, 1033, 1034,  
1036, 1037, 1038, 1040, 1043, 1047, 1051, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060,  
1061, 1062, 1063, 1065, 1066, 1067, 1069, 1070, 1071, 1073, 1074, 1075, 1076,  
1078, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1089, 1092, 1093, 1094,  
1096, 1097, 1098, 1100, 1101, 1102, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1110, 1111,  
1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1122, 1123, 1125, 1127,  
1129, 1130, 1131, 1133, 1139, 1140, 1141, 1142, 1144, 1145, 1147, 1148, 1151,  
1152, 1153, 1154, 1155, 1159, 1162, 1163, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170,  
1173, 1174, 1175, 1176, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1184, 1186, 1189, 1191,  
1192, 1193, 1194, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1203, 1205, 1207, 1208,  
1210, 1211, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223,  
1225, 1229, 1233, 1234, 1236, 1237, 1239, 1240, 1241, 1243, 1246, 1247, 1248,  
1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1257, 1258, 1259, 1269, 1273, 1274,  
1275, 1276, 1278, 1280, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1294, 1296, 1297,  
1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311,  
1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1323, 1325, 1327, 1328, 1331, 1332,  
1333, 1334, 1338, 1340, 1343, 1346, 1347, 1348, 1351, 1352, 1354, 1355, 1359,  
1361, 1362, 1364, 1365, 1366, 1369, 1370, 1371, 1374, 1375, 1380, 1381, 1382,  
1383, 1385, 1386, 1388, 1390, 1391, 1394, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1404,  
1405, 1409, 1410, 1411, 1416, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1426, 1427, 1429,  
1430, 1432, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1447, 1448, 1450, 1451, 1452,  
1455, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1465, 1469, 1471, 1472, 1474, 1475, 1476,  
1477, 1478, 1479, 1481, 1483, 1484, 1485, 1490, 1492, 1493, 1496, 1497, 1498,  
1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1513, 1515,  
1516, 1518, 1520, 1522, 1523, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1533, 1534, 1535,  
1536, 1537, 1540, 1541, 1545, 1546, 1548, 1549, 1550, 1551, 1553, 1554, 1556,  
1559, 1560, 1561, 1562, 1564, 1566, 1567, 1568, 1569, 1577, 1578, 1581, 1582,  
1583, 1584, 1587, 1590, 1594, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1604, 1606, 1607,  
1608, 1609, 1611, 1612, 1613, 1614, 1620, 1621, 1622, 1624, 1625, 1627, 1628,



1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1641, 1643, 1647, 1649, 1650, 1651, 1652,  
1653, 1654, 1657, 1659, 1661, 1664, 1665, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1673,  
1675, 1676, 1678, 1679, 1681, 1682, 1683, 1684, 1686, 1687, 1688, 1690, 1691,  
1694, 1700, 1703, 1704, 1706, 1708, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1717,  
1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1728, 1731, 1733, 1734, 1735, 1736, 1739, 1740,  
1741, 1742, 1745, 1746, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1755, 1756, 1757, 1758,  
1759, 1760, 1762, 1764, 1769, 1771, 1774, 1775, 1776, 1779, 1780, 1781, 1782,  
1783, 1785, 1786, 1791, 1795, 1796, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1806,  
1807, 1808, 1809, 1811, 1812, 1814, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1823,  
1825, 1826, 1827, 1829, 1831, 1832, 1833, 1835, 1836, 1839, 1840, 1843, 1846,  
1849, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1858, 1861, 1864, 1866, 1871, 1872,  
1874, 1876, 1878, 1879, 1881, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890,  
1891, 1892, 1893, 1896, 1897, 1900, 1901, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1910,  
1917, 1919, 1920, 1921, 1923, 1925, 1926, 1927, 1928, 1930, 1931, 1933, 1934,  
1935, 1937, 1938, 1941, 1942, 1944, 1948, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956,  
1957, 1958, 1959, 1962, 1964, 1965, 1966, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973,  
1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1982, 1984, 1985, 1986, 1991, 1992, 1993, 1996,  
1997, 1999, 2002, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2015, 2016, 2019, 2022, 2027,  
2028, 2029, 2033, 2034, 2037, 2039, 2040, 2043, 2044, 2046, 2047, 2049, 2050,  
2053, 2054, 2056, 2059, 2060, 2061, 2064, 2065, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071,  
2072, 2073, 2074, 2075, 2077, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2085, 2086, 2087,  
2089, 2090, 2091, 2092, 2094, 2096, 2097, 2100, 2104, 2105, 2108, 2109, 2112,  
2115, 2118, 2120, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133,  
2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2143, 2145, 2147, 2149, 2150, 2151,  
2152, 2155, 2156, 2157, 2158, 2160, 2164, 2165, 2167, 2169, 2171, 2172, 2175,  
2176, 2177, 2179, 2185, 2188, 2192, 2193, 2194, 2196, 2197, 2198, 2201, 2202,  
2204, 2207, 2208, 2209, 2211, 2212, 2213, 2217, 2218, 2221, 2222, 2224, 2226,  
2229, 2230, 2231, 2233, 2234, 2236, 2237, 2238, 2240, 2241, 2243, 2245, 2246,  
2247, 2248, 2250, 2253, 2254, 2255, 2256, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265,  
2266, 2267, 2268, 2269, 2272, 2273, 2276, 2277, 2279, 2281, 2284, 2285, 2286,  
2287, 2289, 2290, 2292, 2293, 2296, 2300, 2301, 2302, 2305, 2307, 2308, 2309,  
2310, 2311, 2313, 2314, 2318, 2319, 2320, 2321, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327,  
2329, 2330, 2331, 2332, 2334, 2335, 2336, 2337, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346,  
2347, 2350, 2352, 2353, 2357, 2360, 2362, 2364, 2365, 2366, 2367, 2371, 2372,





2373, 2374, 2376, 2377, 2378, 2380, 2382, 2383, 2384, 2386, 2387, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2404, 2405, 2406, 2407, 2410, 2413, 2414, 2415, 2416, 2418, 2420, 2424, 2425, 2426, 2427, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2437, 2439, 2440, 2442, 2443, 2446, 2447, 2451, 2452, 2455, 2456, 2457, 2458, 2460, 2463, 2464, 2465, 2466, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2476, 2477, 2478, 2479, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2488, 2489, 2490, 2491, 2493, 2494, 2495, 2496, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2506, 2508, 2510, 2512, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2522, 2523, 2525, 2526, 2527, 2528, 2530, 2535, 2536, 2538, 2541, 2542, 2543, 2545, 2546, 2547, 2548, 2550, 2552, 2553, 2556, 2557, 2562, 2563, 2571, 2572, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2582, 2583, 2585, 2588, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2613, 2615, 2618, 2621, 2622, 2624, 2625, 2626, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2635, 2638, 2641, 2642, 2645, 2648, 2651, 2652, 2655, 2658, 2659, 2661, 2662, 2663, 2666, 2668, 2669, 2673, 2674, 2675, 2677, 2679, 2680, 2690, 2693, 2694, 2695, 2696, 2697, 2698, 2699, 2701, 2702, 2703, 2705, 2706, 2707, 2708, 2709, 2710, 2711, 2712, 2713, 2714, 2715, 2716, 2717, 2718, 2719, 2724, 2725, 2726, 2727, 2728, 2729, 2730, 2734, 2735, 2736, 2738, 2740, 2747, 2749, 2751, 2753, 2756, 2758, 2759, 2760, 2761, 2762, 2763, 2764, 2765, 2767, 2768, 2770, 2773, 2775, 2777, 2780, 2782, 2783, 2784, 2787, 2789, 2790, 2793, 2796, 2799, 2800, 2802, 2804, 2805, 2806, 2808, 2809, 2810, 2813, 2814, 2815, 2818, 2820, 2821, 2823, 2824, 2825, 2826, 2830, 2832, 2839, 2840, 2841, 2843, 2845, 2847, 2848, 2850, 2851, 2852, 2853, 2854, 2856, 2859, 2860, 2862, 2863, 2865, 2866, 2868, 2871, 2872, 2874, 2876, 2880, 2882, 2883, 2885, 2886, 2887, 2891, 2894, 2896, 2897, 2899, 2903, 2904, 2906, 2907, 2909, 2911, 2912, 2917, 2918, 2919, 2920, 2921, 2923, 2925, 2928, 2930, 2933, 2937, 2938, 2940, 2941, 2943, 2944, 2945, 2946, 2947, 2957, 2959, 2969, 2970, 2971, 2972, 2973, 2979, 2982, 2984, 2986, 2987, 2991, 2993, 2995, 2996, 2997, 2998, 2999, 3001, 3004, 3006, 3007, 3010, 3011, 3012, 3013, 3014, 3016, 3019, 3023, 3025, 3026, 3028, 3031, 3034, 3037, 3038, 3039, 3040, 3042, 3045, 3047, 3048, 3053, 3056, 3057, 3058, 3062, 3063, 3065, 3068 e 3070 e das Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs) nºs 3, 5, 25, 28, 31, 38, 44, 48, 54, 60, 73, 82, 84, 86, 95, 97, 107, 114, 115, 120, 140, 145, 146, 147, 148, 154, 164, 166, 170, 171, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 196, 203, 206, 210, 212, 224, 240, 249, 257, 260, 261, 262, 268, 269, 270, 272, 274, 294,



311, 313, 314, 316, 317, 330, 332, 333, 334, 335, 339, 341, 342, 345, 346, 352, 358, 365, 370, 372, 377, 378, 389, 391, 392, 393, 407, 417, 423, 425, 427, 430, 448, 450, 470, 473, 481, 482, 483, 488, 491, 495, 497, 500, 503, 505, 506, 512, 514, 515, 526, 530, 545, 546, 548, 550, 569, 581, 589, 590, 592, 595, 599, 603, 613, 620, 621, 628, 629, 634, 639, 643, 645, 646, 647, 654, 663, 664, 675, 681, 685, 689, 692, 695, 699, 721, 725, 728, 731, 736, 740, 742, 743, 748, 750, 751, 755, 756, 757, 758, 761, 770, 780, 783, 785, 786, 791, 792, 794, 797, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 806, 812, 817, 821, 825, 826, 831, 833, 836, 838, 839, 840, 845, 847, 858, 859, 861, 862, 866, 868, 870, 883, 884, 886, 888, 893, 895, 898, 909, 924, 932, 935, 937, 940, 942, 943, 944, 946, 951, 952, 953, 955, 957, 960, 969, 971, 972, 973, 975, 981, 987, 988, 990, 991, 994, 1000, 1003, 1005, 1006, 1008, 1010, 1016, 1026, 1028, 1034, 1045, 1055, 1058, 1062, 1070, 1071, 1072, 1078, 1080, 1082, 1083, 1085, 1089, 1096, 1104, 1113, 1123, 1124, 1126, 1127, 1128, 1129, 1132, 1133, 1134, 1139, 1142, 1148, 1151, 1154, 1158, 1171, 1172, 1183, 1186, 1189, 1190, 1192, 1207, 1211, 1214, 1216, 1219, 1220, 1224, 1226, 1231, 1234, 1243, 1244, 1246, 1252, 1255, 1264, 1267, 1268, 1273, 1274, 1277, 1279, 1281, 1284, 1289, 1292, 1294, 1300, 1301, 1306, 1308, 1316, 1317, 1321, 1334, 1335, 1339, 1340, 1341, 1347, 1350, 1352, 1353, 1361, 1362, 1365, 1373, 1376, 1379.

### 3.2. As demais Emendas são rejeitadas, enumeradas a seguir:

**Emendas ao Projeto de Lei nº 2.614, de 2024 (EMCs)** nºs 7, 9, 11, 14, 15, 19, 23, 28, 34, 39, 42, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 59, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 107, 108, 112, 113, 118, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 135, 136, 138, 139, 145, 146, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 163, 164, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 193, 195, 196, 197, 201, 203, 204, 205, 211, 213, 215, 217, 219, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 241, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 268, 272, 275, 276, 283, 284, 285, 287, 289, 291, 294, 297, 298, 300, 302, 306, 310, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 346, 355, 363, 365, 367, 368, 370, 371, 378, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 392, 395, 398, 399, 400, 402, 404, 408, 409, 413, 414, 416, 417, 420, 421, 423, 424, 428, 431, 433, 434, 437, 438,



439, 442, 443, 444, 445, 448, 451, 452, 453, 457, 458, 460, 464, 467, 470, 482, 484, 486, 488, 490, 494, 495, 497, 501, 506, 514, 517, 519, 520, 521, 527, 529, 534, 535, 536, 538, 540, 547, 550, 555, 562, 563, 564, 565, 569, 576, 577, 578, 579, 583, 586, 587, 589, 591, 599, 605, 607, 615, 619, 622, 624, 625, 626, 627, 629, 631, 636, 639, 640, 642, 643, 646, 647, 649, 650, 651, 656, 660, 661, 664, 666, 667, 668, 669, 671, 672, 673, 674, 677, 679, 680, 682, 683, 694, 695, 696, 698, 709, 710, 713, 715, 717, 718, 722, 730, 733, 734, 735, 736, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 746, 749, 759, 763, 767, 769, 770, 771, 775, 776, 779, 780, 782, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 796, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 806, 811, 815, 817, 818, 820, 823, 824, 829, 830, 833, 838, 839, 840, 843, 853, 859, 860, 865, 866, 867, 872, 873, 874, 875, 885, 886, 889, 892, 893, 901, 914, 916, 922, 923, 930, 934, 936, 940, 941, 942, 948, 951, 954, 962, 964, 966, 967, 970, 971, 974, 975, 976, 977, 978, 992, 995, 997, 999, 1002, 1003, 1006, 1009, 1010, 1012, 1013, 1015, 1016, 1019, 1021, 1022, 1024, 1026, 1027, 1030, 1032, 1035, 1039, 1041, 1042, 1044, 1045, 1046, 1048, 1049, 1050, 1052, 1053, 1054, 1064, 1068, 1077, 1079, 1088, 1090, 1091, 1095, 1099, 1103, 1109, 1121, 1124, 1126, 1128, 1132, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1143, 1146, 1149, 1150, 1156, 1157, 1158, 1160, 1161, 1164, 1171, 1172, 1177, 1183, 1185, 1187, 1188, 1190, 1195, 1202, 1204, 1206, 1209, 1212, 1224, 1226, 1227, 1228, 1230, 1231, 1232, 1235, 1238, 1242, 1244, 1245, 1256, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1270, 1271, 1272, 1277, 1279, 1281, 1282, 1283, 1290, 1291, 1292, 1293, 1295, 1298, 1319, 1320, 1321, 1322, 1324, 1326, 1329, 1330, 1335, 1336, 1337, 1339, 1341, 1342, 1344, 1345, 1349, 1350, 1353, 1356, 1357, 1358, 1360, 1363, 1367, 1368, 1372, 1373, 1376, 1377, 1378, 1384, 1387, 1389, 1392, 1393, 1395, 1396, 1397, 1403, 1406, 1407, 1408, 1412, 1413, 1414, 1415, 1417, 1418, 1424, 1425, 1428, 1431, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1444, 1445, 1446, 1449, 1453, 1454, 1456, 1462, 1463, 1464, 1466, 1467, 1468, 1470, 1473, 1480, 1482, 1486, 1487, 1488, 1489, 1491, 1494, 1495, 1510, 1511, 1512, 1514, 1517, 1519, 1521, 1524, 1530, 1531, 1532, 1538, 1539, 1542, 1543, 1544, 1547, 1552, 1555, 1557, 1558, 1563, 1565, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1579, 1580, 1585, 1586, 1588, 1589, 1591, 1592, 1593, 1595, 1596, 1602, 1603, 1605, 1610, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1623, 1626, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1642, 1644, 1645, 1646, 1648, 1655, 1656, 1658, 1660, 1662, 1663, 1666, 1672, 1674, 1677, 1680, 1685, 1689, 1692, 1693, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1701, 1702,



1705, 1707, 1709, 1716, 1718, 1719, 1720, 1721, 1727, 1729, 1730, 1732, 1737,  
1738, 1743, 1744, 1747, 1748, 1754, 1761, 1763, 1765, 1766, 1767, 1768, 1770,  
1772, 1773, 1777, 1778, 1784, 1787, 1788, 1789, 1790, 1792, 1793, 1794, 1797,  
1804, 1805, 1810, 1813, 1815, 1822, 1824, 1828, 1830, 1834, 1837, 1838, 1841,  
1842, 1844, 1845, 1847, 1848, 1850, 1857, 1859, 1860, 1862, 1863, 1865, 1867,  
1868, 1869, 1870, 1873, 1875, 1877, 1880, 1882, 1894, 1895, 1898, 1899, 1902,  
1908, 1909, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1918, 1922, 1924, 1929, 1932,  
1936, 1939, 1940, 1943, 1945, 1946, 1947, 1949, 1950, 1960, 1961, 1963, 1967,  
1979, 1980, 1981, 1983, 1987, 1988, 1989, 1990, 1994, 1995, 1998, 2000, 2001,  
2003, 2005, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2017, 2018, 2020, 2021, 2023, 2024,  
2025, 2026, 2030, 2031, 2032, 2035, 2036, 2038, 2041, 2042, 2045, 2048, 2051,  
2052, 2055, 2057, 2058, 2062, 2063, 2066, 2076, 2078, 2084, 2088, 2093, 2095,  
2098, 2099, 2101, 2102, 2103, 2106, 2107, 2110, 2111, 2113, 2114, 2116, 2117,  
2119, 2121, 2122, 2123, 2134, 2142, 2144, 2146, 2148, 2153, 2154, 2159, 2161,  
2162, 2163, 2166, 2168, 2170, 2173, 2174, 2178, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184,  
2186, 2187, 2189, 2190, 2191, 2195, 2199, 2200, 2203, 2205, 2206, 2210, 2214,  
2215, 2216, 2219, 2220, 2223, 2225, 2227, 2228, 2232, 2235, 2239, 2242, 2244,  
2249, 2251, 2252, 2257, 2258, 2259, 2270, 2271, 2274, 2275, 2278, 2280, 2282,  
2283, 2288, 2291, 2294, 2295, 2297, 2298, 2299, 2303, 2304, 2306, 2312, 2315,  
2316, 2317, 2322, 2328, 2333, 2338, 2339, 2340, 2341, 2348, 2349, 2351, 2354,  
2355, 2356, 2358, 2359, 2361, 2363, 2368, 2369, 2370, 2375, 2379, 2381, 2385,  
2388, 2389, 2403, 2408, 2409, 2411, 2412, 2417, 2419, 2421, 2422, 2423, 2428,  
2435, 2436, 2438, 2441, 2444, 2445, 2448, 2449, 2450, 2453, 2454, 2459, 2461,  
2462, 2467, 2475, 2480, 2481, 2487, 2492, 2497, 2498, 2504, 2505, 2507, 2509,  
2511, 2513, 2514, 2520, 2521, 2524, 2529, 2531, 2532, 2533, 2534, 2537, 2539,  
2540, 2544, 2549, 2551, 2554, 2555, 2558, 2559, 2560, 2561, 2564, 2565, 2566,  
2567, 2568, 2569, 2570, 2573, 2580, 2581, 2584, 2586, 2587, 2589, 2603, 2604,  
2610, 2611, 2612, 2614, 2616, 2617, 2619, 2620, 2623, 2627, 2633, 2634, 2636,  
2637, 2639, 2640, 2643, 2644, 2646, 2647, 2649, 2650, 2653, 2654, 2656, 2657,  
2660, 2664, 2665, 2667, 2670, 2671, 2672, 2676, 2678, 2681, 2682, 2683, 2684,  
2685, 2686, 2687, 2688, 2689, 2691, 2692, 2700, 2704, 2720, 2721, 2722, 2723,  
2731, 2732, 2733, 2737, 2739, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 2746, 2748, 2750,  
2752, 2754, 2755, 2757, 2766, 2769, 2771, 2772, 2774, 2776, 2778, 2779, 2781,  
2785, 2786, 2788, 2791, 2792, 2794, 2795, 2797, 2798, 2801, 2803, 2807, 2811,



2812, 2816, 2817, 2819, 2822, 2827, 2828, 2829, 2831, 2833, 2834, 2835, 2836, 2837, 2838, 2842, 2844, 2846, 2849, 2855, 2857, 2858, 2861, 2864, 2867, 2869, 2870, 2873, 2875, 2877, 2878, 2879, 2881, 2884, 2888, 2889, 2890, 2892, 2893, 2895, 2898, 2900, 2901, 2902, 2905, 2908, 2910, 2913, 2914, 2915, 2916, 2922, 2924, 2926, 2927, 2929, 2931, 2932, 2934, 2935, 2936, 2939, 2942, 2948, 2949, 2950, 2951, 2952, 2953, 2954, 2955, 2956, 2958, 2960, 2961, 2962, 2963, 2964, 2965, 2966, 2967, 2968, 2974, 2975, 2976, 2977, 2978, 2980, 2981, 2983, 2985, 2988, 2989, 2990, 2992, 2994, 3000, 3002, 3003, 3005, 3008, 3009, 3015, 3017, 3018, 3020, 3021, 3022, 3024, 3027, 3029, 3030, 3032, 3033, 3035, 3036, 3041, 3043, 3044, 3046, 3049, 3050, 3051, 3052, 3054, 3055, 3059, 3060, 3061, 3064, 3066, 3067, 3069, **bem como as Emendas ao Substitutivo do Relator (ESBs)** n°s 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 315, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 331, 336, 337, 338, 340, 343, 344, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 371, 373, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 390, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 422 424, 426, 427, 428, 429, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 449, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 471, 472, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480,



484, 485, 486, 487, 489, 490, 492, 493, 494, 496, 498, 499, 501, 502, 504, 507,  
508, 509, 510, 511, 513, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 527,  
528, 529, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544,  
547, 549, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564,  
565, 566, 567, 568, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 582,  
583, 584, 585, 586, 587, 588, 591, 593, 594, 596, 597, 598, 600, 601, 602, 604,  
605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 622, 623,  
624, 625, 626, 627, 630, 631, 632, 633, 635, 636, 637, 638, 640, 641, 642, 644,  
648, 649, 650, 651, 652, 653, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 61, 662, 665, 666, 667,  
668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 676, 677, 678, 679, 680, 682, 683, 684, 686,  
687, 688, 689, 690, 691, 693, 694, 696, 697, 698, 700, 701, 702, 703, 704, 705,  
706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 722,  
723, 724, 726, 727, 729, 730, 732, 733, 734, 735, 737, 738, 739, 741, 744, 745,  
746, 747, 749, 752, 753, 754, 759, 760, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769,  
771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 781, 782, 784, 787, 788, 789, 790,  
793, 795, 796, 798, 805, 807, 808, 809, 810, 811, 813, 814, 815, 816, 818, 819,  
820, 822, 823, 824, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 834, 835, 837, 841, 842, 843,  
844, 846, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 860, 863, 864, 865,  
867, 869, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 885, 887,  
889, 890, 891, 892, 894, 896, 897, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907,  
908, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 925,  
926, 927, 928, 929, 930, 931, 933, 934, 936, 938, 939, 941, 945, 947, 948, 949,  
950, 954, 955, 956, 958, 959, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 970, 974,  
976, 977, 978, 979, 980, 982, 983, 984, 985, 986, 989, 990, 992, 993, 995, 996,  
997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1004, 1007, 1009, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015,  
1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1027, 1029, 1030, 1031,  
1032, 1033, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1046,  
1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1056, 1057, 1059, 1060, 1061,  
1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077,  
1079, 1081, 1084, 1086, 1087, 1088, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1097,  
1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111,  
1112, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1125, 1130, 1131,  
1135, 1136, 1137, 1138, 1140, 1141, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1149, 1150,  
1152, 1153, 1155, 1156, 1157, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166,



1167, 1168, 1169, 1170, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1184, 1185, 1187, 1188, 1191, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1208, 1209, 1210, 1212, 1213, 1215, 1217, 1218, 1220, 1221, 1222, 1223, 1225, 1227, 1228, 1229, 1230, 1232, 1233, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1253, 1254, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1265, 1266, 1269, 1270, 1271, 1272, 1275, 1276, 1278, 1280, 1282, 1283, 1285, 1286, 1287, 1288, 1290, 1291, 1293, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1302, 1303, 1304, 1305, 1307, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1318, 1319, 1320, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1336, 1337, 1338, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1348, 1349, 1351, 1352, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1363, 1364, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1374, 1375, 1377, 1378, 1379, 1380.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, e de todas as emendas listadas no item 3.1 da Conclusão do Voto, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em            de            de 2025.

Deputado MOSES RODRIGUES

Relator



## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2614, DE 2024

Aprova o Plano Nacional de Educação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de 10 (dez) anos a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

I - diretrizes - orientações gerais que fundamentam a formulação dos objetivos, metas e estratégias do PNE, a serem consideradas pelos governos das diferentes esferas federativas.

II - objetivos - mudanças esperadas em relação aos problemas identificados que resultem da implementação de políticas educacionais pelos governos das diferentes esferas federativas;

III - metas - referências qualitativas e quantitativas que permitem verificar o alcance das mudanças expressas nos objetivos, dentro de intervalo de tempo determinado, com base na implementação de políticas educacionais pelos governos das diferentes esferas federativas;

IV - estratégias - ações propostas aos governos das diferentes esferas federativas para atingir os objetivos e as metas.

### CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES

Art. 3º São diretrizes do PNE a serem observadas nos planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - a visão sistêmica do planejamento da política educacional e a sua relação com outras áreas do desenvolvimento local, regional e nacional;

II - a intersetorialidade e a interseccionalidade como abordagens para o enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território;

III - a promoção do desenvolvimento socioambiental, cultural, tecnológico e econômico;

IV - a pactuação na coordenação e na implementação das estratégias dos planos decenais de educação, realizada no âmbito das subcomissões vinculadas às instâncias colegiadas do Sistema Nacional de Educação, referidas no § 9º do art. 7º, no contexto do regime de colaboração e de participação social como princípios do planejamento educacional, consideradas as especificidades culturais e territoriais;





V - o equilíbrio entre as responsabilidades federativas e o fluxo adequado, equitativo e sustentável de recursos para educação pública, de acordo com os objetivos e metas deste PNE;

VI - o respeito à liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a ciência, a arte e o saber, com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

VII - a centralidade do direito à educação, da qualidade, da equidade, da inclusão e da aprendizagem, respeitadas as especificidades e necessidades educacionais dos estudantes, como orientações para a formulação e a implementação das políticas educacionais.

VIII - a análise dos processos e dos resultados educacionais e o uso das evidências decorrentes dessas análises na formulação das políticas educacionais;

IX - a integração do monitoramento e da avaliação contínuos aos processos de planejamento e de implementação das políticas educacionais;

X - a promoção dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, do respeito à diversidade, da sustentabilidade socioambiental e do exercício pleno da cidadania;

XI - o reconhecimento da importância da articulação entre família e escola para o processo educacional;

XII - a consideração de múltiplas fontes de dados oficiais, incluindo informações demográficas, educacionais, sociais, econômicas e territoriais, para subsidiar o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas educacionais.

XIII - a promoção da cultura da paz e da prevenção à violência no ambiente escolar;

XIV - a garantia do direito humano à liberdade religiosa, incluindo a proteção à liberdade de consciência e de crença, e de convicção filosófica ou política;

XV - a garantia de ambiente de aprendizado plural e do debate crítico de diferentes perspectivas.

XVI - a identificação, valorização e disseminação das boas práticas e experiências exitosas nacionais e internacionais, respeitadas as diversidades regionais, com vistas à melhoria dos processos de aprendizagem e da qualidade da educação;

XVII - democratização dos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais com participação e controle social.

### **CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS GERAIS**

Art. 4º São objetivos gerais da educação nacional, que orientam a formulação e a implementação das políticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios no próximo decênio:



I - o fortalecimento dos princípios do Estado Democrático de Direito, com ênfase na promoção da cidadania e do desenvolvimento socioambiental sustentável;

II - a consolidação da gestão democrática do ensino público;

III - a proteção e o desenvolvimento da primeira infância;

IV - a garantia do direito à educação, com ampliação das oportunidades educacionais em todos os níveis, etapas e modalidades, assegurado o padrão de qualidade, com vistas à formação humanística, profissional, cultural, científica, tecnológica, crítica, criativa e cidadã dos estudantes;

V - a superação do analfabetismo absoluto e funcional de jovens e adultos;

VI - a superação das desigualdades educacionais e a erradicação de todas as formas de preconceito de origem, raça/cor, sexo, idade e de quaisquer formas de discriminação;

VII - a universalização do atendimento escolar à população de quatro a dezessete anos, e a oferta obrigatória e gratuita de oportunidades educacionais aos que não tiveram acesso na idade própria;

VIII - a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, consideradas as dimensões do acesso, da permanência, da inclusão, da infraestrutura, dos processos educativos e dos resultados de aprendizagem e de desenvolvimento;

IX - a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento das carreiras docentes e dos demais profissionais da educação básica e superior, asseguradas condições de trabalho adequadas;

X - a democratização do acesso e da permanência na educação básica e superior, consideradas todas as modalidades;

XI - o aumento do investimento público em educação, em consonância com o disposto no art. 211, § 7º e no art. 214, *caput*, VI da Constituição Federal;

XII - a superação das desigualdades regionais na implementação das políticas educacionais.

Art. 5º Os objetivos, as metas e as estratégias previstas no Anexo I a esta Lei serão cumpridos no prazo de vigência do PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

## CAPÍTULO IV

### DOS PLANOS DECENAIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus planos de educação mediante lei específica, de duração decenal, em consonância com o disposto no PNE.



§ 1º A elaboração dos planos decenais de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios contará com a participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil, inclusive pela modalidade virtual, considerados os resultados das conferências de educação.

§ 2º Os planos decenais de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão orientados pelas projeções referidas no § 1º do art. 7º, relativas às metas nacionais previstas no Anexo I a esta Lei.

## **CAPÍTULO V**

### **DA GOVERNANÇA, DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DOS PLANOS DECENAIS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS**

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, com vistas ao alcance das metas e à implementação das estratégias do PNE.

§ 1º O Inep produzirá, quando couber, projeções relativas às metas nacionais previstas no Anexo a esta Lei, por ente federativo.

§ 2º Ato do Ministério da Educação disporá sobre a governança do PNE.

§ 3º A governança do PNE disporá, no âmbito do Ministério da Educação, de instância tripartite permanente de negociação, cooperação e pactuação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 4º Atos dos Chefes dos Poderes Executivos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disporão sobre a governança dos planos estaduais, distrital e municipais, em consonância com o PNE.

§ 5º A governança de que trata o § 4º disporá, no âmbito de cada Estado, de instância bipartite permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o Estado e os respectivos Municípios.

§ 6º A União oferecerá apoio técnico para a articulação, elaboração e execução dos planos estaduais e distrital, de modo a que estes, no seu conjunto, contribuam para o cumprimento do PNE.

§ 7º Os Estados oferecerão apoio técnico para a articulação, elaboração e execução dos planos dos Municípios que se encontrem em seu território, de modo a que estes, no seu conjunto, contribuam para o cumprimento do PNE.

§ 8º Caberá aos gestores federais, estaduais, distritais e municipais a adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas nos planos de educação.

§ 9º As instâncias referidas nos §§ 3º e 5º são subcomissões, respectivamente, da Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite) e das Comissões Intergestores Bipartites da Educação (Cibes) do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Art. 8º Ato do Ministério da Educação, assegurada a oitiva das



instâncias dispostas no § 1º, disporá sobre o monitoramento e a avaliação do PNE, considerados:

I - o escopo, as competências, os critérios e os mecanismos para o monitoramento e a avaliação do PNE;

II - as formas de participação da sociedade nos processos de monitoramento e de avaliação do PNE; e

III - a disponibilização de dados que auxiliem os entes federados no monitoramento dos respectivos planos de educação.

§ 1º As atividades de monitoramento e avaliação de que trata o *caput* serão realizadas com a participação:

I - do Ministério da Educação;

II - do Conselho Nacional de Educação (CNE);

III - da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;

IV - da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal;

V - do Fórum Nacional de Educação (FNE).

§ 2º Atos dos Poderes Executivos estaduais, distrital e municipais disciplinarão o monitoramento e a avaliação dos respectivos planos decenais de educação, considerando:

I - a participação dos órgãos responsáveis pela educação, das comissões de educação dos poderes legislativos e dos conselhos e fóruns de educação dos respectivos entes;

II - o escopo, as competências, os critérios e os mecanismos para o monitoramento e a avaliação dos respectivos planos decenais de educação;

III - a disponibilização de dados que auxiliem os Estados e seus Municípios para este fim.

§ 3º Os Estados e seus Municípios atuarão em regime de colaboração para garantir a elaboração e divulgação de informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito estadual a cada dois anos, de modo a:

I – realizar o monitoramento dos Planos Estaduais e Municipais de Educação (PEEs e PME);

II - subsidiar a elaboração dos respectivos planos de ações educacionais previstos no art. 13.

Art. 9º A União promoverá a realização de, no mínimo, duas conferências nacionais de educação até o término do período de vigência do PNE, precedidas de conferências estaduais, distrital e municipais, promovidas pelos respectivos entes federados, e articuladas pelo FNE, assegurada a pluralidade de perspectivas e a ampla participação social.

§ 1º As conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até quatro anos entre elas, podendo ser convocadas extraordinariamente quando necessário.

§ 2º A União disponibilizará os documentos técnicos de monitoramento e avaliação oficiais do PNE, de forma a servir de subsídio para os debates em todas as etapas das conferências.



Art. 10. Ato do Ministério da Educação disporá sobre a composição e o funcionamento do FNE, instância consultiva permanente de participação social, no âmbito do PNE, assegurada a pluralidade em sua composição.

Parágrafo único. Ao FNE compete:

- I - acompanhar a implementação e o cumprimento das metas do PNE;
- II – coordenar as conferências nacionais de educação e promover a sua articulação com as conferências estaduais, distrital e municipais que as precederem, sendo estas coordenadas pelos respectivos fóruns de educação dos entes federativos subnacionais.

Art. 11. As metas previstas no Anexo I a esta Lei deverão ser monitoradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com publicação bienal, até 31 de março, dos índices de alcance das metas referentes aos dois exercícios anteriores, com informações organizadas por Unidade da Federação e consolidadas em âmbito nacional.

§ 1º A publicação de que trata o *caput* deverá contar com ampla e acessível divulgação, incluída a disponibilização de sítio eletrônico de livre acesso, que contenha:

- I - as notas metodológicas dos indicadores;
- II - os índices de alcance das metas atualizados periodicamente, e em prazo inferior ao estabelecido no *caput* sempre que haja a disponibilidade de dados.

§ 2º O Inep divulgará todos os dados e microdados dos censos anuais da educação básica e superior, dos exames e dos sistemas de avaliação, agregados e desagregados, nos termos da Lei nº 15.017, de 12 de novembro de 2024, e observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 3º O aprimoramento dos instrumentos de avaliação e coleta de dados utilizados para o monitoramento do PNE não poderá comprometer a consistência das séries históricas de indicadores durante a vigência do plano.

§ 4º O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deverá subsidiar o Inep, inclusive mediante compartilhamento de dados, adaptação dos instrumentos de coleta e cooperação técnica, para o monitoramento das metas previstas no Anexo a esta Lei, incluindo o levantamento de dados de populações específicas, tais como indígenas, quilombolas, pessoas surdas e de pessoas com deficiência.

§ 5º Para fins do disposto no *caput*, o Inep contará com o apoio de outros órgãos federais, estaduais, distritais e municipais responsáveis por dados, informações administrativas e estatísticas relevantes.

Art. 12. O Ministério da Educação utilizará como fontes de informação para o monitoramento e a avaliação do PNE, dentre outras:

- I - o sistema nacional de avaliação da educação básica, realizado em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II - o sistema nacional de avaliação da educação superior;
- III - o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica;



IV - o Censo da Educação Básica;

V - o Censo da Educação Superior;

VI - o Censo da Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

VII - os dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) e do Censo Demográfico e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), utilizados em articulação com o Inep.

Parágrafo único. O Ministério da Educação poderá utilizar avaliações internacionais das quais o País participa oficialmente como instrumentos complementares de monitoramento deste PNE.

Art. 13. Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios elaborarão, a cada dois anos, com ampla divulgação, plano de ações educacionais referente aos dois exercícios seguintes, observado o art. 33.

§ 1º O plano de ações educacionais deverá contemplar, no mínimo:

I - o planejamento das políticas, programas, ações e alocação de recursos, em valores nominais e percentuais em relação ao total disponível, vinculados a cada objetivo e meta do respectivo plano de educação; e

II - os critérios utilizados para definição das prioridades no período de sua execução.

§ 2º A partir da segunda publicação, o plano de ações educacionais deverá contemplar, além do previsto no § 1º:

I - análise da implementação efetiva das políticas, programas, ações e alocação de recursos previstos pelo plano de ações anterior, em relação aos diferentes objetivos e metas, incluindo:

a) resultados alcançados em relação a cada objetivo e meta, considerando o que foi efetivamente implementado no período.

b) justificativa para o eventual não cumprimento do plano de ações previsto para o período.

II - comparativo com o plano de ações educacionais anterior, com justificativa para eventuais manutenções ou mudanças de orientação nas políticas, programas, ações e alocação de recursos previstos, considerados os dados de monitoramento.

§ 3º As instâncias referidas nos §§ 3º e 5º do art. 7º desta Lei promoverão ações para estimular a instituição, pelos Poderes Executivos, de iniciativas destinadas ao reconhecimento de boas práticas de gestão resultantes dos planos de ações educacionais, que contribuam de forma efetiva para a execução das metas estabelecidas nos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º Os planos de ações referidos no *caput* serão encaminhados pelo Poder Executivo aos órgãos e instâncias referidos no art. 8º, § 1º, no caso da União, e no art. 8º, § 2º, I, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de acompanhamento e de fiscalização.

§ 5º O Ministério da Educação disponibilizará a plataforma tecnológica



do Plano de Ações Articuladas (PAR), instituído pela Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, a fim de apoiar os entes federados na elaboração, no monitoramento e na revisão de seus planos de ações educacionais.

Art. 14. A União manterá plataforma nacional, em regime de colaboração, disponibilizando em sítio eletrônico de acesso público:

I - os planos decenais de educação aprovados por lei pelos entes subnacionais;

II - os planos de ações de que trata o art. 13;

III - os relatórios do monitoramento de que tratam o § 2º do art. 8º e o art. 11.

Art. 15. Será mantida rede de assistência técnica, coordenada pela União, para os fins do disposto nos §§ 6º e 7º do art. 7º.

## **CAPÍTULO VI DO FINANCIAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Art. 16. O PNE será financiado com recursos vinculados à educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com fundos constitucionais e legais vinculados à educação, entre outras fontes previstas na legislação.

Parágrafo único. Os mecanismos de transparência e de prestação de contas na aplicação dos recursos públicos destinados à educação deverão incluir a divulgação detalhada, inclusive por meio digital, das despesas correntes e de capital realizadas, bem como o fortalecimento dos conselhos de acompanhamento e controle social.

Art. 17. O financiamento da educação pública básica nacional, de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observará:

I - a busca pela equidade na capacidade de financiamento dos sistemas públicos de educação básica;

II - os padrões nacionais de qualidade pactuados no âmbito da federação;

III - o Custo Aluno Qualidade (CAQ), de que trata o art. 211, § 7º, da Constituição Federal;

IV - o monitoramento contínuo da alocação dos recursos destinados à melhoria da infraestrutura escolar;

V - o monitoramento contínuo da relação entre a alocação dos recursos financeiros e a melhoria do padrão de qualidade da oferta educacional e da diminuição das desigualdades de aprendizagem e das desigualdades sociais e regionais;

VI - a ação redistributiva de cada ente federado em relação às suas próprias escolas, em conformidade com o § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

VII - o aperfeiçoamento da capacidade de gestão financeira dos



sistemas públicos de educação básica;

VIII - o atendimento às diferentes necessidades dos estudantes, em especial dos grupos populacionais tradicionais e específicos.

Art. 18. A parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, será destinada à educação pública, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta de financiamento prevista no PNE, priorizada a infraestrutura da educação básica.

Parágrafo único. A destinação de que trata o *caput* ocorrerá em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do disposto no art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei.

Art. 19. Os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser elaboradas em consonância com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias do PNE e com os respectivos planos de educação estaduais, distrital e municipais.

Art. 20. A ação de assistência técnica e financeira entre os entes federativos observará as diretrizes, os objetivos, as estratégias e as metas dos planos de educação.

Parágrafo único. Ato do Ministério da Educação disporá sobre o marco referencial de equidade na educação que orientará o processo de assistência técnica e financeira entre os entes federativos.

## CAPÍTULO VII

### DO PROGRAMA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Art. 21. Fica criado o Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, vinculado ao Ministério da Educação, com a finalidade de apoiar, em regime de colaboração, a expansão, adequação e modernização da infraestrutura física e tecnológica das instituições públicas de ensino.

Art. 22. O Programa terá como objetivos:

I - garantir, até o final do terceiro ano de vigência deste PNE, as condições mínimas de infraestrutura de funcionamento e salubridade de todas as escolas públicas de educação básica, com vistas à superação de situações críticas;

II - reduzir continuamente as desigualdades nas condições de oferta de infraestrutura escolar, entre redes públicas de ensino e no âmbito de cada uma delas;

III - garantir, até o final do decênio, o atendimento, em todas as instituições públicas de educação básica, de padrões nacionais de qualidade de infraestrutura escolar pactuados nacionalmente em regime de colaboração;

IV - promover a expansão, melhoria e reestruturação das instituições públicas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, com padrão nacional de qualidade.

Art. 23. Constituem fontes de recursos do Programa:





I - o montante de recursos correspondente ao que exceder a arrecadação do exercício de 2025 das receitas previstas nos incisos I, III e IV do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, considerados os termos do § 3º do mesmo artigo;

II - as dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual da União e seus créditos adicionais;

III - as outras receitas que lhe forem destinadas.

Art. 24. As ações financiadas — destinando-se, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) dos recursos do Programa a iniciativas voltadas à educação básica — compreenderão:

I - melhoria da infraestrutura escolar existente, mediante reformas, adequações e modernizações; e

II - expansão da infraestrutura escolar, mediante construção de novas unidades ou ampliações estruturais significativas.

Art. 25. O acesso às aplicações do Programa ficará condicionado à adesão e à pactuação quanto à trajetória de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

§ 1º Serão definidas, no âmbito do Programa, etapas de avanço progressivo da infraestrutura escolar que incorporem patamares crescentes de qualidade.

§ 2º Ato do Ministério da Educação disporá sobre:

I - definição de patamares progressivos de oferta de infraestrutura escolar, desde as situações críticas até patamares superiores, a partir de critérios técnicos;

II - formas de adesão, pactuação e acompanhamento da trajetória de cumprimento das metas do PNE, em cada etapa do programa;

III - critérios de priorização das aplicações, assegurada a busca pela equidade entre entes federativos.

§ 3º Serão priorizadas e ficarão excetuadas da pactuação prevista no *caput* as ações destinadas à superação de situações críticas de infraestrutura escolar que comprometam as condições mínimas de funcionamento e salubridade das escolas públicas de educação básica.

§ 4º No caso de ações destinadas a avanços para patamares superiores de infraestrutura, a pactuação a que se refere o *caput* estará condicionada à comprovação de evolução no cumprimento de metas de acesso e rendimento escolar, com melhoria da aprendizagem da rede de ensino e redução de desigualdades, considerando, no mínimo, raça/cor, sexo e nível socioeconômico, monitoradas por indicadores oficiais.

§ 5º A pactuação prevista no *caput* deverá incorporar as Metas 17.b, 17.c e 17.d de valorização do magistério deste Plano, observados os recursos disponíveis e a proporção efetivamente aplicada em despesas com o magistério em cada rede de ensino.

Art. 26. Terão suspenso o direito de receber novas aplicações do Programa os entes federativos que descumprirem:



I - as metas pactuadas referidas no art. 25 desta Lei;

II - o disposto nos arts. 13 e 33 desta Lei.

Art. 27. A execução das ações financiadas pelo Programa poderá ocorrer:

I - diretamente pela União; ou

II - pelo ente federativo beneficiário, mediante transferência de recursos, com assistência técnica da União.

## **CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 28. O Inep apoiará a definição dos valores de referência não previstos nas metas constantes no Anexo I e estabelecerá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Lei:

I - os indicadores das metas previstas no Anexo I, tornando públicos os referenciais conceituais adotados, e

II - as projeções relativas às metas nacionais, por ente federativo, referidas no § 1º do art. 7º.

Art. 29. As metas previstas no Anexo I poderão ser revisadas, no que couber, no prazo de cinco anos, contado da data de publicação desta Lei, de acordo com os indicadores e os valores de referência apurados pelo Inep, e com base nas decisões da instância tripartite de que trata o § 3º do art. 7º, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A revisão referida no *caput* deverá considerar estimativas atualizadas do custo de implementação do Plano Nacional de Educação, elaboradas e periodicamente aprimoradas pelo Ministério da Educação, em articulação com os demais órgãos responsáveis pela apuração das receitas e despesas públicas, de forma a assegurar a adequação entre o financiamento previsto e as necessidades do Plano.

Art. 30. A primeira publicação do monitoramento a que se refere o art. 11 ocorrerá até 31 de março de 2027.

Art. 31. A instância referida pelo § 3º do art. 7º será criada e regulamentada em ato do Ministério da Educação em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 32. As instâncias referidas no § 5º do art. 7º serão criadas e regulamentadas em atos dos Chefes dos Poderes Executivos dos Estados em 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 33. O primeiro plano de ações educacionais a que se refere o art. 13 será apresentado pelos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios até 30 de junho do primeiro ano de vigência do respectivo plano de educação e corresponderá ao segundo semestre do ano de sua publicação e aos dois exercícios seguintes.

Art. 34. Os Estados e o Distrito Federal deverão publicar, no prazo de até 12 (doze) meses contados da publicação desta Lei, e os Municípios, no prazo



de até 15 (quinze) meses, seus planos de educação referidos no art. 6º.

Art. 35. O Poder Executivo federal encaminhará ao Congresso Nacional, até o final de junho do último ano de vigência deste PNE, projeto de lei referente ao plano decenal de educação subsequente, acompanhado da avaliação sistemática quanto à implementação e aos resultados parciais do PNE, baseada em dados do Inep.

Art. 36. As políticas educacionais decorrentes dos objetivos, metas e estratégias do PNE estarão submetidas aos mecanismos de controle interno, externo e social.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## ANEXO I – OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS

### 1) Acesso à Educação Infantil

Objetivo 1	Ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola.
Meta 1.a.	Ampliar a oferta de educação infantil para atender 100% (cem por cento) da demanda manifesta por creche e, em nível nacional, atingir, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das crianças de até três anos ao final da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE).
Meta 1.b.	Reduzir, a no máximo dez pontos percentuais, a desigualdade de acesso à creche entre as crianças do quintil de renda familiar per capita mais elevado e as do quintil de renda familiar per capita mais baixo até o final da vigência deste PNE.
Meta 1.c.	Universalizar, até o segundo ano do período de vigência deste PNE, o acesso à educação infantil na pré-escola, para atender a todas as crianças de quatro a cinco anos.
Estratégia 1.1.	Reforçar e consolidar o papel redistributivo da União e dos Estados, em regime de colaboração com os Municípios, com vistas a reduzir as desigualdades na capacidade de financiamento municipal, inclusive em relação à construção, à reestruturação e à adequação de unidades escolares de educação infantil e à aquisição de equipamentos e mobiliários.
Estratégia 1.2.	Implementar políticas de construção, reestruturação e adequação de creches e escolas, e de aquisição de equipamentos, considerando estrutura que garanta a sustentabilidade socioambiental e a arquitetura inclusiva, prioritariamente em unidades que atendam crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica e unidades localizadas em zonas periféricas e rurais, de forma a atender a demanda de acordo com as necessidades dos estudantes e garantir padrões nacionais de qualidade.
Estratégia 1.3.	Apoiar técnica e financeiramente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a instituição de política de levantamento de demanda por creche e de busca ativa na educação infantil, com caráter informativo acerca do direito à matrícula da criança e à opção da família no caso das creches, coordenada e monitorada pelas Secretarias de Educação, em parceria com órgãos públicos de assistência social, de saúde e outras instituições do



	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com vistas a aumentar o acesso e a reduzir a evasão e o abandono nessa etapa da educação básica.
Estratégia 1.4.	Definir e adotar, em regime de colaboração, instrumento nacional para levantamento da demanda por vagas em creche, alinhado com a Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024.
Estratégia 1.5.	Induzir a adoção de critérios e mecanismos de priorização de atendimento à demanda por creche, de modo a promover equidade étnico-racial e reduzir as desigualdades de nível socioeconômico.
Estratégia 1.6.	Promover políticas de equalização e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as negras, as indígenas, as quilombolas, as do campo, as das águas, das florestas, as refugiadas e as que integram o público da educação especial, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
Estratégia 1.7.	Ampliar o acesso à educação infantil integral, com espaços e tempos apropriados às atividades educativas, de forma a garantir padrões nacionais de qualidade, com vistas a priorizar o atendimento das crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Estratégia 1.8.	Publicizar, monitorar e avaliar as parcerias com entidades sem fins lucrativos, fazendo cumprir os padrões nacionais de qualidade da educação infantil, obedecendo aos critérios de transparência e a submissão aos mecanismos de controle social, interno e externo, na forma da lei.
Estratégia 1.9.	Induzir a adoção de incentivos para favorecer a alocação de profissionais do magistério experientes em escolas localizadas em áreas de difícil acesso ou que atendam crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, bem como o público da educação especial, com o objetivo de reduzir as desigualdades de aprendizagem e de proporcionar desenvolvimento integral das crianças.
Estratégia 1.10.	Implementar políticas com vistas a extinguir turmas multietapas com estudantes da educação infantil e do ensino fundamental, a fim de assegurar o atendimento das especificidades das crianças da educação infantil.
Estratégia	Instituir parâmetros nacionais e regramentos que



1.11.	orientem e permitam, quando necessário, processos de nucleação escolar na educação infantil, considerados os aspectos culturais, territoriais, de alimentação, de transporte escolar e a consulta às comunidades escolares envolvidas.
Estratégia 1.12.	Promover políticas públicas específicas de assistência técnica e financeira para induzir a ampliação da oferta de creche e pré-escola em regiões e localidades com os menores índices de atendimento.
Estratégia 1.13.	Instituir, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, campanha anual de comunicação voltada às famílias sobre o direito à creche e o direito e obrigatoriedade de matrícula na pré-escola.

## 2) Qualidade da Educação Infantil

Objetivo 2	Garantir a qualidade da oferta de educação infantil.
Meta 2.a.	Assegurar que toda a oferta de creche alcance padrões nacionais de qualidade para a educação infantil, considerados, no mínimo, as dimensões de infraestrutura física; os profissionais de educação; as condições de gestão; os recursos pedagógicos; a acessibilidade; as práticas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com intencionalidade educativa.
Meta 2.b.	Assegurar que toda a oferta de pré-escola alcance padrões nacionais de qualidade para educação infantil, considerados, no mínimo, as dimensões de infraestrutura física, os profissionais da educação, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, as práticas pedagógicas alinhadas à BNCC e com intencionalidade educativa.
Estratégia 2.1.	Revisar e implementar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, padrões nacionais de qualidade da educação infantil, abrangidos a infraestrutura, a alimentação, o transporte escolar e as condições de gestão, em especial o planejamento e a gestão pedagógica, os recursos pedagógicos, os profissionais da educação e o número de crianças por sala, de forma a respeitar o desenho universal de acessibilidade, a inclusão, as diversidades territoriais e as especificidades da etapa e das modalidades de ensino.
Estratégia 2.2.	Implementar e monitorar periodicamente, em regime de colaboração, as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, considerando ações, responsáveis e prazos, de modo a



	orientar o planejamento e a execução de políticas públicas para a etapa.
Estratégia 2.3.	Incentivar práticas pedagógicas articuladas aos campos de experiência da educação infantil, contempladas as áreas e os temas transversais da educação ambiental, da educação em direitos humanos, da educação para a cidadania e da educação para relações étnico-raciais.
Estratégia 2.4.	Garantir a integração e a continuidade dos processos de aprendizagem das crianças entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, consideradas as especificidades de cada etapa.
Estratégia 2.5.	Garantir o acesso a uma variedade de recursos que possibilitem a ampla participação das crianças, como brinquedos, livros, materiais pedagógicos, áreas de contato com a natureza e áreas externas e internas devidamente organizadas.
Estratégia 2.6.	Ampliar o acesso a materiais para jogos e esportes e as oportunidades de formação continuada dos profissionais da educação infantil, a fim de incentivar práticas pedagógicas com interações e brincadeiras vinculadas ao movimento.
Estratégia 2.7.	Aperfeiçoar a avaliação nacional da educação infantil, com base em padrões nacionais de qualidade, com vistas a garantir a interpretação pedagógica dos resultados em faixas de qualidade nas dimensões de infraestrutura física, profissionais de educação, condições de gestão, recursos pedagógicos, acessibilidade, interações e práticas pedagógicas.
Estratégia 2.8.	Implementar, nas unidades escolares, múltiplas abordagens de avaliação do processo de desenvolvimento infantil, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, com vistas a possibilitar a orientação e a reorientação do planejamento de educadores e equipes pedagógicas.
Estratégia 2.9.	Induzir processos de autoavaliação das escolas, com foco na melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças, e fortalecer os processos escolares de planejamento estratégico coletivo por meio da elaboração de projetos pedagógicos e de reuniões periódicas dos conselhos escolares e dos conselhos de classe, considerando a concepção de educação e cuidado como aspectos indissociáveis das ações dirigidas às crianças e a promoção da melhoria da qualidade da educação infantil.
Estratégia 2.10.	Estabelecer um índice de qualidade da educação infantil para todos os municípios brasileiros, orientado pelos padrões nacionais de qualidade da educação infantil,



	para monitoramento periódico.
Estratégia 2.11.	Induzir processos de formação das equipes gestoras das escolas, tendo em vista a implementação de parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil.
Estratégia 2.12.	Fortalecer a capacidade técnica e administrativa das secretarias de educação para promover o apoio pedagógico e de gestão escolar às unidades de educação infantil.
Estratégia 2.13.	Implementar e fortalecer políticas e a articulação intersetorial, em regime de colaboração com os entes federados, entre as áreas de educação, saúde, assistência social, esporte e cultura, com foco no desenvolvimento integral das crianças.
Estratégia 2.14.	Fortalecer a política nacional de formação inicial e continuada para a educação infantil, com ênfase nos objetivos de aprendizagem dos campos de experiência da educação infantil e desenvolvimento integral da criança e no dever do Estado em relação à qualidade da oferta.
Estratégia 2.15.	Incentivar a realização de concursos públicos periódicos para profissionais do magistério na educação infantil, assegurada sua inclusão nos planos de carreira do magistério dos Municípios.
Estratégia 2.16.	Assegurar a todos os profissionais do magistério das redes públicas que atuam na educação infantil o piso salarial profissional nacional previsto na legislação federal.
Estratégia 2.17.	Regulamentar, no prazo de três anos, exigência de formação mínima em nível médio na modalidade normal ou em nível médio com formação pedagógica específica, para os profissionais que auxiliam os professores regentes da educação infantil e, para os das redes públicas, incentivar a valorização profissional com organização das carreiras, formação continuada e piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação escolar, nos termos de lei federal.
Estratégia 2.18.	Promover, em regime de colaboração, a formação pedagógica específica dos profissionais que auxiliam os professores regentes da educação infantil nas redes públicas, de modo a universalizar a formação mínima exigida na legislação até o final da vigência do PNE.
Estratégia 2.19.	Ampliar e fortalecer as parcerias entre Municípios, instituições de ensino superior, inclusive núcleos de pesquisa, e demais esferas de Governo na oferta de formação continuada dos profissionais do magistério, de modo a incentivar que as práticas pedagógicas dos professores em sala de aula e as práticas coletivas de gestão do trabalho pedagógico incorporem os avanços





	de pesquisas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e à melhoria da qualidade da educação infantil.
Estratégia 2.20.	Ampliar o acesso a recursos pedagógicos diversificados nas creches e pré-escolas, com ênfase no acervo literário, incluindo obras de pequenas editoras para promover a diversidade de produções e o estímulo à leitura, garantida a qualidade das obras selecionadas pelo órgão público competente.
Estratégia 2.21.	Incentivar práticas diárias de leitura dialogada de obras literárias e de atividades criadoras que envolvam professores e crianças, bem como políticas orientadas para incentivar práticas de leitura dialogada em casa, com o objetivo de promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral.
Estratégia 2.22.	Incentivar o fortalecimento da relação entre escola e família, em especial a participação dos pais ou responsáveis no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral das crianças, inclusive por meio de iniciativas de apoio ao exercício da parentalidade positiva.
Estratégia 2.23.	Apoiar, em caráter complementar, programas de orientação às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade.
Estratégia 2.24.	Promover ações para a integração dos sistemas de dados oficiais, em especial relacionados aos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração intersetorial, para monitoramento do cumprimento do direito à educação da criança e articulação de políticas públicas de proteção à infância.

### 3) Alfabetização

Objetivo 3	Assegurar a alfabetização e nível adequado de aprendizagem em matemática, ao final do segundo ano do ensino fundamental, a todas as crianças, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.
Meta 3.a.	Assegurar que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental, até o quinto ano de vigência deste PNE, e que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental, até o final do decênio.
Meta 3.b.	Assegurar que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das



	crianças alcancem o nível adequado de aprendizagem em matemática ao final do segundo ano do ensino fundamental, até o quinto ano de vigência deste PNE, e que todas as crianças alcancem o nível adequado ao final do segundo ano do ensino fundamental, até o final do decênio.
Meta 3.c.	Reduzir as desigualdades nos resultados de alfabetização e de aprendizagem em matemática ao final do segundo ano do ensino fundamental entre grupos sociais definidos por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização, de modo que, até o final da vigência deste PNE, a razão dos resultados entre os grupos individualmente considerados seja igual ou superior a 90% (noventa por cento).
Estratégia 3.1.	Estabelecer, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mecanismo de governança federativa e pactuação voltado ao cumprimento das metas de alfabetização e de aprendizagem em matemática para todas as crianças, consideradas as desigualdades educacionais existentes e as especificidades das modalidades de ensino.
Estratégia 3.2.	Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização e de ensino da matemática, em articulação com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, que envolvam noções relativas a diferentes campos do conhecimento e que ofereçam apoio pedagógico específico, incluídas práticas de codocência e de mentoria, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.
Estratégia 3.3.	Apoiar a alfabetização de crianças quilombolas, indígenas, do campo, das águas e das florestas, refugiadas e público da educação especial, com a produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem as identidades e as especificidades destas populações, garantindo a recomposição das aprendizagens.
Estratégia 3.4.	Fomentar que a alfabetização das crianças indígenas seja realizada, prioritariamente, na língua indígena da comunidade, respeitando seus usos linguísticos e projetos pedagógicos próprios.
Estratégia 3.5.	Revisar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme ato expedido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com a finalidade de aperfeiçoar os currículos estaduais



	e municipais do ensino fundamental, considerados as especificidades dos estudantes e dos territórios, e os resultados de avaliação e monitoramento da implementação dos currículos.
Estratégia 3.6.	Fomentar políticas de valorização para profissionais do magistério em exercício na alfabetização, com vistas a reconhecer o trabalho do professor alfabetizador e o bom desempenho em sala de aula, assegurada condições adequadas de trabalho.
Estratégia 3.7.	Promover políticas de formação inicial, continuada e de desenvolvimento profissional dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, com vistas ao aperfeiçoamento permanente das práticas pedagógicas e com foco em experiências efetivas para atuar em turmas heterogêneas, multisseriadas, inclusivas e em contextos territoriais, sociais, socioambientais e culturais diversificados, com atenção às crianças quilombolas, indígenas, do campo, migrantes, das águas e das florestas, refugiadas e público da educação especial.
Estratégia 3.8.	Aprimorar e tornar censitários os instrumentos de avaliação da alfabetização e do nível adequado de aprendizagem em matemática, congregando esforços do sistema nacional de avaliação da educação básica e dos sistemas de avaliação desenvolvidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, inclusive para turmas multisseriadas, consideradas as especificidades da educação especial e da educação bilíngue de surdos.
Estratégia 3.9.	Divulgar, no mínimo bienalmente, os resultados de aprendizagem e os indicadores educacionais referentes ao segundo ano do ensino fundamental de escolas e redes públicas de educação básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assegurada a contextualização com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico, raça/cor, sexo, região e localização.
Estratégia 3.10.	Fomentar avaliações diagnósticas e formativas nas unidades educacionais e nos sistemas de ensino, com o objetivo de definir estratégias para o processo de alfabetização, de ensino da matemática e de recomposição das aprendizagens dos estudantes, incluídos mecanismos avaliativos contínuos, desde o 1º ano, para acompanhar o progresso de cada criança na leitura, escrita, matemática e fluência de leitura, possibilitando mediações pedagógicas mais imediatas e



	personalizadas.
Estratégia 3.11.	Aprimorar os processos de avaliação e a apropriação dos resultados educacionais pelas escolas, considerados os níveis alcançados por diferentes grupos sociais, especialmente os definidos por raça/cor, sexo e nível socioeconômico, com vistas à redução das desigualdades existentes e ao apoio ao planejamento e à gestão.
Estratégia 3.12.	Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), iniciativas escolares estruturadas de formação de leitores e de promoção da leitura e da literatura no ensino fundamental.
Estratégia 3.13.	Fortalecer a capacidade técnica e administrativa das Secretarias de Educação para promover o apoio pedagógico e de gestão às escolas, por meio da formação continuada das equipes e de outras ações que visem qualificar o acompanhamento e a implementação das ações educacionais.
Estratégia 3.14.	Promover políticas específicas para a alfabetização e de ensino da matemática voltadas às crianças pertencentes aos grupos de maior vulnerabilidade social, com vistas à superação de desigualdades.
Estratégia 3.15.	Promover ações e programas de recomposição das aprendizagens, considerando o acompanhamento contínuo e individualizado dos estudantes.
Estratégia 3.16.	Disponibilizar materiais didáticos diversificados e adequados às necessidades da alfabetização, considerados os componentes curriculares previstos na BNCC para os anos iniciais do ensino fundamental, observando os diferentes contextos e realidades escolares.

#### 4) Acesso, Trajetória e Conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Objetivo 4	Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.
Meta 4.a.	Universalizar, até o terceiro ano de vigência deste PNE, o acesso à escola para toda a população de seis a dezessete anos de idade.
Meta 4.b.	Garantir que todos os estudantes concluam o quinto ano



	do ensino fundamental na idade regular.
Meta 4.c.	Garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam o nono ano do ensino fundamental na idade regular, de modo a promover a equidade e a atenção à diversidade populacional.
Meta 4.d.	Garantir que pelo menos 90% (noventa por cento) dos estudantes concluam o ensino médio na idade regular, de modo a promover a equidade e a atenção à diversidade populacional.
Estratégia 4.1.	Assegurar padrões nacionais de qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, consonante com as evidências, com enfoque na qualidade da aprendizagem e nas condições de oferta, abrangendo, entre outros, a infraestrutura, inclusive internet de alta velocidade, adequada para uso pedagógico de estudantes e professores, com redes internas de <i>wi-fi</i> ; a alimentação; o transporte escolar; os recursos pedagógicos; e os profissionais da educação, respeitado o desenho universal de acessibilidade e consideradas as diversidades territoriais, culturais e as especificidades das modalidades de ensino.
Estratégia 4.2.	Implementar políticas de construção, reestruturação ou adequação de escolas do ensino fundamental e do ensino médio, e de aquisição de equipamentos, considerando a sustentabilidade socioambiental e com arquitetura inclusiva, especialmente em unidades que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas, das florestas, público da educação especial e em cumprimento de medida socioeducativa, de acordo com as necessidades dos estudantes e com garantia dos padrões nacionais de qualidade.
Estratégia 4.3.	Ampliar o acesso e assegurar a permanência no ensino fundamental e no ensino médio em tempo integral, garantida a qualidade do ensino, de modo a priorizar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, refugiados e público da educação especial.
Estratégia 4.4.	Assegurar a oferta obrigatória do ensino fundamental, em especial nos anos iniciais, aos estudantes indígenas, quilombolas e do campo, das águas e das florestas nas respectivas comunidades, de forma a atender suas especificidades, condicionadas as ações de nucleação



	escolar aos resultados de consulta prévia e informada ao respectivo público, assegurando a transparência e o interesse público.
Estratégia 4.5.	Construir propostas curriculares alinhadas à cidadania, às transformações da sociedade e do mundo do trabalho, e aos saberes comunitários e tradicionais, que assegurem acesso à cultura e ao conhecimento científico, inclusive por meio de programas de iniciação científica, tecnológica e artístico-cultural, com o objetivo de tornar o processo de ensino e aprendizagem contextualizado, atrativo e significativo aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.
Estratégia 4.6.	Proporcionar o acompanhamento pedagógico individualizado e o monitoramento da trajetória dos estudantes da educação básica, em especial nas transições entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, permitindo a integração de informações entre os diferentes entes federados, de modo a garantir a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade regular.
Estratégia 4.7.	Adaptar, no âmbito dos sistemas de ensino, o currículo e o calendário escolar, de acordo com a realidade, a identidade cultural, as condições climáticas da região e as necessidades dos estudantes, garantindo a participação da comunidade escolar, e considerando a valorização das culturas locais e dos saberes comunitários e tradicionais, com o objetivo de promover a trajetória regular.
Estratégia 4.8.	Fomentar políticas de apoio à permanência, incluindo incentivo financeiro-educacional aos estudantes – tal como o previsto na Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 – com o objetivo de garantir a trajetória escolar regular de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
Estratégia 4.9.	Fortalecer a articulação entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica, de modo a fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio na forma articulada à educação profissional, inclusive ampliando a oferta em período noturno, quando necessário.
Estratégia 4.10.	Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, entre outros, implementando políticas públicas intersetoriais, mediante a integração



	entre os sistemas de informação educacionais e sociais, com compartilhamento de dados entre as diferentes esferas de governo.
Estratégia 4.11.	Ampliar os espaços de participação das comunidades escolares, em especial dos estudantes, no desenvolvimento de atividades curriculares, culturais e esportivas dentro e fora dos espaços escolares.
Estratégia 4.12.	Implementar, em articulação intersetorial, políticas de prevenção à evasão e ao abandono escolar, motivados por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, dentro e fora da escola, com a criação de redes de proteção que incluam famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.
Estratégia 4.13.	Implementar, nas instituições educacionais, programas de promoção da cultura de paz, de prevenção e combate às diversas formas de violência, e a qualquer tipo de discriminação, garantindo o respeito aos direitos humanos e a proteção integral das crianças e adolescentes.
Estratégia 4.14.	Desenvolver e implementar programas e ações que fortaleçam a articulação entre escolas e famílias ao longo de toda a educação básica, e incentivem processos de integração dos pais ou responsáveis na vida escolar dos estudantes e no apoio ao seu desenvolvimento integral.
Estratégia 4.15.	Estimular e ampliar programas de iniciação científica, tecnológica e artístico-cultural nas redes públicas e privadas da educação básica, por meio de parcerias com instituições de ensino superior, centros de pesquisa e setor produtivo, visando promover a cultura da investigação, o desenvolvimento de competências científicas, tecnológicas, artísticas e a integração entre educação básica, cultura e pesquisa.
Estratégia 4.16.	Assegurar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica obrigatória para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, sem a imposição de qualquer forma de constrangimento, preconceito ou discriminação, com atenção à continuidade da trajetória escolar na escola de origem ou localizada no território, quando possível, a fim de promover a convivência comunitária.

## 5) Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Objetivo 5	Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as
------------	---



	modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.
Meta 5.a.	Assegurar que 100% (cem por cento) dos estudantes, ao término dos anos iniciais do ensino fundamental, alcancem o nível básico de aprendizagem, com pelo menos 70% (setenta por cento) deles no nível adequado de aprendizagem, até o quinto ano de vigência deste PNE, e 90% (noventa por cento) deles no nível adequado de aprendizagem, até o final do decênio.
Meta 5.b.	Assegurar que 100% (cem por cento) dos estudantes, ao término dos anos finais do ensino fundamental, alcancem o nível básico de aprendizagem, com pelo menos 60% (sessenta por cento) deles no nível adequado de aprendizagem, até o quinto ano de vigência deste PNE, e 85% (oitenta e cinco por cento) deles no nível adequado de aprendizagem, até o final do decênio.
Meta 5.c.	Reduzir as desigualdades de aprendizagem no ensino fundamental entre grupos sociais definidos por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização, de modo que, até o final da vigência deste PNE, a razão dos resultados entre os grupos individualmente considerados seja igual ou superior a 90% (noventa por cento).
Meta 5.d.	Assegurar que 100% (cem por cento) dos estudantes, ao término do ensino médio, alcancem o nível básico de aprendizagem, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) deles no nível adequado de aprendizagem, até o quinto ano de vigência deste PNE, e 80% (oitenta por cento) deles no nível adequado de aprendizagem, até o final do decênio.
Meta 5.e.	Reduzir as desigualdades de aprendizagem no ensino médio entre grupos sociais definidos por raça/cor, sexo, nível socioeconômico, região e localização, de modo que, até o fim da vigência deste PNE, a razão dos resultados entre os grupos individualmente considerados seja igual ou superior a 90% (noventa por cento).
Estratégia 5.1.	Revisar a BNCC a partir de proposta a ser elaborada pelo Ministério da Educação, em regime de colaboração, e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) após consulta pública, a fim de aperfeiçoar os currículos do ensino fundamental e do ensino médio, bem como os materiais didáticos que apoiam sua implementação, consideradas as especificidades dos





	estudantes e dos territórios, além dos resultados de avaliação e monitoramento da implementação dos currículos.
Estratégia 5.2.	Institucionalizar política nacional do ensino médio que incentive práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, em atenção aos regramentos estabelecidos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aos princípios e os direitos de aprendizagem da BNCC, às partes diversificadas instituídas no âmbito de cada sistema de ensino, às especificidades das modalidades de ensino e das identidades, culturas e saberes das diferentes comunidades e povos, e às necessidades e expectativas de desenvolvimento dos estudantes, auxiliando-os na construção de seu projeto de vida, e garantindo-lhes igualdade de condições para o acesso aos estudos na educação superior, na educação profissional e tecnológica, ou o ingresso no mundo do trabalho.
Estratégia 5.3.	Assegurar a implementação das diretrizes curriculares de Educação para as Relações Étnico-Raciais, da Educação em Direitos Humanos, e da Educação Ambiental, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, e da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, ambas do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, respectivamente, e em consonância com as abordagens dos temas transversais da BNCC.
Estratégia 5.4.	Apoiar a aprendizagem de estudantes indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, jovens e adultos, e público da educação especial e da educação bilíngue de surdos, com a produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem as identidades e especificidades destas comunidades.
Estratégia 5.5.	Aprimorar e tornar censitários os instrumentos nacionais de avaliação da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, inclusive para turmas multisseriadas, de modo a ampliar os componentes curriculares e etapas avaliados, consideradas as especificidades do público da educação especial e da educação bilíngue de surdos, e expandir a aplicação amostral de avaliações internacionalmente reconhecidas, tais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Erce), o Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS) e o Estudo Internacional de Progresso



	em Leitura (PIRLS).
Estratégia 5.6	Induzir a participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada rede de ensino por meio dos exames do sistema nacional de avaliação da educação básica.
Estratégia 5.7.	Divulgar bienalmente os resultados de aprendizagem e os indicadores educacionais do Saeb relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino, assegurada a contextualização de indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico, raça/cor, sexo, região e localização.
Estratégia 5.8.	Elaborar índice para avaliação da qualidade com equidade da educação básica que agregue indicadores como desempenho e fluxo escolar, em integração com os demais parâmetros previstos pelo sistema nacional de avaliação da educação básica.
Estratégia 5.9.	Aperfeiçoar os processos de avaliação nacionais, sua articulação com os internacionais, e a apropriação dos resultados educacionais pelas escolas, considerados os níveis alcançados por diferentes grupos sociais, para fins da redução das desigualdades existentes e do apoio ao planejamento e à gestão.
Estratégia 5.10.	Fomentar avaliações diagnósticas e formativas nas unidades educacionais e nos sistemas de ensino em todos os anos do ensino fundamental e do ensino médio, bem como processos contínuos de avaliação institucional e autoavaliação que envolvam a comunidade escolar, com o objetivo de definir estratégias para o desenvolvimento e a recomposição das aprendizagens dos estudantes, e de subsidiar políticas públicas educacionais.
Estratégia 5.11.	Acompanhar estudantes com rendimento escolar defasado, de forma a ofertar práticas pedagógicas que contribuam para a recomposição de aprendizagens.
Estratégia 5.12.	Instituir mecanismos de acompanhamento individualizado de estudantes, com especial atenção às transições entre as etapas da educação básica, utilizando-se de instrumentos diagnósticos, e políticas educacionais com vistas à redução das desigualdades de aprendizagem, em especial para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, em cumprimento de medidas socioeducativas, negros, indígenas, quilombolas, do campo, público da educação especial e que estejam passando ou tenham passado por processo de violência física ou psicológica.



Estratégia 5.13.	Promover políticas de formação inicial e continuada dos professores, com vistas ao aumento da proporção de docentes com formação adequada à área de conhecimento e modalidade que lecionam e ao aperfeiçoamento permanente das práticas pedagógicas, com foco nos desafios dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.
Estratégia 5.14.	Promover políticas de formação inicial e continuada de professores e gestores escolares com foco em experiências pedagógicas efetivas, que estimulem uma cultura escolar de melhoria contínua da aprendizagem de todos os estudantes, e que possibilitem aos docentes atuar em turmas heterogêneas, multisseriadas, inclusivas, em escolas com contextos territoriais, sociais, socioambientais e culturais diversificados.
Estratégia 5.15.	Induzir a adoção de incentivos para favorecer a alocação de profissionais do magistério experientes e qualificados em escolas localizadas em contexto de vulnerabilidade socioeconômica.
Estratégia 5.16.	Fortalecer a capacidade técnica, administrativa e de gestão financeira das Secretarias de Educação para promover o apoio pedagógico e de gestão às escolas.
Estratégia 5.17.	Disponibilizar sistema multidimensional de gestão escolar que viabilize apoio técnico e financeiro, de modo a fortalecer o processo de investigação e planejamento com foco na aprendizagem, assim como o efetivo desenvolvimento da gestão pedagógica.
Estratégia 5.18.	Estimular políticas públicas orientadas ao fortalecimento da relação escola-família, em especial à participação dos pais ou responsáveis no desenvolvimento das atividades escolares dos estudantes, com vistas à melhoria do clima, da convivência escolar e da aprendizagem, inclusive por meio de iniciativas de promoção do exercício da parentalidade positiva.
Estratégia 5.19.	Promover a articulação das políticas e dos programas de educação, de âmbito local e nacional, com saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, e demais instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), de modo a possibilitar a criação de rede de apoio integral aos estudantes e às suas famílias.
Estratégia 5.20.	Promover, em consonância com as diretrizes do PNLL, iniciativas escolares estruturadas de formação de leitores e leitoras no ensino fundamental e no ensino médio, inclusive por meio da qualificação docente para



	diagnosticar níveis de fluência em leitura e implementar ações específicas para auxiliar estudantes com dificuldades.
Estratégia 5.21.	Aprimorar os processos de elaboração e de seleção de materiais didáticos e paradidáticos disponibilizados aos estudantes da educação básica, assegurando a qualidade de seu conteúdo, referenciado cientificamente, e prevenindo a disseminação de erros factuais.
Estratégia 5.22.	Ampliar as possibilidades de participação social e o acesso a oportunidades educacionais e profissionais em um contexto de internacionalização, por meio do fortalecimento do ensino de línguas estrangeiras, principalmente a inglesa e a espanhola, com a disponibilização dos recursos necessários ao processo de ensino-aprendizagem, e com ênfase no desenvolvimento de competências comunicativas e interculturais.
Estratégia 5.23.	Desenvolver e implementar, em articulação intersetorial, programas e ações de prevenção às diversas formas de violência no ambiente escolar e de promoção da cultura de paz, com foco no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, práticas restaurativas, mediação de conflitos e criação de ambientes escolares seguros, acolhedores, inclusivos e estimulantes para a aprendizagem.
Estratégia 5.24.	Qualificar as equipes escolares para identificar, intervir e prevenir casos de intimidação sistemática ( <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> ), fortalecendo os protocolos de acolhimento e proteção às vítimas e de responsabilização dos agressores, em consonância com a legislação vigente e com foco na aprendizagem e no desenvolvimento integral.
Estratégia 5.25.	Assegurar a implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares e a presença das equipes multiprofissionais nas redes públicas de educação básica, com vistas a promover a articulação das áreas de educação, saúde e assistência social no desenvolvimento de ações voltadas à atenção psicossocial nas comunidades escolares e à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

## 6) Educação Integral em Tempo Integral



Objetivo 6	Ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública, assegurando sua qualidade e a intencionalidade pedagógica das atividades.
Meta 6.a.	Garantir a oferta de matrículas em tempo integral, na perspectiva da educação integral, com jornada mínima de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais, preferencialmente em turno único, em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 35% (trinta e cinco por cento) dos estudantes da educação básica até o quinto ano de vigência deste PNE, e em no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica até o final da vigência deste PNE.
Estratégia 6.1.	Instituir política nacional para ampliação da oferta e da qualidade da educação integral em jornada escolar em tempo integral com, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, com a garantia de condições adequadas de infraestrutura, de profissionais da educação, de alimentação, de transporte escolar e de recursos didático-pedagógicos.
Estratégia 6.2.	Instituir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes operacionais nacionais de jornada escolar em tempo integral, com mecanismos de monitoramento e avaliação de sua implementação, que garanta qualidade e intencionalidade pedagógica de todas as ações realizadas nesse âmbito, respeitadas as especificidades das etapas e das modalidades, para orientar a construção de documentos curriculares pelos entes federativos que garantam os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento pleno com base em abordagem multidisciplinar e intersetorial e promovam a formação para cidadania e a qualificação para o trabalho dos estudantes.
Estratégia 6.3.	Otimizar e promover o efetivo aproveitamento do tempo de permanência na escola durante jornada expandida, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento integral dos estudantes, por meio da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais, de maneira a unir, com intencionalidade pedagógica, atividades acadêmicas, científicas, tecnológicas, de reforço e recomposição de



	aprendizagem, recreativas, esportivas, artísticas e culturais.
Estratégia 6.4.	Promover políticas de assistência e de incentivo financeiro-educacional – tal como o previsto na Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 – aos estudantes matriculados em jornada de tempo integral, incluída a concessão de bolsas de monitoria por desempenho escolar, especialmente aos estudantes do ensino médio em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos com qualidade e equidade.
Estratégia 6.5.	Fomentar a ampliação das matrículas em jornada de tempo integral para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com defasagem idade-série, negros, indígenas, quilombolas, do campo, e público da educação especial, consideradas as necessidades e as especificidades de cada grupo.
Estratégia 6.6.	Instituir, em regime de colaboração, programas para a construção, a ampliação e a reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, preferencialmente cobertas, com equipamentos e materiais adequados para práticas esportivas, corporais, jogos e brincadeiras, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas com acervo atualizado e diversificado, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, saneamento básico, acesso à água potável e energia elétrica, mobiliários e outros equipamentos que visem garantir uma proposta pedagógica que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitado o desenho universal de acessibilidade e consideradas suas necessidades e características, prioritariamente em escolas que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, e público da educação especial.
Estratégia 6.7.	Garantir a inclusão das áreas e temas transversais de cidadania e democracia, de educação ambiental, educação digital, educação em direitos humanos, educação para relações étnico-raciais e educação anticapacitista nos currículos de educação integral em tempo integral, e fomentar sua implementação, com o objetivo de valorizar a sustentabilidade socioambiental, o exercício pleno da cidadania de todos os indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades culturais, pluralidade de cosmovisões, culturas e potencialidades, sem discriminação de qualquer natureza.
Estratégia 6.8.	Promover a participação da comunidade escolar, de



	acordo com os princípios de gestão democrática, incluindo o fortalecimento da organização estudantil nas suas variadas formas, na construção de documentos curriculares e propostas pedagógicas da educação integral em tempo integral contextualizados às suas realidades territoriais e culturais.
Estratégia 6.9.	Fortalecer a formação inicial e continuada de profissionais da educação, com base na perspectiva da educação integral, induzindo abordagens práticas e baseadas em evidências científicas, com o objetivo de assegurar os direitos de aprendizagens e o desenvolvimento pleno aos estudantes em jornada de tempo integral.
Estratégia 6.10.	Criar incentivos, inclusive nos planos de carreira, para promover a dedicação docente à jornada de tempo integral nas escolas de tempo integral, preferencialmente em uma única escola.
Estratégia 6.11.	Instituir políticas com vistas a fortalecer a capacidade de planejamento e gestão pedagógica integrados entre Secretarias de Educação e unidades educacionais para a integração e o desenvolvimento dos currículos e projetos político-pedagógicos para a educação integral.
Estratégia 6.12.	Fomentar na educação integral em tempo integral do ensino médio estratégias voltadas para a permanência escolar e o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes desta etapa, com vistas à entrada no mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões, ao acesso e continuidade dos estudos na educação superior e na educação profissional e tecnológica, à promoção do empreendedorismo e à participação em intercâmbios culturais e em olimpíadas e feiras de conhecimento e científicas.
Estratégia 6.13.	Fortalecer a prática do esporte educacional e da Educação Física, de forma integrada e articulada transversalmente às demais áreas do conhecimento e às políticas intersetoriais, contribuindo para a aprendizagem, a permanência escolar, a motivação, a redução de desigualdades e o desenvolvimento integral dos estudantes.
Estratégia 6.14.	Desenvolver, em regime de colaboração, indicadores e instrumentos de acompanhamento da qualidade da educação integral em tempo integral e instituir mecanismo nacional para sua implementação e monitoramento, com



	foco no suporte técnico, na formação e na avaliação das políticas junto aos entes federativos, considerando não apenas a ampliação da jornada, mas também a intencionalidade pedagógica, a integração curricular, o bem-estar e o engajamento dos estudantes.
Estratégia 6.15.	Estimular a expansão equilibrada das matrículas em tempo integral entre as regiões e as diferentes etapas da educação básica.

## 7) Conectividade, educação digital e integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação

Objetivo 7	Promover a educação digital com a garantia de conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos, inclusive com redes internas <i>wi-fi</i> , e dos conteúdos das três dimensões estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital —, para aprendizagem das suas competências e habilidades de forma segura, responsável, ética, crítica e criativa, e a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) à educação, para melhoria da aprendizagem, equidade e inclusão.
Meta 7.a.	Assegurar a conectividade à internet de alta velocidade adequada para uso pedagógico de estudantes e professores, inclusive com redes internas <i>wi-fi</i> , em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas da educação básica até o segundo ano de vigência deste PNE, em 75% ao final do quinto ano, e em todas as escolas públicas da educação básica até o final do decênio.
Meta 7.b.	Assegurar que todos os estudantes alcancem o nível básico de aprendizagem em cada uma das três dimensões estabelecidas na BNCC para a educação digital, com pelo menos 50% (cinquenta por cento), 45% (quarenta e cinco por cento) e 40% (quarenta por cento) dos estudantes no nível adequado de aprendizagem, respectivamente ao término dos anos iniciais do ensino fundamental, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, até o quinto ano de vigência deste PNE; e 80% dos estudantes, ao término dos três marcos referidos anteriormente nesta meta, até o final do decênio.
Estratégia 7.1.	Aprimorar a política nacional de inclusão digital, com garantia de oferta de conectividade à internet de alta velocidade, adequada para uso pedagógico de estudantes e professores, inclusive com redes internas





	<i>wi-fi</i> , com infraestrutura e equipamentos para uso adequado de TDIC e soluções digitais, para todas as escolas públicas.
Estratégia 7.2.	Selecionar, certificar, divulgar e incentivar o desenvolvimento de soluções digitais e TDICs, em especial para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e público da educação especial, preferencialmente como recursos educacionais digitais nacionais, abertos ou livres, asseguradas a diversidade e a qualidade de métodos e propostas pedagógicas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, com o propósito de garantir a aprendizagem efetiva dos estudantes.
Estratégia 7.3	Estabelecer, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, parâmetros mínimos de quantidade e qualidade dos equipamentos e dispositivos tecnológicos adequados à finalidade pedagógica da educação digital, nas três dimensões estabelecidas pela BNCC, para uso dos estudantes e professores.
Estratégia 7.4	Assegurar, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a aquisição e a disponibilização de dispositivos tecnológicos, que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas à educação digital definidas na BNCC, por parte dos professores e dos estudantes, nas escolas com velocidade de conexão à internet adequada ao uso pedagógico e com projeto de integração das TDICs.
Estratégia 7.5.	Disponibilizar TDICs e soluções digitais que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas na escola, considerados os contextos locais, as desigualdades de raça/cor, o nível socioeconômico, o sexo e a região, e as especificidades da educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, inclusive a dos estudantes do sistema socioeducativo, prisional, e estudantes internados para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, de modo a favorecer a equidade de oportunidades de uso de tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.
Estratégia 7.6.	Induzir e disseminar a adoção de currículos voltados para a educação digital, nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e



	cultura digital —, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação.
Estratégia 7.7	Atualizar a BNCC para que sejam incorporados temas relacionados à inteligência artificial, ao uso saudável das TDICs e aos impactos negativos do uso prolongado de celulares, redes sociais e jogos eletrônicos, na saúde mental e na aprendizagem.
Estratégia 7.8.	Implementar estratégias pedagógicas para o desenvolvimento da educação digital e midiática, nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital —, inclusive o uso seguro, responsável e equilibrado das TDICs.
Estratégia 7.9.	Assegurar a oferta de material didático, preferencialmente por meio do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), para o ensino e a aprendizagem das competências e habilidades relacionadas à educação digital, nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultural digital — para todas as etapas da educação básica e garantir a disponibilização de recursos educacionais digitais, preferencialmente nacionais, abertos ou livres, que favoreçam a aprendizagem dos estudantes em todas as áreas do conhecimento.
Estratégia 7.10.	Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores da educação básica para a integração, de forma segura, responsável, ética, crítica e criativa, das TDICs ao processo de ensino e aprendizagem e para a implementação da educação digital nas três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.
Estratégia 7.11.	Promover e estimular a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica para a integração das TDICs aos processos educacionais, inclusive quanto ao uso de recursos educacionais digitais abertos e à proteção de dados.
Estratégia 7.12.	Estruturar e aplicar, a cada dois anos, a avaliação das competências e habilidades relacionadas à educação digital, considerando as três dimensões previstas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital — em todas as etapas da educação básica, abrangendo tanto a implementação transversal quanto a específica do currículo de educação digital.
Estratégia 7.13.	Fomentar o desenvolvimento de soluções digitais —



	preferencialmente públicas, livres ou abertas —, com transparência e proteção de dados, para auxiliar as práticas de correção de fluxo, o acompanhamento pedagógico individualizado e a recomposição das aprendizagens.
Estratégia 7.14.	Assegurar a oferta de soluções digitais — preferencialmente públicas, livres ou abertas —, definidas a partir de diretrizes nacionais, para apoiar uma gestão mais eficiente das secretarias e escolas, de forma a integrar dados e a garantir a interoperabilidade de sistemas em regime de colaboração, inclusive para a gestão, pelas próprias escolas, dos dados sobre os resultados educacionais, com transparência pública e atenção à proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
Estratégia 7.15.	Fomentar a parceria da escola com as famílias para a promoção do uso seguro, responsável, ético, crítico, criativo e equilibrado das tecnologias digitais, a fim de prevenir os efeitos adversos do uso excessivo das TDICs e os riscos à saúde mental de crianças e adolescentes.
Estratégia 7.16	Assegurar processo de seleção e avaliação de TDICs e soluções digitais, com parâmetros de segurança e proteção de dados, que garanta aquisição de ferramentas não discriminatórias e com evidências de impacto positivo na aprendizagem da educação digital.
Estratégia 7.17	Estabelecer diretrizes para o uso sustentável de dispositivos tecnológicos no ambiente escolar, com orientações sobre a gestão responsável do ciclo de vida dos equipamentos, a adoção de práticas de logística reversa e o descarte adequado de resíduos eletrônicos.
Estratégia 7.18	Assegurar, no prazo de dois anos, contados da data de publicação desta Lei, a criação, pelo Conselho Nacional de Educação, de diretrizes nacionais para a adoção e o uso de plataformas educacionais digitais e de inteligência artificial na educação, garantindo-se fins pedagógicos e critérios de transparência e proteção de dados, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e a Lei nº 15.211 de 17 de setembro de 2025.
Estratégia 7.19	Fomentar a produção de soluções digitais, preferencialmente públicas, livres e abertas, para a educação básica, por meio de parcerias das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), previstas



	na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, com as redes públicas de ensino.
Estratégia 7.20	Assegurar, em até dois anos, a definição pelo Inep dos níveis e padrões de aprendizagem, bem como dos indicadores de desempenho escolar, para cada uma das três dimensões da educação digital estabelecidas na BNCC — pensamento computacional, mundo digital e cultura digital —, com vistas ao monitoramento da Meta 7.b e à inclusão da educação digital na avaliação nacional da educação básica.

## 8) Sustentabilidade socioambiental na Educação

Objetivo 8	Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino.
Meta 8.a.	Garantir que, até o quinto ano de vigência deste PNE, no mínimo 60% das redes de ensino e, até o final do decênio, a totalidade dessas redes desenvolvam planos para prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima e os implementem em seus estabelecimentos de ensino.
Meta 8.b.	Assegurar que todos os estabelecimentos de ensino tenham estrutura física e instalações que atendam a padrões de conforto térmico.
Meta 8.c.	Assegurar que todas as instituições de ensino promovam a educação ambiental com base na Política Nacional de Educação Ambiental e nas diretrizes curriculares nacionais do Conselho Nacional de Educação.
Estratégia 8.1.	Apoiar técnica e financeiramente, em regime de colaboração, a elaboração e implementação de planos para prevenção, mitigação e adaptação às mudanças climáticas na área educacional.
Estratégia 8.2.	Desenvolver, de forma intersetorial e ouvindo as comunidades escolares, ações de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima no ambiente escolar.
Estratégia 8.3.	Incentivar a participação da comunidade escolar na construção, apropriação e disseminação de conhecimentos científicos, transdisciplinares e de saberes comunitários sobre as implicações das mudanças do clima e as formas de prevenção, adaptação, mitigação e regeneração.



Estratégia 8.4.	Instituir programa nacional de financiamento para apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na promoção da sustentabilidade socioambiental na educação, que considere, no mínimo, as seguintes dimensões: adequação das instalações escolares públicas aos efeitos da mudança no clima, transporte, alimentação e gestão de resíduos.
Estratégia 8.5.	Estabelecer referenciais nacionais e regionais de infraestrutura física e instalações escolares que atendam a padrões de sustentabilidade socioambiental e de adaptação às mudanças do clima.
Estratégia 8.6.	Estabelecer referencial para construção, adaptação e realocação de instalações escolares que considere riscos geológicos e hidrológicos, em razão da emergência climática.
Estratégia 8.7.	Fomentar a instalação, nas escolas públicas, de sistemas para uso racional e reaproveitamento de água, bem como para captação e reuso de águas pluviais.
Estratégia 8.8.	Fomentar soluções para a racionalização e a eficiência do consumo de energia nas escolas, por meio de melhorias na infraestrutura, adoção de tecnologias eficientes e gestão otimizada dos recursos energéticos.
Estratégia 8.9.	Assegurar que todas as redes de ensino implementem a gestão adequada dos resíduos sólidos.
Estratégia 8.10.	Fomentar a instalação e a ampliação, nos estabelecimentos de ensino, de áreas verdes destinadas à promoção do bem-estar, lazer, contato com a natureza e aprendizagem, articulando-as aos projetos pedagógicos e às atividades de educação ambiental.
Estratégia 8.11.	Estimular parcerias dos sistemas de ensino com instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, com vistas ao desenvolvimento de soluções infraestruturais ambientalmente sustentáveis a serem implementadas nas escolas.
Estratégia 8.12.	Estabelecer diretrizes para o uso responsável e sustentável de materiais, dispositivos e equipamentos no ambiente escolar, com orientações sobre a gestão do ciclo de vida desses produtos, a adoção de práticas de logística reversa e o descarte adequado de resíduos.
Estratégia 8.13.	Elaborar e disseminar, em regime de colaboração e em parceria com a Defesa Civil e órgãos públicos, protocolos de segurança e planos escolares de prevenção e resposta a emergências climáticas.
Estratégia 8.14.	Promover a criação de cursos de educação profissional e tecnológica de nível médio e superior com desenhos curriculares interdisciplinares e com abordagens transdisciplinares de questões relativas à



	responsabilidade socioambiental, formas de mitigação, adaptação e regeneração do ambiente em razão dos efeitos das mudanças do clima, além de temas ligados à economia verde, bioeconomia e conhecimento tradicional associado à biodiversidade.
Estratégia 8.15.	Implementar estratégias pedagógicas em educação ambiental que promovam a integração entre saberes e a transversalidade entre as áreas de conhecimento.
Estratégia 8.16.	Incentivar o desenvolvimento de metodologias inovadoras que potencializem o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores atinentes à consciência socioambiental no ambiente escolar.
Estratégia 8.17.	Estimular vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com todos os seres vivos, inclusive como forma de evitar que os animais sejam submetidos a qualquer tipo de crueldade, em consonância com o disposto no inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal.
Estratégia 8.18.	Apoiar projetos de pesquisa e extensão voltados à construção de instrumentos e metodologias para a abordagem educacional da dimensão socioambiental.
Estratégia 8.19.	Fomentar a produção e assegurar a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos de educação ambiental alinhados com a Política Nacional de Educação Ambiental e as diretrizes curriculares do CNE em todos os níveis e modalidades de ensino.
Estratégia 8.20.	Garantir, em articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino e as instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, que os cursos de formação inicial e continuada de professores qualifiquem os futuros docentes para o desenvolvimento didático-pedagógico da educação ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.
Estratégia 8.21.	Promover programas de formação continuada em educação ambiental para o corpo docente e demais profissionais da educação, com ênfase em sustentabilidade, biodiversidade e prevenção, mitigação e adaptação a desastres socioambientais e emergências climáticas.
Estratégia 8.22.	Induzir a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação em educação ambiental e incentivar a participação de profissionais da educação básica nesses cursos.
Estratégia 8.23.	Aprimorar os levantamentos estatísticos dos órgãos



	oficiais de estatística, de modo que sejam disponibilizadas informações confiáveis periódicas sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino.
Estratégia 8.24.	Incentivar a criação de comissões de meio ambiente e qualidade de vida nas instituições de ensino e assegurar seu funcionamento.
Estratégia 8.25.	Assegurar a aplicação de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, instituído pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, no desenvolvimento de ações de educação ambiental e de enfrentamento às mudanças do clima nas instituições públicas de ensino.

## 9) Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

Objetivo 9	Garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola, observados os padrões nacionais de qualidade, com redução das desigualdades regionais.
Meta 9.a.	Ampliar a oferta de vagas em creches na modalidade de educação escolar indígena, de modo a atender 100% (cem por cento) da demanda manifesta e, em nível nacional, atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de zero a até três anos desta modalidade até o final da vigência deste PNE.
Meta 9.b.	Ampliar a oferta de vagas em creches na modalidade de educação do campo, de modo a atender 100% (cem por cento) da demanda manifesta e, em nível nacional, atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de zero a até três anos desta modalidade até o final da vigência deste PNE.
Meta 9.c.	Ampliar a oferta de vagas em creches na modalidade de educação escolar quilombola, de modo a atender 100% (cem por cento) da demanda manifesta e, em nível nacional, atingir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de zero a até três anos desta modalidade até o final da vigência deste PNE.
Meta 9.d.	Universalizar o atendimento das crianças e estudantes na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio, na modalidade de educação escolar indígena, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, o direito ao multilinguismo e



	a interculturalidade.
Meta 9.e.	Universalizar o atendimento das crianças e dos estudantes na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais da modalidade educação do campo.
Meta 9.f.	Universalizar o atendimento das crianças e dos estudantes na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais da modalidade educação escolar quilombola.
Meta 9.g.	Assegurar que toda a oferta de creche, de pré-escola, de ensino fundamental e de ensino médio nas modalidades da educação escolar indígena, da educação do campo e da educação escolar quilombola alcance padrões nacionais de qualidade, considerados, no mínimo, as dimensões de infraestrutura física, os profissionais de educação, os recursos pedagógicos e acessibilidade.
Estratégia 9.1.	Assegurar a formação básica comum, a definição de matrizes curriculares das redes de ensino e projetos pedagógicos das escolas que respeitem as culturas das comunidades, por meio da observância e do aperfeiçoamento das diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, da educação do campo e da educação escolar quilombola, considerada a autonomia pedagógica e administrativa dessas escolas.
Estratégia 9.2.	Garantir o cumprimento das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tratam da obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com o objetivo de considerar a riqueza e a contribuição da diversidade negra, quilombola e indígena para a compreensão da cultura e da história nacional, promovendo a articulação e cooperação entre os entes federados para apoiar a implementação e o monitoramento dessa política educacional.
Estratégia 9.3.	Ampliar a produção de materiais didáticos específicos e a elaboração de instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades do campo, das águas e das florestas, indígenas e quilombolas.
Estratégia 9.4.	Implementar, em todas as escolas quilombolas,





	currículos alinhados às diretrizes curriculares nacionais da educação escolar quilombola e da educação do campo, pautados na pedagogia da alternância, com a finalidade de ampliar o acesso, a permanência, a qualidade e a conclusão na educação básica, e fortalecer a identidade cultural e o bem-viver destas populações.
Estratégia 9.5.	Crear e implementar as categorias escola e professor indígena no âmbito das diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, respeitados os projetos pedagógicos diferenciados, com o objetivo de promover a equidade de acesso e os direitos de aprendizagem dos estudantes indígenas.
Estratégia 9.6.	Crear e institucionalizar políticas de assistência, permanência e conclusão dos estudos para estudantes do campo, das águas e das florestas, indígenas e quilombolas, em todas as etapas e as modalidades da educação básica, inclusive por meio de fomento financeiro.
Estratégia 9.7.	Fomentar a oferta de ensino médio e de educação de jovens e adultos para estudantes indígenas, quilombolas e do campo, das águas e das florestas, preferencialmente na forma articulada à educação profissional e tecnológica e alinhados aos arranjos produtivos locais e às demandas de suas comunidades, com o objetivo de preservar as especificidades linguísticas, identitárias e culturais, reduzir o abandono e a evasão escolar com vistas à sua superação e promover a inserção desses estudantes no mundo do trabalho, seu pleno desenvolvimento e seu preparo para o exercício da cidadania.
Estratégia 9.8.	Implementar padrões nacionais de qualidade, que considerem a infraestrutura baseada no conceito de escolas inclusivas, sustentáveis e adaptadas aos efeitos das mudanças climáticas, aplicado na construção, ampliação, reestruturação e manutenção desses espaços, a alimentação, o transporte escolar, os profissionais da educação, os recursos pedagógicos e tecnológicos e o acesso à internet banda larga, respeitado o desenho universal de acessibilidade e consideradas as diversidades territoriais, culturais e ambientais e as especificidades das etapas e das modalidades de ensino, com destaque, na educação



	escolar indígena, para a elaboração de modelos arquitetônicos próprios, baseados nos modos de habitar e nas referências culturais de cada povo, com vistas a atender o direito à educação intercultural, específica, diferenciada, bilíngue ou multilíngue e comunitária.
Estratégia 9.9.	Ampliar a política de oferta da alimentação escolar adquirida da agricultura familiar, respeitadas as características culturais de alimentação e as especificidades dos territórios indígenas e quilombolas, de forma a aprimorar os processos de aquisição e a apoiar os produtores locais.
Estratégia 9.10.	Instituir política nacional de produção e distribuição de materiais didáticos, pedagógicos e literários para estudantes e profissionais do magistério, com garantia de qualidade, preferencialmente de autoria e com a participação das comunidades indígenas, quilombolas e do campo, das águas, das florestas e das instituições voltadas a essas comunidades, e que considere os saberes tradicionais e evidências científicas, articulando essa política às ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por instituições de ensino superior.
Estratégia 9.11.	Implementar política de avaliação específica da qualidade da educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola, considerados os aspectos culturais, linguísticos e educacionais dessas comunidades, com o objetivo de gerar subsídios para a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas para estas modalidades.
Estratégia 9.12.	Fomentar a implementação de Territórios Etnoeducacionais (TEEs), conforme o disposto no Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que funcionem como mecanismos de pactuação da educação escolar indígena, e que reúnam Governos subnacionais, sociedade civil, instituições de ensino superior e povos indígenas, de modo a garantir a existência de espaço de gestão compartilhada e fortalecer o processo de coordenação, monitoramento, fiscalização e avaliação da política escolar indígena nesses territórios.
Estratégia 9.13.	Promover articulações intersetoriais com direitos humanos, saúde, meio ambiente e educação ambiental, cultura, juventude, desenvolvimento social e agrário, comunicações e energia, para promover o desenvolvimento da educação nos TEEs e nas comunidades quilombolas e do campo.
Estratégia 9.14.	Ampliar progressivamente a oferta de cursos de



	<p>formação inicial, inclusive segunda licenciatura, e de formação continuada, em especial cursos de especialização e mestrado, para estudantes e profissionais da educação indígena, da educação do campo e da educação escolar quilombola, preferencialmente alinhados à respectiva áreas de atuação, estabelecendo cronograma para essa ampliação ao longo da vigência deste PNE, com o objetivo de garantir a adequação da formação docente na educação básica e fortalecer a identidade cultural e o bem-viver dessas populações em seus respectivos territórios.</p>
Estratégia 9.15.	<p>Ofertar formação para Secretários de Educação, equipes técnicas e gestores escolares, com o objetivo de apoiar a implementação de políticas e programas da educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola.</p>
Estratégia 9.16.	<p>Incentivar a criação de planos de carreira, a valorização e a realização de concursos públicos específicos para profissionais do magistério indígenas, do campo e quilombolas, e incentivar a seleção de profissionais provenientes das comunidades, com objetivo de garantir o efetivo exercício da docência e a formação adequada ao componente curricular lecionado nessas modalidades, além do fortalecimento do modo de vida dessas populações nos seus respectivos territórios.</p>
Estratégia 9.17.	<p>Garantir a escuta de representantes das comunidades indígenas, do campo e quilombola nos processos seletivos de profissionais para a carreira do magistério, conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).</p>
Estratégia 9.18.	<p>Estimular a criação e o fortalecimento de coordenações específicas para a educação do campo, indígena e quilombola nas secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, com vistas à gestão das respectivas políticas educacionais e à implementação das diretrizes nacionais, assegurando a participação efetiva das organizações sociais representativas das populações atendidas em cada modalidade de ensino ofertada.</p>
Estratégia 9.19.	<p>Promover o reconhecimento e a valorização, nas matrizes curriculares e propostas pedagógicas das escolas indígenas, das técnicas e saberes ancestrais pedagógicos e educacionais, com destaque para seu papel na preservação do meio ambiente e no enfrentamento às mudanças climáticas, observadas as</p>



	diretrizes curriculares nacionais.
Estratégia 9.20.	Promover, em regime de colaboração com os entes federados e com articulações intersetoriais, a identificação de povos e comunidades tradicionais cujas características socioculturais e territoriais justifiquem a aplicação das medidas previstas neste objetivo, com vistas à implementação de políticas educacionais contextualizadas que assegurem o pleno direito à educação.
Estratégia 9.21.	Desenvolver e implementar políticas educacionais específicas para povos indígenas residentes em áreas urbanas e em contextos migratórios, garantindo o respeito à identidade cultural, o ensino da língua indígena e a oferta de educação diferenciada.
Estratégia 9.22.	Implementar diretrizes pedagógicas e administrativas que incorporem a cultura do cuidado nas escolas indígenas, incluindo a formação continuada de professores e gestores sobre práticas educativas interculturais de acolhimento, atenção psicossocial e promoção da equidade, em diálogo com os saberes e práticas de cuidado de cada povo indígena.
Estratégia 9.23	Apoiar técnica e financeiramente, em regime de colaboração, a instituição e a adoção de instrumento nacional para levantamento da demanda por vagas em creche nas modalidades de educação escolar indígena, quilombola e do campo, nos termos da Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024, bem como a implementação de política de busca ativa voltada ao acesso à creche, com caráter informativo e que considere as especificidades dessas populações.
Estratégia 9.24	Prestar apoio técnico para fortalecer a autonomia financeira e de gestão das escolas indígenas, respeitando suas especificidades culturais e organizacionais, inclusive por meio da possibilidade de constituírem Unidades Executoras ou outros arranjos que assegurem participação e autogestão.

## 10) Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos

Objetivo 10	Garantir, ao longo da vida, o acesso e a permanência na Educação Especial, assegurando a oferta de Atendimento Educacional Especializado de qualidade e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, as etapas e as modalidades.
-------------	--



Meta 10.a.	Universalizar, para o público da educação especial, na faixa etária de quatro a dezessete anos, o acesso e a permanência na educação básica, e promover a qualidade da aprendizagem, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.
Meta 10.b.	Ampliar a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a disponibilização de salas de recursos multifuncionais, para, no mínimo, 80% do público do AEE, até o quinto ano de vigência deste PNE, e universalizar a oferta até o final do decênio.
Meta 10.c.	Universalizar, para o público da educação bilíngue de surdos, na faixa etária de quatro a dezessete anos, o acesso, a permanência e a conclusão, e promover a qualidade da aprendizagem na educação básica.
Meta 10.d.	Alfabetizar todo o público da educação bilíngue de surdos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, desde a educação infantil até o primeiro ano do ensino fundamental, e em português escrito, como segunda língua, até o final do segundo ano do ensino fundamental.
Estratégia 10.1.	Fomentar, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o segundo ano do período de vigência deste PNE, a criação de indicadores nacionais de avaliação institucional com base no perfil do público da educação especial e do público da educação bilíngue de surdos e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, a fim de garantir os direitos educacionais e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.
Estratégia 10.2.	Garantir e monitorar a acessibilidade, na forma definida pelo art. 3º, I, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em todas as escolas, em conformidade com as normas brasileiras, com o objetivo de eliminar barreiras e garantir o acesso e a participação de todas as pessoas no espaço escolar.
Estratégia 10.3.	Garantir a oferta de vagas da educação básica para o público da educação especial e para o público da educação bilíngue de surdos nas redes de ensino, com redução de desigualdades regionais e territoriais de oferta e priorização de escolas que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros,



	indígenas, quilombolas, das águas e das florestas e do campo.
Estratégia 10.4.	Instituir redes de serviço de suporte ao público da educação especial e ao público da educação bilíngue de surdos, com profissionais de apoio escolar, intérpretes de Libras, educadores com conhecimento do sistema Braille, especialistas em tecnologias assistivas, revisores de Braille, psicólogos escolares, assistentes sociais, entre outros.
Estratégia 10.5.	Garantir a disponibilização de recurso de uso pessoal de tecnologia assistiva para o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos para apoiar o acesso pleno ao currículo, a permanência e o desenvolvimento desses estudantes.
Estratégia 10.6.	Ampliar a oferta e fomentar pesquisas sobre materiais pedagógicos, livros acessíveis e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover os direitos de participação e aprendizagem do público da educação especial e do público da educação bilíngue de surdos.
Estratégia 10.7.	Assegurar e monitorar a participação do público da educação especial e do público da educação bilíngue de surdos nas avaliações nacionais e em outras avaliações em cada sistema de ensino, consideradas as especificidades desse público e garantidas as medidas de acessibilidade.
Estratégia 10.8.	Fomentar políticas de educação profissional e tecnológica ao público da educação especial e ao público da educação bilíngue de surdos, inclusive por meio de cursos planejados e adaptados, com vistas à redução das desigualdades linguísticas, étnico-raciais e regionais no acesso e na permanência, de forma a estimular a conclusão da educação básica.
Estratégia 10.9.	Fortalecer e garantir recursos para os núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica para apoiar os professores no atendimento ao público da educação especial e ao público da educação bilíngue de surdos.
Estratégia 10.10.	Garantir transporte municipal e intermunicipal gratuito e acessível para o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos matriculado em todas as etapas e modalidades da educação básica, com vistas a reduzir a evasão e a exclusão escolar e o tempo médio de deslocamento entre a escola e a residência.
Estratégia 10.11.	Fortalecer a formação inicial e continuada com ênfase na educação especial no âmbito de sistema educacional



	inclusivo e na educação bilíngue de surdos, para professores, gestores escolares e demais profissionais da educação, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas pedagógicas, fortalecer a identificação do público da educação especial e promover a qualidade da educação para o público da educação especial e o público da educação bilíngue de surdos.
Estratégia 10.12.	Estimular a criação de núcleos de gestão para as modalidades da educação especial e da educação bilíngue de surdos nas Secretarias de Educação dos entes federativos para garantir apoio, formação, pesquisa e assessoria na área, de forma transversal, e articulá-los com instituições de ensino e entidades representativas das comunidades.
Estratégia 10.13.	Aprimorar os levantamentos estatísticos dos órgãos oficiais de estatística, inclusive aqueles realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas dimensões de educação, saúde e assistência social, de forma a identificar a especificidade e as demandas do público da educação especial e do público da educação bilíngue de surdos e a orientar o planejamento, a construção, o monitoramento e a avaliação das políticas pelos entes federativos, garantindo o levantamento e a divulgação de dados desagregados e microdados, respeitada a anonimização estabelecida na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2019.
Estratégia 10.14.	Induzir a adoção de mecanismos para atrair profissionais do magistério experientes e com formação inicial ou continuada adequada com ênfase na educação especial no âmbito de sistema educacional inclusivo e na educação bilíngue de surdos para atuarem no atendimento ao público da educação especial e ao público da educação bilíngue de surdos.
Estratégia 10.15.	Instituir diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada de professores com ênfase na educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
Estratégia 10.16.	Promover, em regime de colaboração, a formação profissional específica dos profissionais de apoio escolar e dos demais profissionais que atuam no atendimento ao público da educação especial e ao público da educação bilíngue de surdos de modo a universalizar a formação mínima exigida, e incentivar a valorização profissional com organização das carreiras e promoção de condições



	adequadas de trabalho.
Estratégia 10.17	Criar mecanismos para a identificação e o cadastramento dos estudantes com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica, na educação profissional e tecnológica e no ensino superior, a fim de promover a diferenciação curricular, o atendimento suplementar e a aceleração de estudos, garantindo o apoio e a permanência na escola.
Educação Especial com a garantia de sistema educacional inclusivo	
Estratégia 10.18.	Assegurar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a atualização e implementação das diretrizes nacionais da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado, de maneira a abranger a jornada, a alimentação, o transporte escolar, o financiamento, os recursos pedagógicos, os profissionais da educação, respeitadas as medidas de acessibilidade, e consideradas as diversidades territoriais, as especificidades das etapas e as modalidades da educação, com vistas a atender aos direitos de participação e de aprendizagem, inclusive em instituições privadas, sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, conveniadas com o poder público.
Estratégia 10.19.	Fomentar a implementação da avaliação biopsicossocial por equipe multidisciplinar para identificação dos estudantes que são o público da educação especial, prevista na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
Estratégia 10.20.	Implantar e melhorar a infraestrutura de salas de recursos multifuncionais e diversificar as formas do AEE, para além do contraturno, de modo a também atender estudantes no turno da escolarização, possibilitada a forma remota nas situações de regime escolar especial previstas no art. 81-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com visita domiciliar ou hospitalar, entre outros, com vistas a garantir o direito a educação, a permanência e a aprendizagem do público da educação especial.
Estratégia 10.21.	Fomentar serviços públicos de suporte, presenciais e remotos, com padrão nacional de qualidade, em centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com a rede de formação continuada de profissionais da educação, com a finalidade de apoiar e formar os profissionais para a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado no âmbito de





	sistema educacional inclusivo.
Estratégia 10.22.	Incentivar a ampliação de cursos de formação continuada em Educação Especial e em Libras, no âmbito de sistema educacional inclusivo, de modo a assegurar a formação adequada a todos os profissionais que atuam ou venham a atuar no atendimento educacional especializado, em instituições de educação básica, profissional e tecnológica e superior.
Estratégia 10.23	Incentivar a universalização do Plano de Atendimento Educacional Especializado e a elaboração de instrumentos pedagógicos individualizados de acessibilização curricular, garantindo sua fundamentação em estudo de caso realizado com participação do estudante e da família e, quando necessário, de equipe multidisciplinar.
Educação Bilíngue de Surdos	
Estratégia 10.24.	Instituir diretrizes nacionais para a educação bilíngue de surdos, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com vistas a orientar a construção de documentos curriculares que considerem: a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino; o português escrito como segunda língua; e as especificidades linguísticas, identitárias e culturais do público da educação bilíngue de surdos, respeitada a diversidade regional, estadual e local.
Estratégia 10.25.	Incentivar a construção de atos normativos pelos entes federativos, em consonância com as políticas públicas de alfabetização em Libras e em português escrito para a educação bilíngue de surdos, que promovam a participação de pessoas surdas em todas as instâncias e as etapas de discussão do processo de formulação de programas e de instrumentos avaliativos voltados ao público da educação bilíngue de surdos.
Estratégia 10.26.	Realizar consulta à comunidade surda para a construção da política linguística da educação bilíngue de surdos nos planos municipais e distrital dedicados à primeira infância.
Estratégia 10.27.	Definir, no planejamento educacional dos entes, mediante pactuação federativa, o encaminhamento do público da educação bilíngue de surdos de todas as faixas etárias, em especial na primeira infância, à modalidade da educação bilíngue de surdos, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da alfabetização em Libras.



Estratégia 10.28.	Fomentar o acompanhamento e o monitoramento, em processo contínuo, do acesso linguístico e da permanência de bebês e crianças surdas na educação infantil em escolas bilíngues de surdos, escolas-polos bilíngues de surdos, escolas comuns e classes bilíngues de surdos, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social e proteção à infância.
Estratégia 10.29.	Instituir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a política nacional de formação dos profissionais da educação bilíngue de surdos de que trata o art. 60-B da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a assegurar que todos os professores da educação básica que atuam ou que venham a atuar em educação bilíngue de surdos possuam formação e especialização adequadas, em nível superior, com processos seletivos adequados, com bancas de avaliação prática da Libras compostas por avaliadores fluentes em Libras, com ao menos uma pessoa surda.
Estratégia 10.30.	Incentivar cursos de formação em Pedagogia Bilíngue em Libras, como primeira língua, e português, como segunda língua, de Licenciatura de Letras Libras-Português, como segunda língua, e de Licenciatura de Letras Libras, com o objetivo de atender a demanda de formação inicial e continuada de profissionais da educação para escolas de educação básica da modalidade de educação bilíngue de surdos.
Estratégia 10.31.	Incentivar a oferta de cursos de extensão em Libras para ouvintes, com prioridade para os pais ou responsáveis por bebês e crianças matriculados na educação bilíngue de surdos.

## 11) Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Objetivo 11	Assegurar a alfabetização e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica de todos os jovens, adultos e idosos.
Meta 11.a.	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97% (noventa e sete por cento) até o quinto ano de vigência deste PNE e superar o analfabetismo até o final do decênio.
Meta 11.b.	Elevar para 85% (oitenta e cinco por cento) o percentual da população com 15 (quinze) anos ou mais que concluiu o ensino fundamental e universalizar essa etapa



	para a população de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos.
Meta 11.c.	Elevar para 75% (setenta e cinco por cento) o percentual da população com 18 (dezoito) anos ou mais que concluiu o ensino médio e universalizar essa etapa para a população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos.
Meta 11.d.	Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a atender, no mínimo, 10% (dez por cento) da população com 18 (dezoito) anos ou mais que não concluiu a educação básica até o quinto ano de vigência deste PNE e 20% (vinte por cento) até o final do decênio.
Meta 11.e.	Garantir, em cada ente federado, a oferta da educação de jovens e adultos, para atender, até o quinto de vigência deste PNE, 100% (cem por cento) da demanda por vagas, asseguradas a chamada pública e a busca ativa de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica.
Estratégia 11.1.	Instituir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, política nacional de educação de jovens, adultos e idosos, de forma a promover a continuidade e a conclusão dos estudos na educação básica, na modalidade da educação de jovens e adultos (EJA).
Estratégia 11.2.	Garantir a oferta gratuita da EJA a todos os que não tenham acessado ou concluído a educação básica na idade recomendada, em todos os turnos, observadas as diretrizes do Conselho Nacional de Educação.
Estratégia 11.3.	Realizar de forma regular e intersetorial o levantamento e o mapeamento de demanda por vagas na EJA, observadas as especificidades e as necessidades educativas do estudante e considerado o perfil da comunidade local, com o objetivo de orientar a formulação e a implementação da política educacional no território.
Estratégia 11.4.	Fomentar políticas de apoio à permanência na EJA, incluindo incentivo financeiro-educacional – tal como o previsto na Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 – aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições públicas.
Estratégia 11.5.	Instituir mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização



	da jornada de trabalho dos estudantes trabalhadores com a oferta da EJA.
Estratégia 11.6.	Fomentar a oferta de EJA articulada à educação profissional e tecnológica, com os objetivos de garantir a qualidade da educação e de ampliar o acesso dos estudantes ao mundo do trabalho, além de promover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.
Estratégia 11.7.	Implementar ações de atendimento ao estudante por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive o atendimento oftalmológico e o fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde, com o objetivo de garantir a permanência na modalidade da educação de jovens e adultos.
Estratégia 11.8.	Promover, nos casos em que as necessidades e as especificidades dos estudantes assim o exigirem, a oferta gratuita de turmas da modalidade da EJA em espaços não escolares, asseguradas as condições pedagógicas e estruturais adequadas.
Estratégia 11.9.	Realizar de forma contínua a chamada pública por meio de diferentes estratégias e canais de comunicação, com registro de demanda.
Estratégia 11.10.	Realizar de forma regular e intersetorial a busca ativa de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica, com o objetivo de fazer o levantamento da demanda por vagas na EJA e de garantir o acesso à modalidade em todos os Estados e Municípios e no Distrito Federal.
Estratégia 11.11.	Realizar, em regime de colaboração, campanhas anuais de comunicação para estimular e convencer jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica a exercerem seu direito ao acesso e conclusão desse nível de ensino por meio da EJA.
Estratégia 11.12.	Instituir instâncias de articulação entre os Estados e os Municípios de seus territórios, com o objetivo de garantir a oferta de todas as etapas da educação de jovens e adultos, considerada a diversidade de público: pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, residentes em áreas de assentamento, do sistema socioeducativo e prisional, refugiados e público da educação especial.
Estratégia 11.13.	Estruturar, com a participação da comunidade escolar, currículos, projetos pedagógicos e práticas pedagógicas



	condizentes às especificidades dos estudantes da modalidade da educação de jovens e adultos, observadas as singularidades das populações atendidas, com o objetivo de garantir a qualidade da educação e a permanência na escola.
Estratégia 11.14.	Promover, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, avaliação nacional de todas as etapas da educação de jovens e adultos, de modo a subsidiar a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento das políticas públicas voltadas à modalidade.
Estratégia 11.15.	Implementar políticas de formação continuada de profissionais da educação que atuem na modalidade da educação de jovens e adultos, em especial por meio de parcerias com instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica públicas, com o objetivo de garantir a qualidade da educação.
Estratégia 11.16.	Revisar as diretrizes das licenciaturas de maneira a induzir que os cursos de formação de professores contemplem a atuação na modalidade da EJA, e garantam o atendimento de suas especificidades e a qualidade do processo educativo.
Estratégia 11.17.	Assegurar que as necessidades, os interesses e os saberes das pessoas idosas sejam reconhecidos nos currículos e nos materiais pedagógicos da EJA.
Estratégia 11.18.	Assegurar a oferta de atendimento educacional especializado aos estudantes da EJA que integram o público da educação especial.
Estratégia 11.19.	Assegurar às pessoas em privação de liberdade condições de acesso, permanência e qualidade na oferta da EJA, de modo a promover sua formação para a autonomia, o exercício da cidadania e a reintegração.
Estratégia 11.20.	Fomentar avaliações diagnósticas e formativas nas unidades educacionais e nos sistemas de ensino.
Estratégia 11.21.	Induzir processos de autoavaliação participativa das escolas, com foco na melhoria contínua de sua qualidade.
Estratégia 11.22.	Assegurar, no prazo de dois anos, a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.
Estratégia 11.23.	Assegurar que as redes públicas que ofertam a EJA tenham aprovados nos conselhos de educação competentes currículos específicos para a modalidade.
Estratégia 11.24.	Induzir a ampliação da oferta de cursos de pós-



	graduação voltados para a atuação docente na EJA.
Estratégia 11.25.	Disponibilizar, de forma sistemática, regular e gratuita, obras didáticas e literárias a todos os estudantes da EJA matriculados em instituições públicas ou conveniadas com o poder público.

## 12) Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo 12	Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na educação profissional e tecnológica, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.
Meta 12.a.	Expandir as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante, de modo a atingir 50% (cinquenta por cento) dos estudantes matriculados no ensino médio, assegurando a qualidade da oferta e a permanência do estudante, observados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, até o final da vigência deste PNE.
Meta 12.b.	Expandir em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) as matrículas nos cursos subsequentes, de forma a assegurar a qualidade da oferta e a permanência dos estudantes.
Meta 12.c.	Expandir para, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) as matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional até o quinto ano de vigência do PNE, alcançando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) até o final de sua vigência.
Meta 12.d.	Expandir progressivamente para alcançar o número de três milhões de matrículas anuais ao final do decênio em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de cento e sessenta horas, em instituições credenciadas pelos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais de ensino.
Meta 12.e.	Garantir que pelo menos 90% (noventa por cento) dos estudantes matriculados na educação profissional técnica de nível médio, na forma integrada ou concomitante, concluam seus cursos na idade regular, de modo a promover a equidade e a atenção à diversidade populacional.



Meta 12.f.	Elevar para 10% (dez por cento) o percentual da população de dezoito a vinte e quatro anos com formação em educação técnica de nível médio, com vistas a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos sociais.
Estratégia 12.1.	Garantir oportunidades de formação profissional por meio da diversificação da oferta de educação profissional e tecnológica, em consonância com as demandas e as especificidades do mundo do trabalho, da sociedade, dos territórios, das populações, das juventudes, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade.
Estratégia 12.2.	Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerada a sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais e a interiorização da educação profissional.
Estratégia 12.3.	Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais e distrital de ensino.
Estratégia 12.4.	Estimular a articulação entre as redes de educação profissional e tecnológica, com o objetivo de diversificar a oferta nos diferentes territórios.
Estratégia 12.5.	Ampliar iniciativas de verticalização da educação profissional e tecnológica, por meio da integração curricular entre os diferentes níveis e etapas de ensino e iniciativas de aproveitamento de estudos e de reconhecimento de saberes, observado o disposto na Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais sobre a modalidade, com vistas a promover oportunidades de continuidade dos estudos dos egressos.
Estratégia 12.6.	Estabelecer incentivos governamentais e fomentar parcerias de instituições de educação profissional, preferencialmente públicas, com órgãos estaduais, distrital e municipais responsáveis pela modalidade para ampliar a oferta em áreas subatendidas, considerando as particularidades culturais e os contextos de vulnerabilidade socioeconômica, com a



	finalidade de ampliar as oportunidades de acesso a essa modalidade, inclusive no período noturno, em especial para as populações negra, indígena, quilombola, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e público da educação especial.
Estratégia 12.7.	Ampliar políticas de assistência estudantil para todos aqueles que delas necessitem, em especial para as populações negra, indígena, quilombola, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, refugiadas e público da educação especial, considerando as particularidades culturais e os contextos de vulnerabilidade socioeconômica, com objetivo de garantir o acesso e a permanência nesta modalidade.
Estratégia 12.8.	Estimular ações de busca ativa do público da educação profissional e tecnológica, com base em levantamento e mapeamento prévios, considerando as particularidades culturais e os contextos de vulnerabilidade socioeconômica, que garantam oportunidades de acesso e a permanência nessa modalidade a todos, em especial às populações negra, indígena, quilombola, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e ao público da educação especial.
Estratégia 12.9.	Instituir política de combate à discriminação e aos estereótipos, com o objetivo de promover a inclusão e a permanência de mulheres na educação profissional e tecnológica em áreas com menor presença de mulheres.
Estratégia 12.10.	Instituir política de auxílio aos estudantes com filhos, com o objetivo de propiciar a inclusão e a permanência na educação profissional e tecnológica, em especial a estudantes da educação profissional e tecnológica articulada à educação de jovens e adultos.
Estratégia 12.11.	Promover campanhas permanentes de comunicação para informar e orientar a sociedade, em especial os estudantes da educação básica, sobre as áreas de atuação profissional, as ofertas disponíveis e as perspectivas sociais, econômicas e culturais da educação profissional e tecnológica, consideradas as





	especificidades dos públicos.
Estratégia 12.12.	Fomentar a adoção de estratégias que ampliem o acesso à Educação Profissional e Tecnológica por estudantes cujo perfil demográfico — em termos de raça/cor, sexo e nível socioeconômico — reflita o do restante do ensino médio da rede pública ou, alternativamente, da população vulnerável do território.
Estratégia 12.13.	Estabelecer, com base em referenciais nacionais de qualidade, mecanismos que orientem a expansão da oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, considerando a sua relação com o setor produtivo.
Estratégia 12.14.	Promover o financiamento estudantil em cursos da educação profissional, técnica e tecnológica, nas redes privadas ofertantes de educação profissional e tecnológica, inclusive nos termos da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.
Estratégia 12.15.	Promover o registro, em bases de dados oficiais, das ofertas de qualificação profissional e de formação inicial e continuada existentes no país, assegurada sua integração aos demais dados da educação profissional e tecnológica.

### 13) Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica

Objetivo 13	Garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e de seus territórios na educação profissional e tecnológica.
Meta 13.a.	Garantir que toda a oferta da educação profissional e tecnológica atenda a referenciais nacionais de qualidade, estabelecidos em regime de colaboração, e seja avaliada pelo sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica.
Meta 13.b.	Garantir que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos concluintes da educação profissional e tecnológica alcancem padrões adequados de aprendizagem até o quinto ano de vigência deste PNE, ampliando progressivamente esse percentual até atingir a totalidade ao final do decênio, com a aferição realizada pelo sistema nacional de avaliação da educação



	profissional e tecnológica.
Meta 13. c.	Ampliar progressivamente a inserção dos egressos no mundo do trabalho, considerados, no mínimo, empregabilidade, empreendedorismo e renda.
Estratégia 13.1.	Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, referenciais nacionais de qualidade para a oferta e de competências esperadas dos egressos de educação profissional e tecnológica nas redes públicas e privadas, considerados os princípios da equidade, diversidade e inclusão.
Estratégia 13.2.	Implementar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, censo nacional da educação profissional e tecnológica, com o objetivo de integrar as informações estatísticas registradas pelas instituições ofertantes, garantida a coleta e a publicidade de dados desagregados por diferentes grupos sociais.
Estratégia 13.3.	Implementar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de até 2 (dois) anos, o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica, com caráter contínuo, com base nos referenciais nacionais de qualidade, de modo a orientar a formulação, o monitoramento e o aperfeiçoamento das políticas públicas para a modalidade.
Estratégia 13.4.	Ampliar a articulação intersetorial entre instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica e o setor produtivo, estabelecendo mecanismos permanentes de diálogo e cooperação, para favorecer a ampliação da oferta, o alinhamento com as demandas contemporâneas e a melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, visando à empregabilidade e à superação de desigualdades sociais por meio da qualificação para o trabalho.
Estratégia 13.5.	Instituir comissão tripartite, com a participação de gestores educacionais, instituições formadoras e do mundo do trabalho, com vistas ao fortalecimento das políticas públicas destinadas à educação profissional e



	tecnológica.
Estratégia 13.6.	Fomentar a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo, no âmbito da educação profissional e tecnológica, relacionadas a arranjos produtivos locais e regionais e ao mundo do trabalho, para aproveitar as potencialidades dos territórios e promover o seu desenvolvimento.
Estratégia 13.7.	Diversificar a oferta e incentivar a flexibilização curricular, consideradas as demandas do mundo do trabalho, da sociedade, dos territórios e, especialmente, das populações negra, indígena, quilombola, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e público da educação especial, além de outras particularidades culturais e contextos de vulnerabilidade socioeconômica.
Estratégia 13.8.	Assegurar a atualização periódica do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) de modo a orientar a organização dos cursos e dos itinerários de acordo com os eixos tecnológicos e as suas respectivas áreas tecnológicas, permitindo sua equivalência para o aproveitamento de estudos entre os níveis médio e superior.
Estratégia 13.9.	Promover políticas de formação dos profissionais da educação para atender as particularidades da educação profissional e tecnológica.
Estratégia 13.10.	Estimular a expansão da prática profissional na educação profissional e tecnológica para fortalecer o processo de ensino aprendizagem, preservado seu caráter pedagógico.
Estratégia 13.11.	Fomentar a oferta de cursos de maior complexidade e alto custo, consideradas, em especial, as necessidades de infraestrutura, tecnologias e pessoal, preferencialmente em instituições públicas de educação profissional.
Estratégia 13.12.	Promover estratégias de acompanhamento de egressos, com vistas a aprimorar o alinhamento entre a oferta e a demanda de educação profissional e tecnológica, e contribuir com o contínuo



	aperfeiçoamento dos cursos desta modalidade.
Estratégia 13.13.	Estimular, em regime de colaboração e com articulação intersetorial, políticas de empregabilidade para jovens, incluindo a oferta de orientação profissional, o incentivo ao empreendedorismo e à economia solidária, e a formação técnica e tecnológica alinhada às demandas contemporâneas da sociedade e do setor produtivo, com foco na ampliação das oportunidades e no desenvolvimento de seus projetos de vida.
Estratégia 13.14.	Fomentar a articulação da educação profissional técnica de nível médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, com o setor produtivo, por meio da ampliação de programas de aprendizagem profissional.

#### 14) Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação

Objetivo 14	Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade, inclusão e redução de desigualdades, visando a sua superação.
Meta 14.a.	Elevar o percentual da população de dezoito a vinte e quatro anos com acesso a cursos de graduação com qualidade para 40% (quarenta por cento), de modo a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos sociais.
Meta 14.b.	Elevar o percentual da população entre vinte e cinco e trinta e quatro anos com educação superior completa, para 40% (quarenta por cento), em cursos de graduação com qualidade, com vistas a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos sociais.
Meta 14.c.	Elevar, gradualmente, o número de concluintes nas instituições de ensino superior para atingir dois milhões de titulações anuais ao final da vigência deste PNE, em cursos de graduação com qualidade, com, no mínimo, quatrocentas mil titulações anuais no segmento público.
Meta 14.d.	Elevar para 60% (sessenta por cento) a taxa bruta de escolarização na educação superior.
Estratégia 14.1.	Promover a expansão quantitativa e qualitativamente planejada, a partir de um diagnóstico de demanda e das necessidades de desenvolvimento econômico, local e



	regional, com sustentabilidade socioambiental, visando garantir o acesso, a ocupação das vagas, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância.
Estratégia 14.2.	Estimular mecanismos para o preenchimento de vagas remanescentes e ociosas na educação superior.
Estratégia 14.3.	Criar mecanismos para elevar gradualmente a taxa de conclusão na graduação em instituições públicas, privadas e comunitárias, com base na avaliação institucional e em políticas de permanência.
Estratégia 14.4.	Estimular a expansão articulada das instituições de ensino superior federais, estaduais e municipais, cujo ensino seja gratuito, considerando a complementariedade e a interiorização das redes para assegurar o atendimento em todo território nacional.
Estratégia 14.5.	Fomentar mecanismos e eliminar barreiras para ampliar o acesso de estudantes de escola pública da educação básica e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de ampliar as oportunidades educacionais e promover o acesso à educação superior.
Estratégia 14.6.	Instituir políticas que promovam o acesso, a permanência e a conclusão em cursos de graduação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, preferencialmente para mulheres.
Estratégia 14.7.	Garantir recursos para o fortalecimento e a ampliação de políticas afirmativas e de assistência estudantil, e processos seletivos e infraestrutura adequados aos diferentes públicos, de forma a promover, efetivamente, o acesso, a participação, a permanência e a conclusão da graduação a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, refugiados, do sistema socioeducativo e prisional, e público da educação especial, e demais grupos socialmente vulneráveis, consideradas as interseccionalidades, entendidas como as sobreposições dessas condições, com vistas ao aprimoramento na concepção e implementação dessas políticas afirmativas.
Estratégia 14.8.	Ampliar a ocupação dos benefícios concedidos no



	âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni), de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e dos financiamentos concedidos no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores com avaliação positiva, com avaliação periódica da concepção e implementação dessas políticas de financiamento.
Estratégia 14.9.	Ampliar o caráter inclusivo do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mediante a manutenção e expansão do Fies Social e a atualização periódica dos parâmetros de financiamento, especialmente limites e tetos, bem como a ampliação do teto de renda familiar para admitir o acesso por estudantes de famílias cuja renda familiar comprovadamente não seja suficiente para arcar com os encargos educacionais de cursos elegíveis para esse financiamento.
Estratégia 14.10	Instituir programa de apoio ao estudante da educação superior, destinado à concessão direta de bolsas de estudos a alunos integrantes de famílias de baixa renda regularmente matriculados em cursos de graduação oferecidos por instituições de ensino superior privadas, comunitárias e regidas pelo estabelecido no art. 242 da Constituição Federal de 1988, devidamente autorizados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
Estratégia 14.11.	Instituir avaliação periódica das políticas afirmativas, de assistência estudantil e de acessibilidade para o seu contínuo aperfeiçoamento, considerada a participação na composição do corpo discente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, do sistema socioeducativo e prisional, e público da educação especial.
Estratégia 14.12.	Incentivar políticas de formação e orientação aos profissionais da educação superior, no contexto da liberdade da docência, para o reconhecimento, o respeito e o tratamento das diferentes realidades, trajetórias e características dos estudantes, com objetivo



	de promover uma educação superior inclusiva.
Estratégia 14.13.	Universalizar, em todos os censos da educação e nos registros administrativos das instituições e dos órgãos governamentais de educação superior, o preenchimento de itens relativos ao perfil dos estudantes, dos professores e dos funcionários, com informações tais como identificação, sexo, raça/cor e território, com vistas à orientação das políticas voltadas ao acesso e à permanência na educação superior, garantindo a publicação sistemática e a transparência dos dados.
Estratégia 14.14.	Instituir política de auxílio aos estudantes com filhos, de forma a propiciar a inclusão e a permanência na educação superior.
Estratégia 14.15.	Estimular políticas que promovam, para os ingressantes nos cursos superiores de graduação, programas e atividades que assegurem as condições acadêmicas básicas, necessárias para o êxito na trajetória na educação superior.
Estratégia 14.16.	Incentivar as instituições de ensino superior, em articulação com os setores público e produtivo e a sociedade, a adequarem a oferta e os currículos dos cursos de graduação às necessidades de desenvolvimento socioeconômico sustentável e às demandas atuais e futuras do mundo do trabalho, por meio de percursos formativos flexíveis, inovadores e interdisciplinares que promovam a aprendizagem de competências relevantes para o pleno exercício profissional e da cidadania dos estudantes.
Estratégia 14.17.	Estimular a oferta de cursos de graduação no turno noturno, para promover o acesso à educação superior adequada às condições dos estudantes.
Estratégia 14.18.	Estimular cursos em áreas sub-atendidas e que sejam prioritárias para o desenvolvimento econômico e social sustentável, observada a redução de desigualdades regionais no acesso.

## 15) Qualidade da Graduação

Objetivo 15	Garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior.
-------------	--



Meta 15.a.	Garantir que toda a oferta da graduação atenda aos padrões nacionais de qualidade da educação superior.
Meta 15.b.	Ampliar o percentual de docentes em tempo integral nas instituições de ensino superior para 70% (setenta por cento) e, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) nas universidades, 40% (quarenta por cento) nos centros universitários e 30% (trinta por cento) nas faculdades, em cada categoria administrativa, seja pública, privada ou comunitária.
Meta 15.c.	Ampliar a proporção de mestres ou de doutores do corpo docente em efetivo exercício na educação superior para 95% (noventa e cinco por cento), sendo, pelo menos, 70% (setenta por cento) de doutores no conjunto das instituições de ensino superior e 55% (cinquenta e cinco por cento) de doutores nas universidades, 40% (quarenta por cento) nos centros universitários e 30% (trinta por cento) nas faculdades, para cada categoria administrativa, seja pública, privada ou comunitária.
Estratégia 15.1.	Instituir padrões nacionais de qualidade da educação superior para referenciar o aperfeiçoamento da qualidade da oferta, com adoção de indicadores objetivos de avaliação das dimensões das instituições de ensino superior e de seus cursos.
Estratégia 15.2.	Fortalecer as ações de regulação e supervisão, por meio do aperfeiçoamento normativo e da ampliação da capacidade institucional, considerados a diversidade dos cursos, as características das áreas de conhecimento, as exigências formativas para o graduado, o perfil das instituições e as modalidades de oferta – presencial, semipresencial e educação a distância –, com o objetivo de induzir a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, inclusive com o estabelecimento de parâmetros de qualidade para a oferta do ensino a distância.
Estratégia 15.3.	Fortalecer o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive por meio da criação de sistema de indicadores de qualidade, comparáveis ao longo do tempo, que considerem a diversidade dos cursos, as modalidades de oferta e o perfil das instituições, considerados as dimensões de resultados, o ensino, a pesquisa, a extensão, as condições de oferta e a eficiência, as políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil, a articulação com as necessidades do mercado de trabalho, o acompanhamento de egressos, as taxas de empregabilidade e o impacto da produção científica e





	das atividades de extensão, com o objetivo de aprimorar os instrumentos de avaliação e induzir a melhoria da qualidade dos cursos de graduação.
Estratégia 15.4.	Favorecer a articulação entre a produção científica das instituições de ensino superior, a educação básica e as necessidades da sociedade, por meio da difusão científica e do envolvimento das instituições de ensino superior com a discussão de questões locais presentes nos territórios.
Estratégia 15.5.	Promover a criação de cursos com diferentes desenhos curriculares que articulem disciplinas na perspectiva interdisciplinar e abordagens transdisciplinares no exame de questões complexas, como violência, desigualdades sociais, cidadania, mudanças climáticas, e demais questões enfrentadas pela sociedade.
Estratégia 15.6.	Estimular, fortalecer e ampliar programas de ensino, de iniciação científica e programas de extensão na educação superior, de maneira integrada e articulada à pesquisa, às demandas sociais, às políticas públicas, ao mundo do trabalho e ao exercício e fortalecimento da cidadania democrática.
Estratégia 15.7.	Ampliar a oferta e qualificar o estágio como parte da formação na educação superior em todas as áreas, além de incentivar outras iniciativas que promovam a integração entre teoria e prática.
Estratégia 15.8.	Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.
Estratégia 15.9.	Fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação intercultural indígena e nos cursos de licenciatura voltados à educação escolar indígena, à educação no campo, à educação especial, à educação bilíngue para surdos e à educação escolar quilombola, em interface com os demais cursos das instituições de ensino superior, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre os povos, comunidades e públicos que compõem esses contextos educacionais.
Estratégia 15.10.	Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, de modo a expandir o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem na graduação.
Estratégia 15.11.	Estimular processos contínuos de autoavaliação participativa e de avaliação externa das instituições de



	ensino superior.
Estratégia 15.12.	Fortalecer os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), as redes de laboratórios das instituições de ensino superior (IES) e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) nas áreas estratégicas definidas pela política de ciência, tecnologia e inovação.
Estratégia 15.13.	Instituir políticas de fortalecimento das instituições públicas de ensino superior, com financiamento adequado, de modo a permitir a melhoria da infraestrutura e a contratação e valorização de professores e técnicos administrativos em educação, em número necessário ao seu funcionamento adequado.
Estratégia 15.14.	Induzir o efetivo cumprimento da Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025 (Lei de Cotas), em concursos para ingresso no serviço público e nas demais normas de reserva de vagas, com o objetivo de tornar o corpo docente e de funcionários das IES mais alinhado à composição social e étnica da população brasileira.
Estratégia 15.15.	Garantir a autonomia acadêmica dos docentes da educação superior, no ensino, na pesquisa e na extensão.
Estratégia 15.16.	Incentivar a formação pedagógica para os docentes da educação superior.

## 16) Pós-Graduação *stricto sensu*

Objetivo 16	Ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade e foco na prospecção e na solução dos problemas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico, social e ambiental do País.
Meta 16.a.	Ampliar o percentual de mestres e doutores na população, com o objetivo de alcançar a titulação anual de sessenta mestres e vinte doutores por cem mil habitantes até o final da vigência deste PNE, consideradas as necessidades sociais e do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, bem como as desigualdades regionais, raciais, linguísticas, socioeconômicas, de sexo, as pessoas com deficiência e as interseccionalidades, entendidas como as sobreposições dessas condições.
Estratégia 16.1.	Instituir e implementar política de ampliação da oferta de pós-graduação <i>stricto sensu</i> nas áreas de conhecimento, nas regiões e nas localidades pouco ou não



	contempladas, inclusive por meio de programas interinstitucionais e em rede, com o objetivo de garantir oportunidades de acesso com vistas a promover maior equidade regional, social, étnico-racial, linguística, de sexo, os direitos das pessoas com deficiência e as interseccionalidades, entendidas como as sobreposições dessas condições.
Estratégia 16.2.	Ampliar o fomento à pesquisa nos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , a concessão de bolsas aos pós-graduandos, com valores adequados, com políticas e programas de assistência estudantil, com os objetivos de melhorar as condições de acesso, a permanência e a conclusão e de atrair pós-graduandos para a carreira científica.
Estratégia 16.3.	Promover a divulgação científica e a popularização da ciência, de modo a aproximá-la da sociedade, com objetivo de difundir o seu impacto e a sua relevância no cotidiano das pessoas, e valorizar a carreira acadêmico-científica, cultural e artística.
Estratégia 16.4.	Promover a articulação entre a graduação e a pós-graduação na educação superior, com os objetivos de incentivar, com financiamento adequado, uma melhor integração entre ensino, pesquisa e extensão, a inserção desta última na pós-graduação e estímulo à participação dos estudantes no estágio de docência, e de atrair estudantes de graduação para a carreira científica, considerando o contexto e suas necessidades.
Estratégia 16.5.	Induzir a implementação de políticas de ações afirmativas pelos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa do Sistema Nacional de Pós-Graduação, observada a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, e a representação e a participação social, linguística e de sexo.
Estratégia 16.6.	Instituir políticas que promovam o acesso, a permanência e a conclusão, em cursos de pós-graduação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, preferencialmente para mulheres.
Estratégia 16.7.	Instituir e implementar, a cada dois anos, o censo da pós-graduação <i>stricto sensu</i> brasileira, com o objetivo de levantar as informações estatísticas para subsidiar a tomada de decisões e a condução das políticas públicas para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, com inclusão, garantindo a publicação



	sistemática e a transparência dos dados.
Estratégia 16.8.	Promover o alinhamento entre a formação pós-graduada e as demandas sociais, de políticas públicas e do mundo do trabalho, em um contexto de promoção dos direitos humanos, de desenvolvimento socioambiental sustentável e de uma sociedade diversa, inclusiva e equitativa.
Estratégia 16.9.	Estimular a articulação nacional e a internacionalização da pós-graduação, aumentando a mobilidade regional, nacional e internacional de pós-graduandos, docentes e pesquisadores, com o objetivo de proporcionar a melhoria na formação dos pós-graduandos e na qualidade dos programas de pós-graduação, por meio do intercâmbio de conhecimentos e vivências.
Estratégia 16.10.	Ampliar a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as agências de fomento à pós-graduação e pesquisa dos entes federados subnacionais.
Estratégia 16.11.	Estimular o desenvolvimento tecnológico por meio da ampliação do investimento em pesquisa e formação para a inovação.
Estratégia 16.12.	Incentivar o desenvolvimento científico, a inovação e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, inclusive com publicações em periódicos de reconhecimento internacional.
Estratégia 16.13.	Incluir, nos censos da pós-graduação e nos registros administrativos das instituições e dos órgãos governamentais de educação superior, o preenchimento de itens relativos à identidade dos pós-graduandos, dos professores e dos funcionários, com vistas à orientação de políticas voltados ao acesso e à permanência no ensino superior, garantindo a publicação sistemática e a transparência dos dados.
Estratégia 16.14	Promover a articulação entre os objetivos, metas e estratégias deste PNE e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

## 17) Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Objetivo 17	Garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação.
-------------	--



Meta 17.a.	Assegurar, até o quinto ano de vigência do PNE, que todos os docentes da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de pedagogia para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, e licenciatura nas áreas do conhecimento, nos componentes curriculares ou disciplinas e modalidades em que atuam.
Meta 17.b.	Valorizar os profissionais do magistério com nível superior das redes públicas de educação básica, com vistas a equiparar o rendimento médio dos profissionais de cada etapa da educação básica ao dos trabalhadores das demais ocupações com requisito de escolaridade equivalente.
Meta 17.c.	Garantir a existência de planos de carreira, estabelecidos em lei, para todos os profissionais da educação básica pública e, para os profissionais do magistério, adotados como referência o piso salarial nacional profissional e o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para atividades de interação com os educandos.
Meta 17.d.	Reduzir progressivamente o número de profissionais do magistério sem cargo efetivo a no máximo 30% (trinta por cento) em cada rede pública, em consonância com o que estabelece o art. 206, V, da Constituição Federal, até o final do quinto ano de vigência deste PNE.
Meta 17.e.	Assegurar que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos concluintes dos cursos de pedagogia e licenciaturas alcancem o padrão de desempenho adequado no Enade até o quinto ano de vigência deste PNE e que, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos concluintes destes cursos alcancem o padrão de desempenho adequado no Enade até o final do decênio.
Meta 17.f.	Formar, em nível de pós-graduação, 70% (setenta por cento) dos docentes da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE.
Estratégia 17.1.	Instituir planejamento nacional, em regime de colaboração, para mapeamento da demanda e da oferta de vagas nos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior, priorizando a modalidade presencial, com vistas a buscar equilíbrio regional entre a oferta e a demanda de profissionais da educação básica, considerados indicadores de qualidade.
Estratégia 17.2.	Formar em nível de pós-graduação os docentes da educação básica em cursos preferencialmente alinhados à respectiva área de atuação e prioritariamente ofertados



	por instituições de ensino superior públicas.
Estratégia 17.3.	Assegurar a implementação, em regime de colaboração, das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura, com vistas à melhoria da formação inicial e continuada, das práticas de ensino e dos estágios para o efetivo exercício da docência, em especial no que se refere à relação entre a teoria e prática pedagógica, garantindo a unidade entre ambas.
Estratégia 17.4.	Promover, em regime de colaboração, a oferta de cursos de formação inicial e continuada em instituições de ensino superior públicas.
Estratégia 17.5.	Fortalecer as políticas de avaliação, de regulação e de supervisão dos cursos de formação docente, orientadas à instituição de padrão de qualidade de oferta e de mecanismos de monitoramento específicos, com o objetivo de assegurar a qualidade das licenciaturas.
Estratégia 17.6.	Estabelecer, em regime de colaboração, padrões de desempenho para concluintes de cursos de licenciatura e aprimorar as avaliações com base nos padrões estabelecidos.
Estratégia 17.7.	Fomentar, nos concursos públicos e nas demais formas de seleção e contratação de professores, a utilização de mecanismos que fortaleçam a qualidade dos cursos de licenciatura, com a mobilização de indicadores, com critérios relacionados ao Enade e com o mapeamento desses cursos.
Estratégia 17.8.	Fomentar que os cursos de licenciatura e de formação continuada contemplem, de forma sistemática, permanente e articulada, as áreas de educação integral, de educação ambiental e climática, de educação em direitos humanos, cidadania e democracia, de educação para as relações étnico-raciais, de educação anticapacitista, e os marcos legais de proteção à infância e à adolescência, aos idosos, aos povos indígenas e às pessoas com deficiência.
Estratégia 17.9.	Incentivar a formação inicial e continuada, com vistas a atender as especificidades da educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação especial e educação bilíngue de surdos, inclusive em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> profissionais.
Estratégia 17.10.	Promover, por meio de políticas e programas, a valorização dos educadores tradicionais dos povos indígenas e das populações do campo, das águas e das



	florestas e quilombolas na formação de professores e gestores dessas modalidades, buscando igualdade de condições com os demais docentes.
Estratégia 17.11.	Implementar cursos e programas especiais de formação específica na educação superior para docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diferente de sua atuação e que estejam em exercício.
Estratégia 17.12.	Ampliar e fortalecer a iniciação à docência, preferencialmente por meio de iniciativas que tenham o propósito de qualificar a formação de estudantes das licenciaturas nas instituições de ensino superior.
Estratégia 17.13.	Fortalecer o estágio probatório a fim de melhorar a qualificação dos profissionais ingressantes nas redes públicas de ensino, por meio de formações específicas, em especial as de prática de ensino, bem como supervisão e acompanhamento por profissionais experientes.
Estratégia 17.14.	Promover iniciativas que favoreçam a troca de experiências e práticas entre os profissionais da educação, e destes com as instituições de ensino superior, para a reflexão sobre o trabalho pedagógico, e a socialização das pesquisas e dos trabalhos acadêmicos sobre educação.
Estratégia 17.15.	Ampliar a assistência estudantil para estudantes de cursos superiores de licenciatura nas instituições de ensino superior e criar mecanismos e incentivos à iniciação docente e à permanência no exercício do magistério público.
Estratégia 17.16.	Estabelecer mecanismos para induzir o cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais do magistério em um único estabelecimento escolar.
Estratégia 17.17.	Instituir política intersetorial com o objetivo de reduzir o absenteísmo e de promover a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde plena e laboral e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, nas questões de adoecimento, de violência e de enfrentamento às diferentes formas de assédio, de preconceito, de discriminação e de desrespeito ao disposto nos incisos II, III e IV do art. 3º da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
Estratégia 17.18.	Instituir incentivos para valorizar a permanência dos profissionais do magistério em sala de aula de escolas localizadas em contextos vulneráveis, em locais de difícil acesso, no atendimento educacional especializado, no



	atendimento socioeducativo e nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação do campo, educação quilombola, educação escolar indígena e educação bilíngue de surdos, com o objetivo de garantir o direito à educação e o desenvolvimento dos estudantes, assim como condições dignas de trabalho para estes profissionais.
Estratégia 17.19.	Fomentar a formação inicial e continuada para os profissionais da educação técnicos, administrativos e operacionais, consideradas as diretrizes nacionais.
Estratégia 17.20.	Fortalecer as equipes de gestão das redes de ensino e as equipes gestoras das escolas, observadas as dimensões pedagógica, administrativa e comunitária, apoiando a autonomia das redes e das instituições de ensino.
Estratégia 17.21.	Pactuar, no âmbito das instâncias permanentes de participação e cooperação entre os entes federativos e com a participação de entidades representativas, proposta de referenciais nacionais para carreiras dos profissionais do magistério, que considerem proporcionalmente os diferentes recursos disponíveis por rede, com os objetivos de induzir a melhoria dos planos de carreira e garantir condições adequadas de trabalho e de saúde e a atração e retenção desses profissionais.
Estratégia 17.22.	Manter fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento e avaliação da política de valorização dos profissionais do magistério público da educação básica.
Estratégia 17.23.	Valorizar e reconhecer a formação continuada, ofertada por instituições de ensino reconhecidas, como integrante do plano de carreira dos profissionais da educação básica pública.
Estratégia 17.24.	Implementar, até o terceiro ano de vigência deste PNE, prova nacional periodicamente aplicada, com a finalidade de cooperar com os sistemas públicos de ensino nos processos de seleção e de ingresso nas carreiras do magistério da educação básica pública e para o exercício de funções de gestão, com vistas à melhoria da qualidade e da adequação da formação profissional à respectiva área de atuação.
Estratégia 17.25.	Aprimorar o censo da educação, respeitada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de forma a coletar informações sobre formação, condições de trabalho, remuneração e carreira dos profissionais da educação





	básica, gerando subsídios para monitoramento específico e para a melhoria das políticas de formação, de valorização e de carreira.
Estratégia 17.26.	Assegurar a regulamentação do piso salarial para os profissionais da educação escolar pública, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal, bem como a instituição dos respectivos planos de cada carreira.
Estratégia 17.27.	Ampliar os incentivos e concessão de bolsas de estudos para acesso e permanência dos professores da educação básica na pós-graduação, especialmente em cursos de mestrado e programas de doutorado profissionais, inclusive aqueles voltados para os docentes da educação do campo, da educação indígena, da educação quilombola e da educação especial, em articulação com as redes de ensino.
Estratégia 17.28.	Ampliar a oferta de bolsas de iniciação à docência a estudantes de licenciatura.

**18) Participação e Controle Social e Gestão Democrática na educação pública**

Objetivo 18	Assegurar a participação e o controle social no planejamento, na gestão democrática na educação pública, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.
Meta 18.a.	Assegurar que todos os diretores de escolas públicas sejam selecionados por meio de processo seletivo fundamentado em critérios técnicos de mérito e desempenho, seguido de escuta da comunidade escolar.
Meta 18.b.	Assegurar que todas as escolas públicas da educação básica tenham conselhos escolares instituídos e em pleno funcionamento, em consonância com a Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
Meta 18.c.	Assegurar que todos os entes federativos tenham fóruns de educação como instâncias permanentes de participação social, instituídos por lei, em funcionamento.
Estratégia 18.1.	Instituir e implementar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes nacionais de qualidade da gestão escolar



	democrática na educação pública, abrangidas dimensões como a capacidade administrativa, pedagógica e de diálogo com a comunidade local, a qualificação profissional, a proposta de gestão para a escola e as desigualdades comuns à sociedade brasileira.
Estratégia 18.2.	Instituir, em regime de colaboração entre os entes federativos, política nacional de desenvolvimento para a gestão escolar democrática, com diretrizes e parâmetros destinados a referenciar as competências necessárias ao trabalho dos gestores e promover a garantia de participação de todos os profissionais da educação no projeto pedagógico e demais instrumentos de planejamento, com fundamento no princípio da gestão democrática na educação pública e com base na utilização de dados educacionais para a tomada de decisões.
Estratégia 18.3.	Fomentar, por meio de cooperação intergovernamental, a oferta de formação específica em gestão democrática, e garantir que todos os gestores sejam avaliados de forma regular e periódica, com garantia de publicidade e transparência acerca dos critérios de avaliação, nos termos de suas respectivas carreiras.
Estratégia 18.4.	Assegurar a efetivação da gestão democrática da educação por meio das instâncias colegiadas intraescolares e extraescolares para as quais seja garantida autonomia e fomentada qualificação de seus membros, com o apoio técnico e financeiro e o fortalecimento da participação social.
Estratégia 18.5.	Assegurar condições adequadas ao funcionamento de conselhos escolares para a elaboração, a implementação e a avaliação do projeto pedagógico e do material didático, bem como dos demais instrumentos formais de planejamento da escola, garantida a representatividade e ampla participação dos vários segmentos da comunidade escolar.
Estratégia 18.6.	Incentivar o devido financiamento público e assegurar as condições para o funcionamento regular dos fóruns de educação como instâncias permanentes e representativas de participação social na elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos decenais de educação e de coordenação e articulação das conferências de educação, orientadas por estudos acadêmicos, estatísticas e indicadores oficiais, garantida a representatividade, principalmente, de grupos sub-representados e com plataformas digitais amplamente acessíveis para participação popular no



	monitoramento dos planos decenais de educação.
Estratégia 18.7.	Assegurar a elaboração do projeto pedagógico como orientador da gestão escolar democrática, articulando-o às necessidades locais e garantindo a participação da comunidade.
Estratégia 18.8.	Estabelecer mecanismos de comunicação e de convivência entre a equipe escolar, os estudantes, os pais ou os responsáveis, com o objetivo de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade e de prevenir e combater a violência em âmbito escolar.
Estratégia 18.9.	Promover processos e instrumentos de autoavaliação participativa das escolas públicas, bem como de monitoramento, no âmbito do projeto pedagógico e nos demais instrumentos de planejamento escolar, relativos aos vínculos entre escola e comunidade.
Estratégia 18.10.	Criar mecanismos de apoio técnico às instâncias colegiadas para a elaboração, o acompanhamento e o controle social das políticas educacionais, assegurados o interesse público, o compartilhamento de experiências com a difusão de boas práticas, e a disseminação de instrumentos destinados à ampla participação da sociedade em favor de uma educação de qualidade.
Estratégia 18.11.	Implementar em todos os territórios, especialmente nos indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas e nas periferias urbanas, políticas públicas intersetoriais que promovam escuta, inclusão e equidade na garantia do direito à educação.
Estratégia 18.12.	Garantir e ampliar os mecanismos de transparência, acesso à informação e controle social sobre as atividades do Fórum Nacional de Educação (FNE) e das Conferências Nacionais de Educação (Conae), incluindo, entre outros, a divulgação pública de atas e dos documentos produzidos, assegurando a participação efetiva da sociedade no acompanhamento e na fiscalização dessas instâncias.

## 19) Financiamento e infraestrutura da Educação

Objetivo 19	Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior.
Meta 19.a.	Ampliar o investimento público em educação até atingir,



	no mínimo 10% do Produto Interno Bruto - PIB, para promover a progressiva elevação dos padrões nacionais de qualidade da oferta da educação básica e superior prevista neste Plano, devendo o poder executivo federal, no caso de não atingimento de 7,5% do PIB, no sétimo ano, necessários ao cumprimento das metas e estratégias estabelecidas, dadas as condições dessa oferta na data de sua publicação, elaborar relatório ao Congresso Nacional acompanhado de plano de ação, visando alcance da meta, consideradas as normas de prestação de contas e responsabilização previstas em lei.
Meta 19.b.	Alcançar o investimento por aluno da educação básica, consideradas apenas as despesas correntes e aquelas relativas à manutenção da infraestrutura escolar existente, como percentual do PIB <i>per capita</i> equivalente à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até o quinto ano de vigência deste PNE, e, até o final do decênio, alcançar investimento por aluno da educação básica que assegure, para todos os entes federativos, padrão mínimo de qualidade, consideradas as condições de oferta relacionadas às despesas correntes e à manutenção da infraestrutura escolar existente, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), conforme previsto no art. 211, § 7º, da Constituição Federal.
Meta 19.c.	Garantir, até o final do terceiro ano de vigência deste PNE, as condições mínimas de infraestrutura de funcionamento e salubridade de todas as escolas da educação básica, com vistas à superação de situações críticas.
Meta 19.d.	Reduzir continuamente as desigualdades nas condições de oferta de infraestrutura escolar, entre redes públicas de ensino e no âmbito de cada uma delas, e garantir, até o final do decênio, o atendimento, em todas as escolas, de padrão nacional de qualidade de infraestrutura escolar pactuado nacionalmente em regime de colaboração.
Meta 19.e.	Ampliar continuamente os recursos públicos destinados à manutenção, expansão, melhoria e reestruturação das instituições públicas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, de modo a garantir e expandir a oferta, com padrão nacional de qualidade, de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Meta 19.f	Garantir, até o final do terceiro ano de vigência deste PNE, as condições adequadas de infraestrutura de



	funcionamento e salubridade de todas as instituições públicas de ensino superior, com vistas à superação de situações críticas.
Estratégia 19.1.	Estabelecer, no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite da Educação do Sistema Nacional de Educação, a forma pela qual a contribuição de cada ente federado para o cumprimento das metas 19.a e 19.b será objeto de prestação bianual de contas do poder executivo ao respectivo poder legislativo e às demais instâncias de monitoramento e avaliação previstas neste plano, sendo sua omissão passível de responsabilização na forma da lei.
Estratégia 19.2.	Instituir, em regime de colaboração, padrões mínimos de qualidade de oferta relacionados às despesas correntes e à manutenção da infraestrutura escolar existente e, a partir desses padrões, definir Custo Aluno Qualidade (CAQ) como referência para avaliar a adequação do financiamento dessas despesas da educação básica nos sistemas de ensino.
Estratégia 19.3.	Aprimorar, de forma progressiva, o Valor aluno ano total (VAAT) do Fundeb — por meio da revisão de seus fatores de ponderação específicos e da metodologia de apuração periódica dos seus valores-, para que reflita com maior precisão a disponibilidade de recursos totais das redes de ensino, tendo por horizonte o atingimento do CAQ, uma vez definidos padrões de qualidade para cada etapa, modalidade, jornada, tipo de escola e respectivo público da educação básica.
Estratégia 19.4.	Aprimorar, de forma progressiva, os fatores de ponderação do VAAF, uma vez definidos os padrões de qualidade para cada etapa, modalidade, jornada, tipo de escola e público da educação básica.
Estratégia 19.5	Instituir, em regime de colaboração, padrões de qualidade de oferta de infraestrutura escolar em níveis mínimos, básicos e adequados, considerando necessariamente espaço mínimo por aluno.
Estratégia 19.6.	Definir critérios para a distribuição de recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio que considerem a equalização das oportunidades educacionais e as vulnerabilidades socioeconômicas, socioambiental, racial, de sexo e regional.
Estratégia 19.7	Elaborar e acompanhar indicadores que apontem, por rede de ensino, a proporção dos recursos da educação destinados aos gastos com os profissionais de educação



	e, especificamente, com os do magistério, de forma a subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas de financiamento da educação básica.
Estratégia 19.8.	Suplementar, com recursos oriundos da União e consideradas as especificidades regionais de custos, a melhoria das condições de oferta relacionadas às despesas correntes — como alimentação, transporte e a valorização dos profissionais da educação básica pública, incluída a formação inicial e continuada — e das condições relacionadas às despesas de capital, como a infraestrutura escolar, incluindo equipamentos, mobiliário e tecnologia digital.
Estratégia 19.9.	Buscar novas fontes de financiamento, para além da receita resultante de impostos e contribuições vinculada ao investimento em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público (MDE).
Estratégia 19.10	Reduzir progressivamente as desigualdades de infraestrutura escolar e de gastos correntes, no âmbito de cada rede de ensino, assegurando a ação redistributiva de cada ente federado em relação às suas próprias escolas, em conformidade com o § 6º do art. 211 da Constituição Federal, consideradas as desigualdades territoriais, socioeconômicas e raciais.
Estratégia 19.11.	Alinhar o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) às disposições dos planos nacional e subnacionais de educação.
Estratégia 19.12.	Aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas de investimento em infraestrutura educacional.
Estratégia 19.13.	Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação e do uso da contribuição social do salário-educação, inclusive com a divulgação em sítios oficiais, assegurado o montante equivalente, em caso de alteração da legislação tributária.
Estratégia 19.14.	Aprimorar o controle interno, externo e social do uso dos recursos públicos da educação.
Estratégia 19.15.	Elaborar indicadores, desagregados por etapa e modalidade, que permitam avaliar a efetividade do investimento público em educação básica para a ampliação do acesso e da permanência, bem como para a melhoria da qualidade da oferta e dos resultados, com redução das desigualdades, aferidos pelo sistema



	nacional de avaliação da educação básica.
Estratégia 19.16.	Estabelecer mecanismo de reajuste automático anual dos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e fortalecer os parâmetros do programa que buscam a garantia de segurança alimentar e nutricional.
Estratégia 19.17	Ampliar os recursos públicos destinados à manutenção, expansão, melhoria e reestruturação das instituições públicas de ensino superior, de seus cursos de graduação e pós-graduação, das atividades de pesquisa e extensão, da oferta de oportunidade de estudos no turno noturno e das políticas de inclusão e assistência estudantil, fortalecendo seu caráter público e gratuito, com qualidade socialmente referenciada.
Estratégia 19.18	Fortalecer a autonomia financeira das universidades públicas mediante a adoção de práticas orçamentárias que assegurem, de modo previsível e estável, os recursos necessários ao cumprimento de sua missão.
Estratégia 19.19	Ampliar, fortalecer e diversificar os instrumentos de financiamento estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou integrantes de famílias cuja renda familiar <i>per capita</i> seja insuficiente para custear os estudos em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.
Estratégia 19.20	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, bem como a divulgação anual de dados relativos aos dispêndios e aos custos por estudante, em cada nível e etapa.
Estratégia 19.21	Fomentar a avaliação, a revisão e o aperfeiçoamento do instrumento de colaboração entre Estados e Municípios formalizado na legislação estadual, em cumprimento ao inciso IV do § 1º do art. 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 132, de 2023.



## Anexo II - Linha do tempo do PNE

### ANO 1

Até 30/06: Apresentar plano de ações da União (para 2º semestre do Ano 1 e Anos 2 e 3)

180 dias: Indicadores e projeções de Metas por entes (Inep)

12 meses: Planos Estaduais de Educação (PEEs) e Plano Distrital de Educação (PDE)

### ANO 3

Apresentar plano de ações da União (com avaliação do anterior) para os Anos 4 e 5

### ANO 5

Apresentar plano de ações da União (com avaliação do anterior) para Anos 6 e 7

Encerramento do prazo para revisão das metas do PNE

### ANO 7

Apresentar plano de ações da União (com avaliação do anterior) para Anos 8 e 9

### ANO 9

Apresentar plano de ações da União (com avaliação do anterior) para o Ano 10 e o primeiro ano do PNE seguinte

### ANO 2

15 meses: Planos Municipais de Educação (PMEs)

Até 31/03: Primeiro monitoramento do Inep, referente a 2025 e 2026

Até 30/06: Apresentar plano de ações de Estados (E), Municípios (M) e Distrito Federal (DF) para o 2º semestre do Ano 2 e Anos 3 e 4

### ANO 4

Até 31/03: Segundo monitoramento (Inep) dos Anos 2 e 3

E, M e DF: divulgar monitoramento de seus Planos de Educação para elaborar plano de ações

Apresentar plano de ações de E, M e DF (com avaliação do anterior) para Anos 5 e 6

### ANO 6

Até 31/03: Terceiro monitoramento (Inep) dos Anos 4 e 5

E, M e DF: divulgar monitoramento de seus Planos de Educação para elaborar plano de ações

Apresentar plano de ações de E, M e DF (com avaliação do anterior) para Anos 7 e 8

### ANO 8

Até 31/03: Quarto monitoramento (Inep) dos Anos 6 e 7

E, M e DF: divulgar monitoramento de seus Planos de Educação para elaborar plano de ações

Apresentar plano de ações de E, M e DF (com avaliação do anterior) para Anos 9 e 10

### ANO 10

Até 31/03: Quinto monitoramento (Inep) dos Anos 8 e 9

E, M e DF: divulgar monitoramento de seus Planos de Educação para elaborar plano de ações

Apresentar plano de ações de E, M e DF (com avaliação do anterior) para Anos 1 e 2 do próximo PNE

### Conferências Nacionais de Educação

DUAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS (com até 4 anos entre elas), precedidas de conferências locais





**ANEXO III –**  
**CALENDÁRIO SISTEMATIZADO DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO –**  
**Artigos**

Dias/meses/anos desde a publicação do PNE (quando menos de 10 anos): datas limite	Artigos
<b>120 dias</b>	- Formalização da instância tripartite entre União, Estados, DF e Municípios em ato do MEC (art. 31) - Formalização, pelos Estados, das instâncias bipartites entre Estado e seus Municípios (art. 32)
<b>180 dias</b>	- Inep estabelecerá os indicadores e as projeções das Metas por ente (art. 28)
<b>Até 30 de junho do 1º ano</b>	- Apresentação do <b>primeiro</b> plano de ações da União (art. 33)
<b>12 meses</b>	- Plano Estadual de Educação (PEE) e Plano Distrital de Educação (PDE) (art. 34)
<b>15 meses</b>	- Plano Municipal de Educação (PME) (art. 34)
<b>Até 31 de março de 2027</b>	- Primeira publicação do Monitoramento do Inep dos índices dos exercícios de 2025 e 2026 (art. 30)
<b>Até 30 de junho do 2º ano</b>	- Apresentação do <b>primeiro</b> plano de ações de Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios (arts. 33- 34)
<b>3º ano</b>	- Avaliação e apresentação de plano de ações da União para os dois exercícios seguintes (art. 13)
<b>4º ano</b>	- Monitoramento (Inep), até 31 de março, dos índices dos dois exercícios anteriores (art. 11) - Divulgação de informações referentes aos planos de Estados, Municípios e DF, para elaborar seus planos de ações (art. 8º) - Avaliação e apresentação de planos de ações de Estados, DF e Municípios para os dois exercícios seguintes (art. 13)
<b>5º ano</b>	- Avaliação e apresentação de plano de ações da União para os dois exercícios seguintes (art. 13) - Metas do Anexo I poderão ser revisadas, com base nas decisões da instância permanente (art. 29)



<b>6º ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitoramento (Inep), até 31 de março, dos índices dos dois exercícios anteriores (art. 11)</li> <li>- Divulgação de informações referentes aos planos de Estados, Municípios e DF, para elaborar seus planos de ações (art. 8º)</li> <li>- Avaliação e apresentação de planos de ações de Estados, DF e Municípios para os dois exercícios seguintes (art. 13)</li> </ul>
<b>7º ano</b>	- Apresentação de plano de ações da União para os dois exercícios seguintes (art. 13)
<b>8º ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitoramento (Inep) até 31 de março dos índices dos dois exercícios anteriores (art. 11)</li> <li>- Divulgação de informações referentes aos planos de Estados, Municípios e DF, para elaborar seus planos de ações (art. 8º)</li> <li>- Avaliação e apresentação de planos de ações de Estados, DF e Municípios para os dois exercícios seguintes (art. 13)</li> </ul>
<b>9º ano</b>	- Apresentação de plano de ações da União para os dois exercícios seguintes (art. 13)
<b>10º ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitoramento (Inep), até 31 de março, dos índices dos dois exercícios anteriores (art. 11)</li> <li>- Divulgação de informações referentes aos planos de Estados, Municípios e DF, para elaborar seus planos de ações (art. 8º)</li> <li>- Avaliação e apresentação de planos de ações de Estados, DF e Municípios para os dois exercícios seguintes (art. 13)</li> <li>- Envio, até 30 de junho, pelo governo federal, do PL do plano decenal de educação subsequente, com avaliação e resultados parciais do PNE, com base em dados do Inep (art. 35)</li> </ul>
<b>Periodicamente</b>	- Ao menos 2 Conferências Nacionais de Educação (até 4 anos entre elas), precedidas de locais (art. 9º)

**ANEXO IV –**  
**CALENDÁRIO SISTEMATIZADO DO PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO –**  
**Metas e Estratégias**

<b>Anos desde a</b>	<b>Meta/Estratégia</b>
---------------------	------------------------



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255694966700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Moses Rodrigues



<b>publicação do PNE (quando menos de 10): datas limite</b>	
<b>2º ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universalizar pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos (Meta 1.c)</li> <li>- Conectividade à internet de alta velocidade, com redes <i>wi-fi</i>, em 50% das escolas públicas (Meta 7.a)</li> <li>- Diretrizes nacionais (CNE) para plataformas educacionais digitais e inteligência artificial na educação, garantindo-se fins pedagógicos e critérios de transparência e proteção de dados (LGPD) (Estratégia 7.18)</li> <li>- Assegurar a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Estratégia 11.22)</li> </ul>
<b>3º ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamentar exigência de formação mínima em nível médio na modalidade normal ou em nível médio com formação pedagógica específica, para os profissionais que auxiliam os professores regentes da educação infantil e, para os das redes públicas, incentivar a valorização profissional com organização das carreiras, formação continuada e piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação escolar</li> <li>- Universalizar o acesso à escola para toda a população de 6 a 17 anos de idade (Meta 4.a)</li> <li>- Implementar prova nacional, para auxiliar seleção e ingresso nas carreiras do magistério da educação básica (EB) pública e para exercício de funções de gestão nos entes (Estratégia 17.24)</li> <li>- Condições mínimas de infraestrutura de funcionamento e salubridade de todas as escolas (Meta 19.c)</li> <li>- Infraestrutura, funcionamento e salubridade de instituições de ensino superior (Estratégia 19.f)</li> </ul>
<b>5º ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 80% das crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental (EF) (Meta 3.a)</li> <li>- Nível básico de aprendizagem no término dos anos iniciais do EF para 100% dos estudantes e nível adequado para 70% (Meta 5.a)</li> <li>- Nível básico de aprendizagem no término dos anos finais do EF para 100% dos estudantes e nível adequado para 60% (Meta 5.b)</li> <li>- Nível básico de aprendizagem no término do ensino médio (EM) para 100% dos estudantes e nível adequado para 50% (Meta 5.d)</li> <li>- Oferta de matrículas em tempo integral, com jornada mínima de 7h diárias ou 35h semanais, em 50% das escolas públicas, para atender 35% dos estudantes da educação básica (Meta 6.a)</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conectividade à internet de alta velocidade, com redes <i>wi-fi</i> em 75% das escolas públicas (Meta 7.a)</li> <li>- Nível adequado de aprendizagem em educação digital para 50% dos estudantes dos anos iniciais do EF, 45% nos anos finais do EF, e para 40% no EM (Meta 7.b)</li> <li>- Desenvolvimento e implementação de planos para mitigação/adaptação às mudanças do clima em 60% das redes (Meta 8.a)</li> <li>- 97% de alfabetização da população com 15 anos ou mais (Meta 11.a)</li> <li>- garantir oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender 100% da demanda por vagas, asseguradas chamada pública e a busca ativa (Meta 11.e).</li> <li>- 25% das matrículas de EJA no EF e EM, na forma articulada à educação profissional (Meta 12.c)</li> <li>- Padrões adequados de aprendizagem (conforme Sinaept) para 60% dos concluintes da EPT (Meta 13.b)</li> <li>- Todos os docentes da EB com formação superior específica nas áreas em que atuam (Meta 17.a)</li> <li>- Redução progressiva para no máximo 30% dos profissionais do magistério de cada rede pública sem cargo efetivo (Meta 17.d)</li> </ul>
<b>Até o fim do decênio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível adequado de aprendizagem no término dos anos iniciais do EF para 90% dos estudantes (5.a)</li> <li>- Nível adequado de aprendizagem no término dos anos finais do EF para 85% dos estudantes (5.b)</li> <li>- Nível adequado de aprendizagem no término do EM para 80% dos estudantes (5.d)</li> </ul>
<b>Periodicamente</b>	- Implementar/monitorar Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Estratégia 2.2)
	- Incentivar, nos Municípios, concursos públicos periódicos para profissionais do magistério na educação infantil, assegurada sua inclusão nos planos de carreira do magistério da rede (Estratégia 2.14)
	- Aplicação de prova nacional para auxiliar as redes públicas na seleção e ingresso nas carreiras do magistério da educação básica pública e para o exercício de funções de gestão (Estratégia 17.24)



## MINUTA DE PROJETO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

(Da Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação – Decêndio  
2024-2034 (PL 2.614/24))

Altera a Lei Complementar 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir da base de cálculo e dos limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias do Poder Executivo federal os valores correspondentes às despesas realizadas no âmbito do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica acrescido o seguinte inciso ao § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023:

“Art.  
3º. ....  
.....  
.  
§ 2º.....  
.....  
.

X – As despesas realizadas no âmbito do Programa Nacional de Infraestrutura Escolar instituído pela lei do Plano Nacional de Educação.

.....” (NR)

Art. 2º. A Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

“Art. 14-A. As despesas previstas no inciso X do § 2º do art. 3º **e as receitas que lhes servirem como fonte de recursos** não serão consideradas para fins de apuração do resultado fiscal de que trata o art. 2º desta Lei Complementar.” (NR).



Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR  
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER  
EXECUTIVO, QUE “APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
PARA O DECÊNIO 2024-2034”

Apresentação: 19/11/2025 22:23:12.623 - PL261424  
PES 2 PL261424 => PL 2614/2024

PES n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255694966700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Moses Rodrigues

\* CD 255694966700 \*